



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

GABRIEL PEREIRA DE SOUZA

**As famílias de crianças e adolescentes em
contextos de violação de direitos**

João Pessoa
2011

GABRIEL PEREIRA DE SOUZA

**As famílias de crianças e adolescentes em
contextos de violação de direitos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profª. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

João Pessoa, Fevereiro de 2011

S729f Souza, Gabriel Pereira de.
As famílias de crianças e adolescentes em contextos de violação de direitos / Gabriel Pereira de Souza.-- João Pessoa, 2011.
152f.
Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA
1. Psicologia Social. 2. Famílias – crianças – adolescentes.
3. Situação de risco. 4. Violação de direitos. 5. Violência física e psicológica.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

**AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS**

Gabriel Pereira de Souza

Banca Examinadora:

Maria de Fátima Pereira Alberto

Profª. Drª. Maria de Fátima Pereira Alberto (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Nádia Maria Ribeiro Salomão

Profª. Drª. Nádia Maria Ribeiro Salomão
Universidade Federal da Paraíba

Oswaldo Hajime Yamamoto

Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

João Pessoa, 28 de Fevereiro de 2011

In memoriam

Do amigo Fláuvio Roberto de Souto, que com o seu sorriso e sua inocência contagiava a todos nós que tivemos a felicidade de conhecê-lo.

Do meu avô Antônio Joaquim de Souza, que nos deixou depois de mais de um século de história, ficando na lembrança as cantigas de roça que gostava de cantar.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, irmãos, tios, tias e primas que me apoiaram em todos os sentidos nesses dois anos, dando força tanto no início quanto no percurso dessa jornada.

A meus amigos Lucas, Polly, Aline, Carol, Thiago, Ivana, Camila, Belinha e Danilo, que foram a minha família em João Pessoa nesse tempo.

À Lila, Fátima, Severina, Toninho e Thiago. Pessoas com as quais pude contar a qualquer momento e cuja casa freqüentei como extensão da minha.

A Alex, compadre e amigo, companheiro de todas as horas que à distância, como Gibran e Leonardo, sempre está próximo de alguma forma.

Aos meus amigos da turma do mestrado, especialmente Denise, Gláucia, Rosane, Gabriela, Ana Isabel, Roniere, Robson, Riza e Karina pelo companheirismo. A Mônica e Pablo para quem, além da amizade, dividi as tarefas nem sempre fáceis da representação dos mestrandos no Colegiado do Curso.

Aos amigos que fiz no Coral da Aliança Francesa, especialmente Carminha pela atenção e amizade, e ao maestro e professor Jean, com quem tenho aprendido a língua do seu país.

A todos e todas do grupo de estudantes que compõem o Projeto de Extensão, através do qual realizei esta pesquisa. Vocês são pessoas muito especiais e sou grato por ter tido a oportunidade de compartilhar momentos com vocês. A Manu, Juliana e Leo Mendes, por me apresentarem às famílias quando ainda me aproximava da instituição. A Yracema e Liliane pela disponibilidade em realizar comigo as visitas domiciliares e as entrevistas.

A Rodolfo, Cris, Luana, Leilane e Vinicius que me ajudaram de diversas formas no decorrer deste trabalho.

Aos amigos e amigas que fazem parte do Núcleo de Pesquisas e Estudos Sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência, especialmente Joana e Thaís pelas contribuições e sugestões.

À Milena e Kahyna, pela dedicação enquanto monitoras da mesma disciplina da qual fui estagiário docente.

Às famílias participantes da pesquisa que abriram suas casas para nos receber, partilhando das suas vidas.

Às educadoras da instituição onde a pesquisa foi realizada pelo acolhimento.

À professora Maria de Fátima Pereira Alberto por ter me aceito de volta à Academia e por ter me orientado durante este processo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro na forma de bolsa que possibilitou a minha saída do trabalho no estado da Bahia para me dedicar a este mestrado.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar as famílias de crianças e adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos. Para compreender a categoria família, respaldou-se nas concepções de autores embasados na Teoria Crítica (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009). Para definir a situação de risco, no que concerne às crianças e aos adolescentes, tomou-se como referências os autores Lescher et al. (2004) e Hillesheim e Cruz (2008); no que corresponde à família, utilizou-se Cecconello e Koller (2003), Cecconello (2003), Paludo (2008) e Paludo e Koller (2008). Utilizou-se, ainda, a perspectiva dos Direitos Humanos de Bobbio (2004) para definir a violação dos direitos de crianças e adolescentes que vem sendo positivados a partir de marcos legais. A metodologia aplicada foi qualitativa, utilizando-se de entrevista semi-estruturada, observação participante, visitas domiciliares e diário de campo, como instrumentos e técnicas. Participaram desta pesquisa 07 famílias atendidas por uma instituição onde funciona um Núcleo do PETI em João Pessoa-PB, sendo 01 criança e 01 adulto por família. Utilizou-se como critério de participação da criança a existência de um histórico de violação de direitos e, para o adulto, as condições de acompanhar a criança junto ao Núcleo e identificar-se enquanto responsável pela mesma. Os dados foram analisados utilizando-se a perspectiva das práticas discursivas de Spink (2010), organizando-se as entrevistas em mapas, a partir dos quais identificaram-se os sentidos e os repertórios utilizados nas práticas discursivas dos participantes, fazendo-se uso do diário de campo para subsidiar as análises. Constatou-se que as famílias participantes deste estudo compartilham uma história marcada pela migração na busca de novas perspectivas de vida e de estratégias de sobrevivência, que representa para as famílias pobres a possibilidade de melhorar de vida, através da constituição de uma família. As famílias são concebidas enquanto membros que compartilham laços sanguíneos, de afeto, ou enquanto aqueles que residem no mesmo domicílio, constituindo-se em vários formatos diferentes. Os riscos foram representados pelas precárias condições de moradia, baixa renda familiar, desemprego, pela violência na comunidade onde moram, pela dificuldade de acesso às políticas públicas e também pelas violências física e psicológica. As estratégias de enfrentamento a esses riscos caminham em duas vias: a do trabalho informal precarizado, com presença da mão-de-obra feminina, e; a dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Foi identificada uma variedade de violações de direitos que ocorreram no contexto das famílias, mas não só pelas famílias, como também pelo Estado. Os fatores apontados dão conta da necessidade de o adulto exercer o poder sobre a criança, quando esta não se comporta adequadamente, reproduzindo também o histórico de violência doméstica vivenciada pelos adultos quando criança ou pela violência de gênero que se expressa na relação com o esposo. Os direitos são reconhecidos pelos participantes e muitas vezes referenciados ao Núcleo do PETI e as intervenções e os enfrentamentos dão-se por uma rede de relações, institucionais ou não, incluindo-se a própria família que ora viola, ora defende. As práticas discursivas revelam a família, como a concebe a Teoria Crítica, pela diversidade, pela complexidade que incorpora contradições na luta pela sobrevivência, gerando conflitos entre gerações e entre gênero, relacionadas ao poder e à posição que ocupam nas relações; contemplam diversidades, que não significam desestruturação, mas formas de se organizar para viver, enfrentar dificuldades, onde convivem solidariedade e conflitos.

Palavras-chave: famílias de crianças e adolescentes; situação de risco; violação de direitos.

ABSTRACT

The goal of this study was to analyze the families of children and adolescents at risk with history of violation of rights. The conceptions of authors based in the Critical Theory (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009) were used as support, in order to understand the category family. To define risk, in relation to children and adolescents, the authors Lescher et al. (2004) and Hillesheim and Cruz (2008) were used as references; in relation to the family, Cecconello and Koller (2003), Cecconello (2003), Paludo (2008) and Paludo and Koller (2008) were used. The perspective of human rights of Bobbio (2004) was utilized to determine the violation of rights of children and adolescents, which has been positivized from legal frameworks. The applied methodology was qualitative, using semi-structured interviews, participant observation, home visits and field diaries as instruments as techniques. Seven families assisted by an institution on which operates a PETI Center in João Pessoa-PB, with 01 child and 01 adult per family. The existence of history of violation of rights was used as a criterion of child participation and, for the adults, the conditions to accompany the child at the Center and to identify themselves as responsible for it. Data analysis was conducted using the perspective of the discursive practices of Spink (2010), organizing the interviews on maps, from which the senses and the repertoires utilized in the discursive practices of the participants were identified, using the field diary to support the analysis. Families participating in this study share a history marked by migration in search of new perspectives of life and survival strategies that represent, for poor families, the possibility to improve their lives, through the conception of a family. Families are conceived as members that share blood ties, of affect, or as those that live in the same household, being in several distinct formats. Risks were represented by the precarious living conditions, low familiar income, unemployment, violence at the community where they live, difficult of access to the public policies and also by the physical and psychological violence. The strategy of facing these risks goes for two ways: informal and precarious job, with female labor, and; the programs of incoming transference of the Federal Government. A variety of violation of rights that occurred in the context of the families was identified, not only by the families, but also by the State. The factors reported show the need for the adult to exercise the power over the child, when it does not behave adequately, also reproducing the history of domestic violence experienced by the adults when child or by the gender violence represented by the relationship with the husband. The rights are recognized by the participants and often referred to the PETI Center and the interventions and confrontations occur by a web of relations, institutional or not, including their own family that sometimes violates, sometimes defends. The discursive practices reveal the family, as conceived by the Critical Theory, by the diversity, by the complexity that incorporates contradictions in the struggle for survival, generating conflicts between generations and between gender, related to the power and the position that they occupy in the relationships; include diversities, that do not mean disruption, but forms of to organize themselves for living, face difficulties, where coexist solidarity and conflicts.

Keywords: families of children and adolescents; risk situation; violation of rights.

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
APGL	Associação dos Pais e dos Futuros Gays e Lésbicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação para Jovens e Adultos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONG	Organização Não-Governamental
PAIF	Programa de Apoio Integral à Família
PEA	População Economicamente Ativa
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostragens em Domicílios
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PSF	Programa Saúde da Família
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TID	Trabalho Infantil Doméstico
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: ENCONTROS ENTRE A FAMÍLIA E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	15
1.1 Família: realidade em construção	16
1.2 As violações de direitos da criança e do adolescente no contexto das Famílias	24
1.2.1 Cultura, disciplinarização e implicações	24
1.2.2 “Deitado eternamente em berço esplêndido”: quando o Estado vira as costas ...	34
CAPÍTULO II: CONCEITUANDO FAMÍLIA, SITUAÇÃO DE RISCO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....	38
2.1 Família	38
2.2 Situação de Risco	42
2.3 Violação de Direitos.....	45
CAPÍTULO III: ASPECTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 Contexto de Realização da Pesquisa e Participantes.....	50
3.2 Técnicas e Instrumentos.....	53
3.2.1 Observação Participante	53
3.2.2 Visitas Domiciliares	54
3.2.3 Entrevista semi-estruturada – Adultos	55
3.2.4 Entrevista semi-estruturada – Crianças	56
3.2.5 Diário de Campo	57
3.3 Procedimentos.....	58
3.4 Análise de Dados.....	60
3.5 Reflexões sobre o método	63
CAPITULO IV: O DISCURSO DAS FAMÍLIAS: FAMÍLIA, RISCO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS	67
4.1 Família 01	68
4.1.1 Perfil	68
4.1.2 Mapas	68
4.1.3 Sentidos	75
4.2 Família 02	78
4.2.1 Perfil	78
4.2.2 Mapas	78
4.2.3 Sentidos	81
4.3 Família 03	83
4.3.1 Perfil	83
4.3.2 Mapas	83
4.3.3 Sentidos	88

4.4 Família 04	91
4.4.1 Perfil	91
4.4.2 Mapas	91
4.4.3 Sentidos	98
4.5 Família 05	100
4.5.1 Perfil	100
4.5.2 Mapas	100
4.5.3 Sentidos	105
4.6 Família 06	108
4.6.1 Perfil	108
4.6.2 Mapas	108
4.6.3 Sentidos	115
4.7 Família 07	119
4.7.1 Perfil	119
4.7.2 Mapas	119
4.7.3 Sentidos	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	146

INTRODUÇÃO

A violação de direitos de crianças e de adolescentes, nas suas variadas formas, tem sido tema recorrente na mídia através de notícias que relatam histórias de negligência, de violência física e psicológica, e de campanhas contra essas violações no sentido da defesa e da proteção da criança, como as do Disque 100, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que recebe denúncias de violência sexual e de outras violações de direito.

O assunto também tem sido estudado pela academia que investiga as suas causas, as consequências, os fatores de risco, dentre outras características desses processos de violação. Apesar do Estado também aparecer nesses estudos envolvido na questão, na maioria das vezes é atribuída à família a responsabilidade pelo problema. Esse discurso de responsabilização da família pelas violações de direitos também está presente na mídia e entre profissionais que atuam com crianças e adolescentes e suas famílias. Eles culpabilizam-na, sem exercitar o esforço de entender a violência estrutural que as mesmas sofrem e os contextos nos quais inserem-se. Quando vislumbram a possibilidade de considerar esses contextos na compreensão das famílias e suas relações com a violação de direitos, faz-se de maneira higienista, vinculando a pobreza à violação de direitos, no seu sentido mais estreito.

O interesse em realizar este estudo surgiu a partir da participação deste pesquisador, quando da sua graduação em psicologia, enquanto bolsista de extensão (PROBEX) por um ano e de iniciação científica (PIBIC) por dois, em projetos que investigaram processos de violação de direitos da criança e do adolescente em situação de risco no estado da Paraíba, intervindo nesta realidade, principalmente na temática do trabalho precoce. A partir de então, passou a questionar-se mais sobre a realidade das famílias desses sujeitos em desenvolvimento, fazendo uma relação entre o que emergia dos

autores que escreviam sobre o tema, considerando os riscos, os contextos e a responsabilização das famílias.

Essa “curiosidade” de pesquisador (necessária para fomentar novos estudos) veio aprofundar-se quando da atuação após o término da graduação como psicólogo integrante do Programa de Apoio Integral à Família (PAIF), oferecido em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em dois municípios baianos. Os CRAS funcionam a partir de uma parceria entre o Governo Federal, estados e municípios interessados, e tem como objetivo ser a porta de entrada do usuário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo o fortalecimento dos laços comunitários e familiares. Dá prioridade ao atendimento de famílias em vulnerabilidade social, principalmente àquelas que recebem benefícios do Governo como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Nessa instituição deparou-se com várias histórias de conflito familiar do público atendido, nas quais, não raro, estavam presentes situações em que os direitos da criança e do adolescente eram violados. A prática na referida instituição mostrou que a família, ora colaborava com as intervenções e encaminhamentos efetuados pela equipe técnica, no sentido da garantia desses direitos, ora demonstrava não ter condições para cooperar por também ser vítima de violência. Encontrava-se em uma posição na qual representava o Estado no seu papel de intervir nas famílias, levando-o também a em determinados momentos culpabilizar as famílias por essas situações abordadas, mas diante da riqueza de situações e histórias percebeu que havia muito que estudar sobre o tema.

A partir do exposto, surgiu o seguinte questionamento: *O que ocorre na família no processo de violação de direitos das suas crianças e adolescentes?* Este interesse decorre da experiência enquanto estudante pesquisador e extensionista e das dúvidas e desafios encontrados no exercício profissional. Por se tratar de tema de relevância social e

enriquecimento da literatura pertinente, empreendemos uma pesquisa que possibilitou a compreensão de fenômenos que podem ser de interesse para a prática de profissionais, especialmente no campo da psicologia social, que atuam, direta ou indiretamente, com crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou encontram-se em vulnerabilidade. Neste sentido, deu-se a possibilidade de desenvolver uma pesquisa por meio do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFPB), nível mestrado, a partir do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento da Infância e Adolescência em Situação de Risco Pessoal e Social.

O interesse desta pesquisa é compreender as práticas discursivas de famílias em situação de risco ao vivenciarem processos de violação de direitos de suas crianças e adolescentes e tem como *objetivo geral*: analisar as famílias de crianças e de adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos. Enquanto *objetivos específicos*, pretende-se: identificar famílias de crianças e de adolescentes em situação de risco e histórico de violação de direitos; caracterizar o perfil sócio-demográfico de crianças e/ou adolescentes e dos seus responsáveis; caracterizar os contextos de violação de direitos; investigar fatores que contribuem para a violação de direitos ocorrida nas famílias em situação de risco e; caracterizar os arranjos familiares frente a violação de direitos.

Para abranger esses objetivos, esta dissertação divide-se em quatro capítulos. No Capítulo I, faz-se uma revisão da literatura acerca da família, abordando sua construção social e contextualização em diferentes momentos históricos e sociais, contempla também uma diversidade de violações de direitos de crianças e adolescentes que ocorrem no contexto das suas próprias famílias, seus tipos, fatores e, implicações, associadas a uma prática cultural que as sedimenta e a uma relação de omissão do Estado na garantia dos direitos.

No Capítulo II, trata-se da fundamentação teórica acerca das categorias: família, a partir da perspectiva da Teoria Crítica; situação de risco, no que diz respeito tanto as crianças e adolescentes quanto às suas famílias e; violação de direitos, do ponto de vista dos marcos legais que positivam os direitos humanos da criança e do adolescente.

O Capítulo III versa sobre o percurso metodológico realizado na tentativa de compreender o objeto, no qual apresenta-se a escolha da metodologia qualitativa e descrevem-se o contexto de realização da pesquisa, os participantes, as técnicas e os instrumentos utilizados, além do tipo de análise adotado para compreender os dados.

Por fim, no Capítulo IV apresenta-se cada família participante, abordando o seu perfil e suas práticas discursivas a partir da análise dos dados obtidos com as entrevistas, organizadas em blocos que representam as categorias teóricas (família, riscos e contextos de violação de direitos), desmembrando-se nas categorias empíricas e nos repertórios. Ao final de cada família, abordam-se os sentidos dados por esses sujeitos, fazendo-se uma discussão desses dados.

CAPÍTULO I

ENCONTROS ENTRE A FAMÍLIA E

AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A palavra “encontro” tem muitos significados, dentre eles, um de denotação mais agradável, relacionado a reunir-se com alguém, e outro cujo significado remete ao embate, ao conflito. É, a partir da segunda possibilidade de interpretação do termo, que trata-se, neste capítulo, da família e seu encontro com os contextos de violação de direitos das suas crianças e adolescentes.

A noção atual sobre os direitos da criança e do adolescente foi construída historicamente. Alguns marcos legais representam novos olhares sobre a infância e a adolescência, dentre eles: Declaração dos Direitos da Criança - 1959, Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho - 1973, Constituição Brasileira -1988, Convenção dos Direitos da Criança - 1989 e Estatuto da Criança e do Adolescente - 1990. As concepções sobre a criança, enquanto ser que vive um período vital, frágil, que demanda cuidados, são fruto das mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo em diferentes culturas. Elas vão sendo incorporadas nos instrumentos legais que passam a reconhecê-las como portadoras de direitos (sujeitos de direito), a partir de conflitos entre os interesses da sociedade e do Estado nos diferentes movimentos que lutaram (e lutam) pela defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Nesta dissertação, utiliza-se o referencial do Estatuto da Criança e do Adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 1990), para definir *criança* como a pessoa que tem até doze anos de idade incompletos e *adolescente* aquele entre doze e dezoito anos. Apesar da construção histórica dos direitos da criança e do adolescente, garantidos em Lei, a literatura revela que estão expostos à violência, inclusive no lar ou na família. Os

tipos de violação são os mais diversos possíveis, no entanto, na maioria das vezes, a caracterização das famílias desses sujeitos de direito indica a presença maciça de famílias de baixa renda, com histórico de violação de direitos e situação de risco.

A revisão da literatura acerca de famílias de crianças e adolescentes nos contextos de violação de direitos aponta estudos que abordam a família, a violação de direitos no contexto das famílias, a violência física, psicológica, sexual, a negligência e o trabalho precoce.

1.1 Família: realidade em construção

Apesar da importância atribuída nos dias atuais à família, esta categoria nem sempre ocupou lugar de centralidade nas relações sociais, nem foi definida da mesma forma. Segundo Ariès (1981), a noção de família, caracterizada pelos laços afetivos entre seus entes, começou a aparecer no século XV e XVI na civilização ocidental. Antes desse período, a vida tinha uma maior dimensão pública que individual. As pessoas desfrutavam do espaço público, como a rua, as praças, onde ocorriam os jogos, as brincadeiras, a arte, as conversas, os ofícios. Os adultos e crianças misturavam-se nesses espaços da vida. O referido autor desenvolve sua pesquisa, principalmente, a partir da iconografia da época, partindo do pressuposto de que os artistas representavam em suas obras aspectos da vida valorizados naquele momento. Observou, então, que as representações da vida, desde a Idade Média até o século XV, valorizavam sua qualidade “pública”, na qual a rua não se opunha à intimidade.

Na Itália, região da Toscana, a família era sinônimo de vida privada, na concepção de Roncière (1992), uma vez que diversos moralistas da época escreveram sobre os costumes de uma família idealizada, constituída de marido, esposa e filhos. Todavia, a composição das famílias da época era diversa, sendo possíveis: a família mononuclear;

pessoas vivendo sozinhas; famílias com mais de um núcleo; entre outras. Quanto mais abastada, mais numerosa era. O maior número de membros e a existência de famílias multinucleares era uma possibilidade para os mais ricos que habitavam as regiões urbanas, ou, de modo geral, para aqueles da zona rural. A vivência da intimidade da família dava-se, principalmente, entre a linhagem familiar, os vizinhos e os amigos próximos.

No entanto, a representação da família, para os pobres, era diferente. A família representava para o povo (menos abastado) apenas uma das redes sociais na sua luta pela sobrevivência: “Sua abertura é proporcional à impossibilidade de viver só para si” (Farge, 1991, p. 584). Ou seja, como não davam conta do enfrentamento às dificuldades vigentes, as famílias pobres abriam-se para trocas com outros em uma espécie de intercâmbio de solidariedade. A questão da intimidade configurava-se de maneira diferenciada para essas famílias que habitavam a cidade, em contraposição às famílias ricas. O estilo de moradia nos prédios parisienses associava-se ao convívio com muitas famílias em pequenos compartimentos (Farge, 1991).

A relação entre a representação da arquitetura das casas e o sentimento de família aparecia nas pinturas que retratavam seus cômodos, sobretudo, o quarto e a sala, demonstrando o delineamento de uma vida privada, íntima. Nos séculos XVI e XVII, já era comum retratar a família reunida, considerada uma “moda” na primeira metade do século XIX (Perrot, 1991).

Ao tratar da família no Brasil Colônia, Algranti (1997, p.89) faz uma análise dos domicílios, a fim de penetrar na intimidade das famílias dessa época, e constata que esse tipo de distinção entre a vida pública e a vida privada “não se aplica à vida colonial antes do século XVIII e início do século XIX”. Na colonização brasileira, as características de família eram distintas da sua Metrópole. Condições como a distância entre Metrópole e Colônia, divisão da família, existência de trabalho escravo, privações relacionadas a

produtos e serviços encontrados na Europa, trouxeram implicações para a família no Brasil. Neste sentido, a noção de vida privada surge em período posterior ao da Europa.

Retornando à realidade daquele continente, merece consideração o fato de a noção de infância e a de família terem se desenvolvido em paralelo. A família passa a ser âmbito da vida privada à medida que a criança ocupa o lugar de maior importância no núcleo familiar. Esse movimento aparece na iconografia de modo que, até então, as cenas mais retratadas, como a vida em contato com os outros nos espaços públicos, foram substituídas pela representação da família (pai, mãe e filhos). Ariès (1981), ao escrever sobre as cenas que apareciam nos calendários de época, afirma que, para a construção da noção de família, a noção de infância foi importante: “E a criança se ligava a essa necessidade outrora desconhecida de intimidade, de vida familiar, quando não ainda precisamente, de vida *em família* [grifo do autor]” (p. 134). Esses calendários que outrora retratavam as idades da vida de diferentes pessoas começam a retratar-las na perspectiva da história de uma família, desde sua composição, nascimento dos filhos, até a morte de alguns membros.

No entanto, o processo de construção da noção de infância e sua relação com a formação da família nuclear não se deu da mesma forma nos diferentes países. A Itália (século XIV) teria sido pioneira no desenvolvimento desse sentimento, seguida da Inglaterra, Flandres e França nos séculos seguintes (Gélis, 1991). Embora o sentimento de família fosse desconhecido, aparecendo nesses séculos citados, não se nega a existência das famílias anteriormente (Ariès, 1981).

A mudança no formato de educação das crianças também contribuiu para a construção do sentimento de família, pois o costume de enviar o próprio filho (após os sete anos) a outra família e receber o filho de outra família com o objetivo de ensinar-lhe bons modos e os ofícios deram lugar à escola. Passou-se a ter uma idéia de que a família que

não envia os filhos à escola não estava preocupada com os mesmos. “A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento de família e do sentimento de infância, outrora separados” (Ariès, 1981, p. 159).

As transformações dos costumes estariam ligadas ao surgimento do sentimento de família, perpassando as diversas classes sociais. Para Donzelot (1980, p.11), “o sentimento moderno da família teria surgido nas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime estendendo-se, posteriormente, através de círculos concêntricos, para todas as classes sociais, inclusive o proletariado do fim do século XIX”.

Saraceno (1992) também comprehende a necessidade de olhar a família sob um enfoque que considere sua construção histórica. Neste sentido, afirma que “a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade” (p. 12). No entanto, aduz as variações familiares que ocorrem em diferentes culturas; há inúmeras possibilidades históricas implicando uma grande variedade de famílias. Além disso, considera a família como um importante núcleo para a mudança social; a família não sofre apenas as influências da sociedade quanto a sua formação, função ou práticas, mas também atua na mudança social.

Ao escrever sobre a relação entre a revolução industrial e as mudanças na família, a referida autora afirma que essa mudança no sistema de produção influenciou o aumento, ou a disseminação, da família nuclear. Uma das características da industrialização foi a migração de famílias do campo para a cidade em busca de trabalho. A sociedade estava passando por uma profunda transformação e as famílias se reorganizando para encontrar um novo lugar nesse arranjo sócio-econômico. Indica um fenômeno de aglutinação familiar a partir da solidariedade econômica “até porque só se dividissem as despesas do alojamento e da comida, se acumulassem os salários e o trabalho doméstico e de

administração da mãe de família, é que os recursos eram suficientes” (Saraceno, 1992, p. 36).

No século XX, a família passou por muitas mudanças, havendo um predomínio até os anos 60 da “família tradicional” – caracterizada pela divisão social do trabalho (o homem trabalhava fora de casa e à mulher era reservado o trabalho doméstico). A partir dessa década, mudanças sociais influenciaram o surgimento de diferentes arranjos familiares (Pratta & Santos, 2007). A “família igualitária” especificaria um novo tipo de família, pautado em maiores simetrias entre o homem e a mulher no que diz respeito tanto aos cuidados com a família e a casa quanto à responsabilidade de conseguir o sustento da mesma (Figueira, 1987, citado por Prata & Santos, 2007). Saraceno (1992,) afirma que, apesar do aumento do número de famílias, houve diminuição da quantidade dos seus membros e uma mudança nos percentuais das suas diferentes estruturas.

Desse modo, no século XXI, é possível detectar, na realidade brasileira, a existência de muitas famílias sustentadas apenas por mulheres, sejam elas monoparentais ou não. As mulheres passaram a atuar fora de casa e usualmente utilizam creches para cuidar das crianças (Martins & Szymanski, 2004). Esse movimento é percebido por Pereira-Pereira (2009) como tendo início no final do século XX. Afirma a autora:

Além das mudanças na estrutura familiar, os divórcios e os novos casamentos tornam muito mais complexas e intrincadas as redes de parentesco e de solidariedade. As famílias, a partir dos anos 1990, tornaram-se mais efêmeras e heterogêneas. Assumiram uma variedade de formas e arranjos, e exigiram revolucionárias mudanças conceituais e jurídicas (p. 39).

As configurações familiares nas sociedades ocidentais tradicionalmente pautadas na organização de um modelo patriarcal dão lugar a novas configurações familiares, tais como aquelas chefiadas por mulheres, como mostra o Relatório Nacional Brasileiro (Ministério das Relações Exteriores, 2002) que tratou sobre a discriminação contra a mulher, segundo o qual, o percentual de mulheres que compõem a população

economicamente ativa (PEA) teve um crescimento de quase 10 por cento, entre 1985 (33,5%) e 1998 (40,7%); chegando a 58,8%, em 2009, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD] (2009).

A mesma pesquisa (PNAD, 2009) mostra que os arranjos familiares, no Brasil, em 2009, estavam divididos da seguinte maneira: casal com filhos (49,9%); casal sem filhos (16,2%); mulher sozinha (8,9%); homem sozinho (7,5 %) e; famílias monoparentais (17,4%), em sua maioria de mãe com filhos. Apesar da constatação de que no Brasil o tipo de arranjo familiar nuclear (casal e filhos) é predominante, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA](2010), ao analisar dados da PNAD, aponta para a diminuição do número desses arranjos entre 1992 e 2009, caindo de 62,8% para 49,9%. Apesar da queda do número dessas famílias, cujo modelo de arranjo geralmente é chefiado por homens, houve um aumento da chefia feminina na última década. As mulheres que vivem com os cônjuges passaram a contribuir mais na renda das suas famílias, passando de 30,1% para 40,9% da renda familiar no mesmo período, já o percentual de mulheres cônjuges que contribuem para a renda aumentou de 39,1% para 65,8%, revelando que tanto aumentou o número de mulheres cônjuges que contribuem com a renda da família quanto o montante dessa contribuição.

Com o crescimento de famílias chefiadas por mulheres, emergem redes de apoio ou de solidariedade que auxiliam nos cuidados das crianças durante a ausência da mãe, quando a mesma encontra-se no trabalho. Essa rede é formada comumente de creches, vizinhos, empregadas domésticas e, em alguns casos, escolas. No entendimento de Peruchhi e Beirão (2007), em muitas configurações familiares, apesar da presença do pai, as mulheres atribuem a responsabilidade pela criação e cuidados dos filhos a si mesmas, levando a identificação de uma participação modesta do pai. Pais e mães vão assumir funções distintas e específicas na educação dos filhos bem como no que se concerne ao

cuidado da casa (Peruchhi & Beirão, 2007). O maior número de domicílios chefiados por mulheres tem estreita relação com sua participação no mercado de trabalho, mas ainda há uma reprodução da lógica de que ela é a responsável pelas tarefas domésticas (IPEA, 2010) e os homens ainda assumem ou participam pouco da realização desse tipo de trabalho.

Na mesma linha, estudos revelam que mulheres que sustentam o lar acabam ocupando seu tempo livre em casa com tarefas domésticas, constituindo-se outra jornada de trabalho, além daquela pela qual recebe pagamento (Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005). No que concerne a divisão das tarefas domésticas, percebe-se uma manutenção de padrões relativamente tradicionais, o que se observa em estudos com famílias de nível socioeconômico médio, em que a mesma é responsável pelo sustento financeiro e que, ainda assim, assume quase toda a responsabilidade pelas tarefas domésticas (Peruchhi & Beirão, 2007). As redes de apoio tornam-se, então, uma forma de auxílio primordial, tanto para o cuidado com os filhos quanto para os afazeres domésticos, durante o período que a mãe está no seu emprego.

Outra configuração familiar que tem tido crescimento é a de famílias homoparentais. Para se ter idéia, no contexto da França, existe, desde 1986, a Associação dos Pais e dos Futuros Gays e Lésbicas (APGL) que conta com mais de 1200 membros. Apesar da homoparentalidade constituir-se uma realidade, no Brasil, aparece de forma tímida (Amazonas & Braga, 2006).

A partir desse panorama, ao se abordar a temática da família, há de se reconhecer que o termo carece de precisão para delimitar as diferentes composições e formatos que assume (Saraceno, 1992). Para Fukui (1981, citado por Martins & Szymanski, 2004), não haveria família, mas uma variedade de combinações contextualizadas historicamente. Tão logo, nota-se que a família tem características multiformes e que, no decorrer da história,

ela muda. Mas essas mudanças ou diferenças também podem ser observadas de acordo com o contexto social ao qual fazem parte. Martins e Symanski (2004) chamam atenção para as diferenças funcionais encontradas na “família moderna” no Brasil, havendo distintas características, por exemplo, entre as famílias que residem na zona rural, compartilhando de valores diferentes daquelas que habitam os grandes centros, cercadas pelas diversas tecnologias.

Quando se comprehende esse processo histórico, foge-se da abordagem naturalista de família, que engessa as suas possibilidades de existência. Paludo e Koller (2008) afirmam que a crença no modelo da família nuclear (pai, mãe e filhos) é tão forte que qualquer configuração diferente de família é classificada como “desestruturada”. Neste adjetivo, encontram-se críticas às condições financeiras da família e a sua composição. Mioto (2009) também traz à tona a discussão sobre a insistência de técnicos que trabalham na área da assistência social em utilizarem o termo “família desestruturada”. A autora percebe uma contradição na medida em que tais profissionais compreendem que, na atualidade, as famílias são caracterizadas pelos múltiplos formatos, no entanto, as descrevem como desestruturadas. Assim, comprehende-se que o entendimento da diversidade se limita à estrutura e à composição familiar, mas não contempla a mudança de funções: “Apesar das mudanças na estrutura, a expectativa social relacionada as suas tarefas e obrigações continua preservada” (p. 53).

Singly (2007), a partir das idéias de Émile Durkheim, afirma que a família não pode ser considerada apenas no seu aspecto quantitativo (número de pessoas que moram juntas) ou por sua configuração (pai, mãe, filhos). O que há de mais interessante na família é a qualidade das relações entre os membros, ou seja, a ligação entre as pessoas. Singly (2007) entende a família contemporânea, primordialmente como “relacional”. Seguindo a

mesma linha, Peixoto (2007, p. 16) afirma que “a família muda de estatuto ao se tornar um espaço relacional mais do que uma instituição”.

Em meio ao contexto socioeconômico que permeia a sociedade brasileira, a família e as relações de parentalidade constituem temas de intensa discussão pela psicologia e passam a ser entendidas como construções sociais que se estabelecem a partir de vínculos genéticos ou de convívio (Peruchhi & Beirão, 2007).

Nesta dissertação, a família é apresentada como uma instituição que ao mesmo tempo em que sofre a força dos movimentos históricos, também imprime sua marca no transcorrer da história, uma dessas marcas é a da família enquanto contexto da violação dos direitos da criança e do adolescente.

1.2 As violações de direitos da criança e do adolescente no contexto das famílias

A violação de direitos da criança e do adolescente pode ser praticada pela própria família, no entanto, os motivos atribuídos pelos autores trabalhados, neste tópico, apontam para a ocorrência dessas violações de acordo com a cultura disciplinar e a omissão do Estado. A cultura é tida como meio que viabiliza e justifica diversos tipos de violação por compreender a violência como forma de educação. O Estado, em uma visão macroestrutural, é responsabilizado nesses casos pela falta de assistência oferecida, seja na forma de políticas públicas ou no cumprimento da legislação, às famílias vítimas da estrutura social e da exclusão social.

1.2.1 Cultura, disciplinarização e implicações

Weber, Viezzer, Brandenburg e Zocche (2002), ao analisarem a dinâmica familiar dos envolvidos nas denúncias feitas ao programa S.O.S. Criança, na cidade de Curitiba, que recebe e averigua denúncias relacionadas a crianças e adolescentes, identificaram que

a maioria dos agressores faz parte do vínculo familiar da vítima (98,2%). Os tipos de violência mais freqüentes foram: agressão física, negligência intrafamiliar, abandono e abuso sexual.

Sullca e Schirmer (2006) também constataram a ocorrência de violência praticada pela família, neste caso, contra adolescentes do sexo feminino, grávidas e não grávidas. Consideram, ainda, o problema da violência como um fenômeno de saúde pública. No que diz respeito à violência física, alguns exemplos caracterizam o nível de violência com a qual convivem as adolescentes de ambos os grupos: puxão de cabelos; puxão de orelhas; surra com chicote; pontapés; socos e; expulsão de casa. Esse tipo de violência foi atribuído, pelos grupos de grávidas e não-grávidas, respectivamente, aos pais (45% e 55%), às mães (35% e 54%), aos irmãos (27% e 33%) e aos tios (18% e 15%). Repreensão, gritos, insultos e ameaças despontam no *ranking* da violência psicológica, percebida por 99,5% das meninas. Neste caso, pai e irmãos foram os mais apontados por cometerem tais violências.

Partilhando essa mesma perspectiva, estudo a partir de relatos de crianças e adolescentes acerca das práticas educativas parentais, aponta que esses sujeitos identificam, respectivamente, a mãe e/ou pai dentre aqueles familiares que mais lhes aplicam punições corporais (Weber, Viezzer & Brandenburg, 2004), o que complementa os estudos abordados anteriormente na medida em que contempla a percepção dos que sofrem a violação.

Outros estudos demonstram como os componentes da família agem enquanto atores da violação de direitos de crianças e adolescentes no que diz respeito à inserção precoce em atividades de exploração sexual. Muitas meninas e meninos, atualmente explorados sexualmente, já foram vítimas de violência doméstica, entre espancamentos e abusos sexuais perpetrados por pessoas muito próximas como pais, padrastos, irmãos, tios

e mães. Nesses casos, os abusos e os conflitos familiares contribuem para que as crianças e os adolescentes se encaminhem para as ruas e, uma vez nas ruas, fiquem expostos a situações de risco, dentre elas, a exploração sexual (Araújo, 1997; Lima, 2008).

A vivência de violência interpessoal no nível familiar também é atribuído por Libório (2005) como motivo para a saída, temporária ou definitiva, de adolescentes das suas casas. A autora afirma que as adolescentes do sexo feminino em condição de exploração sexual, no seu passado, quando ainda viviam nas casas das suas famílias, sofreram violências psicológica e sexual, negligência e abandono, cometidas contra elas principalmente por familiares do sexo masculino. Alberto (2002) também encontra o mesmo que Libório (2005) e destaca a ida para as ruas como decorrente do abandono e da negligência familiar.

A negligência traduzida pela falta de cuidado com as suas crianças aparece com maior freqüência entre as famílias afetadas pelos diversos problemas sociais e gera consequências, como: o retardo do crescimento por conta de nutrição deficiente e; carência afetiva. Observa-se também que quanto mais nova a criança vítima de negligência da família, maiores os riscos de seqüelas graves, podendo chegar a óbito em alguns casos (Santos & Ferriani, 2007).

Ao conceber os maus-tratos como questão de saúde pública, Deslandes (1994), em um estudo qualitativo e quantitativo sobre os atendimentos realizados por alguns Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância de diferentes cidades do estado de São Paulo, encontra que as agressões são cometidas na maioria das vezes pelas mães, no entanto, tal freqüência é explicada por conta do maior tempo que a mãe passa com a criança e por possíveis frustrações advindas da limitação imposta por alguns arranjos familiares que as impõem a condição de vida doméstica. As violações mais freqüentes no estudo foram o abuso físico e a negligência/abandono. Embora a autora apresente a família

como quem comete a violação de direitos, afirma que para intervir nessa realidade as instituições não podem criminalizá-la, mas tratá-la como um núcleo ao qual deve ser dada especial atenção para que os laços afetivos já existentes entre crianças e adultos se fortaleçam.

A violação de direitos praticada pela própria família na forma dessas violências traz implicações para a socialização dessas crianças. Sentimentos presentes durante a punição, como o medo, a raiva e a vergonha, podem ocasionar a repetição desses comportamentos violentos em outros momentos, pois as crianças associam e confundem a dor e o amor que sentem por quem comete a violência: “gerando um círculo vicioso, transmitindo este método coercitivo de geração em geração” (Weber et al., 2002, p. 167). O mesmo estudo caracteriza essas famílias que cometem as violações de direitos no que diz respeito a sua composição. Segundo as autoras, as violações ocorreram mais freqüentemente nos casos em que a família era formada apenas por um responsável, pai ou mãe (família monoparental), com exceção da violência sexual identificada predominantemente nas famílias compostas por mãe e padrasto ou pai e madrasta.

Outros autores (Reichenheim, Hasselmann, & Moraes, 1999) abordam as consequências físicas e emocionais da violência na saúde da criança, relacionando o tempo que se passou entre a exposição à violência e o aparecimento desses agravos na saúde. As violências (física, psicológica e de negligência) possuem consequências tidas como imediatas na saúde de crianças e adolescentes e aparecem na forma de: lesões, fraturas, escoriações; quedas, queimaduras, e envenenamentos. Na mesma linha, Santos e Ferriani (2007) identificam consequências semelhantes (danos físicos, escoriações e hematomas locais) principalmente da violência física, reconhecendo o fenômeno como uma banalização que ocorre nos dias atuais.

Retornando a Reichenheim et al.(1999), as consequências emocionais seriam de médio e longo prazo, tais como: distúrbios gastrointestinais de origem somática, ansiedade, depressão e isolamento social. Efeitos estes que, a nosso ver, não podem ser desprezados ao se dedicar a temática da violação de direitos. São violações justificadas culturalmente e apresentam sérios efeitos no desenvolvimento desses sujeitos.

Ainda sobre os efeitos no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes com direitos violados, há uma interferência significativa no desenvolvimento da autoestima e do autoconceito, bem como no estabelecimento de relações interpessoais. Ao conviverem com tais violências, as crianças podem ter dificuldades para desenvolver um ego que tenha firmeza e flexibilidade suficientes para a construção da sua identidade. Pesquisas realizadas revelam que adolescentes que possuem uma autoestima baixa sofreram duas vezes mais violência que os que possuem alta autoestima (Assis & Avanci, 2006). Do mesmo modo, Biscegli, Arroyo, Halley e Dotoli (2008) identificam uma queda na autoestima da criança que sofre violência física, além de outras consequências, tais como: agressividade, maior índice de sintomas psiquiátricos e diminuição do bem-estar.

Dentre os sintomas psiquiátricos decorrentes de maus-tratos sofridos na infância, podem-se destacar os retardos no desenvolvimento cognitivo, motor e de linguagem. Alguns fatores têm que ser levados em conta para melhor avaliar o dano psicológico, são eles: a idade de início do abuso (físico ou sexual), a duração do mesmo, a diferença de idade entre a criança e a pessoa que a violenta e o grau de relacionamento entre as mesmas. Mesmo o padrão de sono das vítimas de violência pode ser alterado por causa da violência sofrida (Sherer & Sherer, 2000).

Outros tipos de implicações são apresentados por Noguchi, Assis e Malaquias (2006) por meio de estudo realizado com dois grupos de fonoaudiólogos: aqueles que atendiam crianças vítimas de violência e; os que trabalhavam com crianças que não foram

vitimadas. Ambos apresentando resultados interessantes. O atraso no desenvolvimento da linguagem foi o problema mais comum encontrado entre os dois grupos de profissionais, no entanto, o percentual de crianças que apresentou essa dificuldade de desenvolvimento foi mais elevado entre as vítimas de violência. Outras consequências encontradas foram: os problemas de leitura e escrita; síndromes genéticas; problemas neurológicos; de fluência; problemas de voz e no sistema estomatognático; deficiência auditiva e; de avaliação audiológica.

Outro aspecto importante abordado é o sofrimento da criança com a violência familiar, mesmo que não tenha sido cometida diretamente contra ela. Reichenheim et al.(1999) sugerem que a violência familiar, não importando qual membro seja afetado diretamente, traz implicações para todos do núcleo familiar e a possibilidade de sua reprodução geracional.

Muitas das famílias que cometem algum tipo de violência contra a criança e o adolescente justificam-na enquanto elemento necessário na prática educativa familiar. Weber et al.(2002), em pesquisa já abordada, afirmam que a maior parte dos agressores (56,4%) justificou a violação como maneira de melhor educar as crianças. As autoras do referido trabalho identificam que a população, em geral, desconhece os efeitos negativos da punição na criação dos seus filhos, o que seria um fator explicativo para que as famílias cometam-na mais freqüentemente.

Segundo Sullca e Schirmer (2006):

A força física é utilizada quando outros métodos disciplinares (não-físicos) mostram-se ineficientes, como conversar ou chamar a atenção. Os pais, muitas vezes, referem que a principal razão de se bater em uma criança é ensinar-lhe uma lição, fazê-la mudar certo comportamento. (p. 583)

Essas práticas disciplinares nessas situações são compreendidas como medidas necessárias e eficazes para a melhor formação da criança e do adolescente. Ademais, são

culturalmente respaldadas. Contudo, identificam que é preciso lançar mais atenção sobre esses tipos de violência. Por exemplo, no caso da punição corporal, expressa através da palmada. A palmada é socialmente aceitável enquanto punição para melhor educação dos filhos. Weber et al.(2004) advertem para o perigo de pensar que a palmada pode ser uma estratégia sadia, se usada vez por outra. As autoras afirmam que a diferença entre o espancamento e a palmada é apenas uma questão de gradação. A palmada seria o início. Quando não é suficiente para controlar a criança, é aumentada: tanto na intensidade; quanto na quantidade. As palmadas e outras punições corporais se correlacionam positivamente com o risco de espancamento e abuso.

Faleiros, Matias & Bazon (2009) alertam para o perigo de não se perceber a violência física, quando de menor intensidade, por possuir um impacto imediato pouco visível, não sendo concebida por muitos como forma de violência. A punição corporal, mesmo causando pequenos agravos, é aceita por grande parte da população, inclusive por profissionais que trabalham com a infância, sendo assim, várias situações que envolvem violência física não são vistas como abusivas.

O trabalho precoce também é considerado uma forma de violação de direitos da criança e do adolescente e esta tem sido uma perspectiva de estudo desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento da Infância e Adolescência em Situação de Risco Pessoal e Social vinculado ao mestrado no qual se desenvolveu esta dissertação. O trabalho precoce é considerado, por este Núcleo, uma violação aos direitos das crianças e dos adolescentes nos seus diferentes aspectos.

Segundo a legislação brasileira, o trabalho é proibido para os menores de dezesseis anos e permitido para adolescentes com idade entre quatorze e dezesseis anos, na condição de aprendizes (ECA, 1990). Há diversas explicações sobre a inserção precoce no trabalho,

dentre elas, as que colocam os motivos dessa inserção a partir de fatores macroestruturais e fatores culturais.

Na concepção de Alberto (2002), dizem respeito ao campo macroestrutural os fatores sociais, políticos e econômicos que imprimem a necessidade de enviar os filhos ao mundo do trabalho na medida em que não têm condições econômicas para subsistirem sem a ajuda das crianças e adolescentes, dentre eles:

a) a tecnologia e a flexibilização do mercado de trabalho, as quais geram desemprego estrutural; b) o acirramento das forças produtivas o qual gera a concentração de renda; c) a transformação e a precarização das relações e condições de trabalho; d) as políticas econômicas recessivas que geram o fechamento de empresas e a desvalorização dos salários; e) os fatores climáticos (secas) e a mecanização da lavoura, que expulsam as famílias do campo para as cidades. (p. 42)

No trabalho infantil, em condição de rua, a criança muitas vezes trabalha para complementar a renda familiar, pode ser o único responsável por essa renda ou trabalha para o próprio sustento (Alves-Mazzotti, 2002). Neste sentido, a violação de direitos dá-se na medida em que a família insere os filhos no mundo do trabalho por conta dos diversos fatores macroestruturais, dentre eles, o desemprego (Alberto, 2002; Alberto, Silva, Santana, Vasconcelos & Cirino, 2006).

Esses fatores são respaldados por crianças e adolescentes trabalhadores da cultura do abacaxi, uma vez que os motivos mais freqüentes para a sua inserção, neste tipo de trabalho, aos olhos dos próprios trabalhadores, emergem nas categorias necessidades financeiras (50,9%) e rede de relações que oportuniza (19,4%), dados obtidos a partir de uma pesquisa realizada no estado da Paraíba. Além das condições econômicas vivenciadas por suas famílias, os autores deste estudo apontam para uma rede de pessoas, incluindo a família, que facilita a inserção de crianças na lavoura do abacaxi (Alberto, Wanderley, Souza & Gomes, 2006).

Outras atividades que caracterizam a violação de direitos por meio do trabalho precoce se dão na pesca artesanal de marisco e do siri-mole no estuário do Rio Paraíba,

uma vez que “dependem” da mão-de-obra precoce para se efetivar. Trata-se de uma atividade de trabalho familiar que utiliza o trabalho de todos os seus membros. Neste caso, observou-se que as famílias dessas crianças, além de facilitarem a inserção das mesmas no trabalho precoce, capacitam-nas para este tipo de trabalho (Souza, Silva & Alberto, 2007).

Há vários estudos que explicam a inserção precoce em diferentes atividades de trabalho por conta de fatores macroestruturais, como a necessidade de complemento da renda familiar, da mão-de-obra familiar ou por dificuldades financeiras: feirantes (L. S. Pereira, Pereira & Oliveira, 2007); olheiros de carro (Santos, L. Lins, M. R. Oliveira, Oliveira & Lins, 2007); trabalho doméstico (Souza, A. J. S. Araújo & Araújo, 2007); catação de lixo (Albuquerque, V. L. Oliveira & Melo, 2007); ou relacionam diretamente o desemprego dos pais à inserção precoce dos filhos (Neves, Rodrigues & A. J. S. Araújo, 2007), assinalando a violação dos seus direitos.

Soares (1999) também escreve sobre a inserção precoce por conta do complemento da mão-de-obra familiar, neste caso, de pais carvoeiros que percebem de acordo com a empreitada. Ou seja, quanto mais pessoas ajudam no serviço, mais rápido é executado. A família, para conseguir dar conta da empreitada, acaba facilitando a violação dos direitos através do trabalho precoce.

Estudo realizado na cidade de João Pessoa-PB sobre o trabalho infantil doméstico, como forma de violação de direitos, encontrou que dos motivos que explicam a inserção no trabalho doméstico destacam-se as necessidades financeiras e a imposição familiar, juntas explicam a inserção de 31,5% da amostra estudada. As necessidades financeiras estão ligadas às condições econômicas das famílias que não podem prover as necessidades das filhas. Dessa forma, precisam trabalhar fora para um patrão ou assumir na própria residência os serviços domésticos de cuidado com a casa e com outros irmãos para que os adultos possam sair para trabalhar (Alberto, Nunes, Cavalcante & Santos, 2005).

Facchini, Fassa, Dall’Agnol e Maia (2003) apontam para a necessidade de melhor avaliar os impactos econômicos na dinâmica familiar das crianças que trabalham para o desenvolvimento de intervenções mais acertadas neste campo, dessa forma, compreender-se-ia o impacto econômico resultante da violação de direitos.

Contudo, a pobreza não pode ser o único fator explicativo para que as violações de direitos da criança e do adolescente ocorram no contexto das suas famílias. Apesar de compreender a família como fruto da violência (macroestrutural) e, a partir daí, cometendo violações de direitos como o trabalho infantil, Ferreira (2001) foge da explicação corriqueira de que o trabalho precoce decorre da pobreza e recorre, também, aos motivos culturais ou mesmo de dominação de monopólios industriais como a lavoura fumageira, na região do Vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul, na qual as famílias de pequenos produtores são subordinadas ao capital da grande indústria que, por conta do curto prazo para a produção encomendada, inserem as crianças no trabalho (Ferreira, 2001).

Na mesma linha, outros autores (Campos & Alverga, 2001), apesar de apresentarem o trabalho precoce como necessidade das famílias pobres sobreviverem, criticam os programas e as políticas públicas que desprezam os aspectos subjetivos que sustentam essa violação. As tentativas de retirada de crianças de situações de trabalho, fazendo o enfrentamento dessas situações de violação, podem ser frustradas se o trabalho for compreendido como decorrência da falta de recursos financeiros, ou seja, dar às famílias certa quantia de dinheiro pela retirada do seu filho do trabalho não é suficiente. Outrossim, Nobre (2003) tece críticas às políticas de enfrentamento a este tipo de violação por conceberem as famílias dessas crianças apenas como um grupo de pessoas que vivem juntas. Entender a temática desta maneira é desprezar os aspectos subjetivos que envolvem os atores. Ou seja, além da dimensão da família, os autores alertam para a compreensão

das dimensões ideológicas que nutrem uma permissividade social para este tipo de violação de direitos da criança e do adolescente (Campos & Alverga, 2001).

Para além da cultura, uma reflexão importante é pensar sobre essas famílias sobre as quais se debruçam pesquisas e intervenções acerca da violência contra a criança e o adolescente e sua relação com o Estado. Qual seria a responsabilidade do Estado na garantia das condições básicas para a sobrevivência digna das mesmas?

1.2.2 “Deitado eternamente em berço esplêndido”: quando o Estado vira as costas

O Estado é responsável pela garantia de direitos à população, como alimentação, educação e saúde, através das políticas públicas, no sentido de melhorar a qualidade de vida do seu povo. No entanto, tem priorizado a inserção da economia brasileira no mercado internacional, privilegiando a classe mais rica, o que leva a queda da qualidade de serviços públicos ofertados. Neste panorama, o Estado comete violência estrutural por não garantir a sua população os direitos que lhes são preconizados (Cruz Neto & Moreira, 1999).

Por sua vez, esse tipo de violência acarreta consequências para as crianças e adolescentes dessas classes populares, dentre elas, a violação de seus direitos nas suas diferentes formas. Weber et al.(2002), ao considerarem algumas violações de direitos da criança (negligência, abuso físico e emocional), atribuem uma fatia da responsabilidade ao Estado que, ao faltar com o seu aparato, cria condições para a ocorrência de violações de direitos.

De acordo com Santos e Ferriani (2007), a negligência é mais freqüente para crianças com até seis anos de idade e geralmente entre famílias pobres, sendo importante diferenciar o que corresponde à falta de cuidados dos pais com os filhos e o que corresponde à falta de condições para que se mantenha a criança. Segundo os autores, essa

diferenciação consiste em difícil tarefa, principalmente, pelo fato de as políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente serem “imperceptíveis”, não havendo por parte do Estado a garantia de que as condições básicas sejam fornecidas para o seu pleno desenvolvimento.

Um dos exemplos de violência estrutural ocorre quando os responsáveis saem para trabalhar e muitas vezes não contam com os serviços de creches que deveriam ser disponibilizadas pelo Estado em número suficiente. As famílias que sofrem esse tipo de violência são aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesta mesma linha, Cruz Neto & Moreira (1999), ao defenderem o acesso às creches como essencial para a educação infantil, identificam que a ausência ou insuficiência desse tipo de serviço “atinge de forma mais contundente à população de baixa renda, que não possui recursos para matricular seus filhos em jardins de infância particulares ou simplesmente contratar tutores, babás e empregadas que cuidem deles” (p.46). A educação básica pública é quase inexistente e o ensino fundamental começa somente aos 6 anos, o que reforça a importância do serviço das creches. Mesmo quando o serviço de educação é oferecido, na visão de Chesnais (1999), ele tem sido de má qualidade ou tem significado para as famílias dessas crianças uma forma de acesso à alimentação.

Deslandes (1994) assinala fatores que predispõem à violência doméstica e estes estão ligados às condições socioeconômicas das famílias e, em certo sentido, à ausência do Estado: “desemprego; condições de pobreza ou empobrecimento [...]; conflitos conjugais; problemas psicológicos e afetivos; alcoolismo; falta de serviços básicos, como creches, escolas, habitações condizentes com as necessidades das pessoas que aí convivem” (p. 186).

Ferreira (2001) afirma que são constantes as violações de direitos nas famílias das classes populares que sofrem pela exclusão e desigualdade social no Brasil. São famílias

que vivem condições subalternas caracterizadas pela moradia e alimentação precarizadas, além de dificuldade no acesso aos bens culturais, e indica a responsabilidade do Estado nesses casos:

O conjunto dos dados revela uma situação de completo abandono dessas famílias em realidades onde pouco podem fazer para superar sua condição de excluído. Seu nível de autonomia é tendente a zero, na medida que se encontram totalmente desprotegidas de políticas que confirmam algum suporte social (p. 220).

A família vítima da pobreza que, também, sofre violências tem ampliada a probabilidade de lidar de forma violenta com os filhos (Sullca & Schirmer, 2006) ou de perpetuar comportamentos violentos, através da sua função socializadora e de manutenção de papéis (Meneghel, Giugiani. & Falceto, 1998). Esses fatores explicativos da violação de direitos da criança e do adolescente no contexto familiar (como a pobreza, desemprego, valores culturais, entre outros supracitados) permitem uma visão mais ampla do fenômeno em questão, uma compreensão para além do núcleo familiar, pois propõem um olhar menos estigmatizante e menos culpabilizante da família, uma vez que a mesma está inserida nesses processos macrossociais.

Neste sentido, o acúmulo de riscos dá-se com mais intensidade nas famílias mais pobres, uma vez que estão expostas a problemas decorrentes da violência estrutural, tais como: falta de alimentação, de habitação e de emprego. Condições estas que favorecem a manutenção das situações de risco (Sherer & Sherer, 2000).

O espaço da família é visto como o lócus de violência e, ao mesmo tempo, de relações afetivas que podem ter um potencial de fortalecer e transformar os maus-tratos em práticas saudáveis para o desenvolvimento humano, a partir das intervenções dos programas de atendimento (Deslandes, 1994).

Do ponto de vista relacional, Amazonas, Damasceno, Terto e Silva (2003) indicam que as famílias das camadas populares partilham de uma solidariedade entre o grupo para

garantir a sobrevivência de cada um. Essa postura de solidariedade não deve ser confundida com uma harmonia nas relações (o conflito continua a existir); nem se limita apenas ao grupo de parentes, pois, em várias situações, os vizinhos são convidados a ajudar a família, como por exemplo, quando uma vizinha cuida da criança de outra pessoa para que esta possa trabalhar. Segundo as autoras, “As famílias dessa população necessitam desenvolver estratégias de sobrevivência, e toda a rede familiar deve participar da manutenção do grupo, no que diz respeito tanto a prover materialmente quanto aos cuidados com seus membros, principalmente as crianças” (p.13).

Outros autores (Reichenheim et al., 1999) indicam a necessidade de mais estudos e intervenções na temática da violência familiar no sentido de preveni-la. Essas intervenções que objetivam fazer o enfrentamento a essas violações devem levar em conta questões relativas aos direitos públicos, individuais e da família (Ferreira, Gonçalves, Marques & Moraes, 1999).

CAPÍTULO II

CONCEITUANDO FAMÍLIA, SITUAÇÃO DE RISCO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Neste capítulo, serão apresentadas as categorias teóricas que permitirão o debruçamento sobre o objeto de estudo, quais sejam: família, situação de risco e violação de direitos.

2.1 Família

Para efeito desta dissertação, será utilizado o conceito de família adotado pelo Programa de Apoio Integral à Família – PAIF, que funciona em nível nacional, pois, a partir das experiências de intervenção com famílias em situação de risco, aproxima-se bastante da realidade dessas famílias, além de ser mais flexível quanto aos seus formatos. O PAIF tem como público famílias em vulnerabilidade social, fundamentalmente aquelas que recebem algum tipo de bolsa ou benefício social. Neste sentido, considera família enquanto:

núcleo afetivo, cujos membros se vinculam por laços consangüíneos, de aliança ou de afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; - não existe família enquanto modelo idealizado, e sim famílias resultantes de uma pluralidade e arranjos e re-arranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [MDS], 2006, p. 26).

Tomam-se emprestados da Teoria Crítica elementos que ajudaram a compreender as famílias participantes desta pesquisa, com a ressalva de que não se pretende aqui utilizar esta Teoria enquanto arcabouço teórico, mas como respaldo, a partir de duas autoras brasileiras que estudam o fenômeno da violência contra a criança e o adolescente sob esta perspectiva crítica: Azevedo (2009) e Bruschini (2009).

A Teoria Crítica utiliza-se de vários níveis na compreensão da família. Primeiro, entende a família enquanto instituição historicamente construída em suas estruturas e seus determinantes. Segundo, depreende que essa história é descontínua no tempo e no espaço, sendo necessário utilizar três níveis de análise: 1) cotidianidade – relativo à vida cotidiana; 2) padrões de relacionamento emocional – no que diz respeito ao processo de socialização e; 3) relação entre sociedade e família. Além disso, não se pode fugir da estrutura de desigualdade entre idade e sexo ao se debruçar sobre os modelos de família, pois o homem tem se sobreposto historicamente sobre a mulher e os adultos sobre a criança (Azevedo, 2009).

Na mesma linha, Bruschini (2009), amparada pela Teoria Crítica, enuncia a necessidade de “dissolver sua aparência de naturalidade, percebendo-a como criação humana mutável” (p. 56). Significa que a família, sendo criação humana, não está estagnada e sofre mudanças com o desenrolar do tempo ou efeito de diferentes culturas e contextos. Posiciona-se contrária à vertente funcionalista da sociologia no estudo da família, representada principalmente por Parsons, aproximando-se da vertente da Escola de Frankfurt ao criticar o papel conservador da família e o lugar de poder paterno sobre a liberdade do filho, apesar de ambas as visões compreenderem a “família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos” (p.66). Deste modo, para perceber a família enquanto lugar de socialização da criança, deve-se considerar o nível psicológico para compreender as múltiplas estruturas familiares de acordo com o padrão emocional na medida em que é um grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos.

Apesar de, na modernidade, o modelo mais freqüente de família ser o nuclear (marido, mulher e filhos), há uma gama de possibilidades de outros formatos, fazendo com

que, na visão da autora, a realidade empírica extrapole o modelo, mostrando tanto que ele não dá conta dos arranjos existentes quanto a riqueza desse grupo social (Bruschini, 2009).

A autora salienta que não se pode perder de vista a importância da rede de parentesco do ponto de vista econômico e de arranjos cotidianos. Esse tipo de ajuda dos parentes não é percebido quando se considera família apenas as pessoas que moram na casa, como o faz a vertente da Demografia, ao tratar enquanto sinônimos o núcleo familiar e a unidade doméstica (domicílio) em seus estudos quantitativos, o que, se feito de maneira acrítica, pode implicar em equívocos. Estudos qualitativos como os antropológicos, que utilizam a “observação participante, entrevistas pouco-estruturadas e envolvimento do pesquisador com pequenos grupos”, podem implicar resultados que percebam as fronteiras que demarcam a família, tanto a partir do olhar do pesquisador quanto das representações dos participantes. Dadas as dificuldades de realização de pesquisas deste tipo, como a observação participante nos lares das famílias, há a opção de mesclar as abordagens demográficas ou censitárias (com dados estatísticos e abrangentes) com as qualitativas que buscam “apreender a dinâmica da interação entre os indivíduos no grupo familiar e de parentesco” (Bruschini, 2009, p.84). A riqueza de relações cotidianas que se dá no contexto da família desencadeia e gera:

uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. A sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflitivas. A divisão interna de papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo (Bruschini, 2009, p. 85).

A discussão da Teoria Crítica permite que se trabalhe com famílias nos contextos de situação de risco, uma vez que ajuda a fazer uma leitura crítica dessas famílias em se tratando de uma teoria reflexiva e dialética. Os seus princípios de não-naturalidade e de mutabilidade contrapõem-se à utilização de padrões estabelecidos que devem ser seguidos,

a exemplo do termo frequentemente utilizado, “família desestruturada”, para referir-se a diferentes arranjos. A representação sobre este tipo de família (“desestruturada”) só é possível na medida em que se usam modelos rígidos e engessados de família.

Esses modelos marcados pela influência da corrente funcionalista estadunidense partilham de uma visão harmônica de família, correspondendo a um núcleo coeso que se organiza para sobreviver e partilha de papéis e funções estabelecidas entre os membros, com o homem trabalhando fora para o sustento do lar e a mulher responsável pela educação dos filhos e afazeres domésticos, como se essas funções e lugares ocupados fossem eternos e universais, decorrentes das condições biológicas. Bruschini (1989, 2009) e Azevedo (2009) contrapõem-se àquele modelo, atentando para as relações conflitivas que acontecem no lar, dependendo do lugar, da hierarquia e do poder de cada membro na família, da reprodução ideológica e da função de produção (lugar de reprodução da força de trabalho). Deste modo, o grande número de famílias em situação de risco que sobrevive de programas traduz a reprodução de uma lógica do capitalismo atual, do sobrante, do excluído que vive de “migalhas”. Mas, enquanto instituição dinâmica e viva, a família também partilha de relações de organização, solidariedade e afeto. As dimensões do prazer e dos conflitos convivem juntas.

As dinâmicas próprias de cada família, com relações de dominação e de submissão, de acordo com a heterogeneidade de idades e sexo, são permeadas por conflitos e ideologias. Destarte, a reprodução da violência física encontra enquanto aspecto ideológico a justificativa para sua finalidade: educar os filhos. Assim como o Estado age através da força, o poder do adulto sobre a criança e do homem sobre a mulher constituem as relações desiguais dentro das famílias.

Neste sentido, esta dissertação compartilha da visão crítica da família para compreender a violação de direitos da criança e do adolescente em contextos de situação de risco.

2.2 Situação de risco

A palavra risco passa a existir no catalão durante o século XIV, dois séculos depois (XVI) nas línguas latinas, e nas línguas anglo-saxônicas no século posterior (XVII). Ela passa a significar a possibilidade de que eventos futuros ocorram. Antes disso, havia, apenas, a noção de tragédias, catástrofes, fatalidades (Hillesheim & Cruz, 2008).

A noção de risco traduz-se por situações caracterizadas pela instabilidade que pode resultar ou não em danos aos que se encontram nesses contextos. Para este estudo, são necessárias referências que contemplam a situação de risco tanto no que diz respeito às crianças e aos adolescentes quanto à família como um todo. A concepção adotada neste trabalho entende que não só a criança está sujeita a essas possibilidades de danos, mas a sua família também passa por riscos semelhantes. Para amparar estes posicionamentos quanto a essa questão, utiliza-se o referencial de dois grupos de autores que têm desenvolvido trabalhos no campo da infância e da adolescência em situação de risco, quais sejam: Lescher et al. (2004) e Hillesheim e Cruz (2008) – para fundamentar o conceito de crianças e adolescentes em situação de risco; e um grupo de autores ligados ao CEP-RUA¹, Cecconello e Koller (2003), Cecconello (2003), Paludo (2008) e Paludo e Koller (2008) – para caracterizar as famílias em situação de risco.

Quanto à questão das crianças e adolescentes em situação de risco, concorda-se com Lescher et al. (2004), na medida em que entendem por situação de risco “a condição de crianças que, por suas circunstâncias de vida, estão expostas à violência, ao uso de

¹ Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua, vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS.

drogas e a um conjunto de experiências relacionadas às privações de ordem afetiva, cultural e socioeconômica que desfavorecem o pleno desenvolvimento bio-psico-social” (p. 11).

Essas exposições a violências que configuram a situação de risco, tal qual já vista nesta dissertação, podem ser expressas através da violência física, violência psicológica, negligência, violência sexual, trabalho precoce, outrossim, caracterizam-se também pelo acesso a substâncias psicoativas como o álcool e outras drogas, condições econômicas em que estão inseridos. Nesta perspectiva, viver nestes contextos de situação de risco pode “desfavorecer” o desenvolvimento desses sujeitos de direito.

Também aproxima-se aqui aos pensamentos de Hillesheim e Cruz (2008), quando criticam a noção de risco associada às classes populares e à infância desde a perspectiva que as consideram como classes perigosas (os riscos são para a Sociedade e para o Estado) que necessitam da intervenção do Estado (antecipando perigos) para não gerar maiores problemas para ele mesmo. Longe disso, apontam para a necessidade de compreender esses sujeitos em situação de risco como estando em vulnerabilidade social e pessoal (risco para eles).

Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente não utilizar o termo risco, evitando o sentido de situação irregular do Código de Menores, dentre o universo de crianças e adolescentes brasileiros, dispõe sobre o público da proteção integral no seu artigo 98º, dando margem à interpretação de que havendo uma ameaça (probabilidade) de violação, haveria, consequentemente, um risco (Hillesheim & Cruz, 2008):

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
 I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
 II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
 III - em razão de sua conduta. (ECA, 1990)

Hillesheim e Cruz (2008), citando Gomes da Costa (1993), ao analisar as medidas de proteção especial do ECA, apontam que são direcionadas às crianças e aos adolescentes que se encontram em situação de risco social e pessoal. Para o autor, essas medidas não tratam de todo o universo infanto-juvenil, mas da infância em situação de risco. Ou seja, para aqueles que “se encontram em circunstâncias particularmente difíceis da vida” (p. 195). A situação de risco de crianças e adolescentes está ligada a fatores que ponham em perigo ou causem efetivo dano as suas integridades física, psicológica ou moral, em decorrência “da ação ou omissão de diversos agentes, tais como a família, outros grupos sociais, ou o próprio Estado” (p.195).

Para complementar essa visão da infância e adolescência em condição de risco no que diz respeito à negligência e outras violações dos seus direitos, outros autores dão embasamento para compreender a situação de risco, a partir do contexto da família, ajudando a caracterizar essas famílias que também estão em situação de risco. Paludo e Koller (2008) identificam que as famílias de baixa renda sofrem pela situação econômica no que concernem vários fatores que colocam as crianças e os adolescentes em maior vulnerabilidade para sair de casa e procurar as ruas para obtenção do sustento, a saber: falta de escolaridade dos pais; dificuldade de acesso ao emprego e ao local de moradia. Essa caracterização também deve englobar um conceito de situação de risco; são famílias pobres que tem uma série de necessidades não garantidas pelo Estado e sofrem as vulnerabilidades de se estar em situação de risco social e pessoal, o que pode acarretar situações de perigo e danos as suas crianças e demais membros. Mas como delimitar se a família encontra-se ou não em situação de risco?

Os critérios utilizados por esse grupo de autores, a partir dos quais se referenciou aqui, foram: a baixa renda familiar; o local de residência - comunidades cujos níveis de violência ou tráfico de drogas são altos (Cecconello & Koller, 2003; Cecconello, 2003);

somados ao baixo nível de escolaridade dos pais; o desemprego ou os empregos cuja relação de trabalho é precarizada e; os filhos matriculados em escolas públicas (Paludo, 2008).

2.3 Violação de direitos

Nesta dissertação, comprehende-se que as violências cometidas contra a criança e o adolescente são formas de violação dos seus direitos, na medida em que as famílias, a sociedade ou o Estado não cumprem o que determinam a Constituição da República e o ECA quanto aos artigos que serão abordados em seguida. Quando a família comete violência física, violência psicológica contra a criança e o adolescente, insere-os precocemente no mundo do trabalho ou é negligente, ela viola esses direitos. Neste sentido, violar é transgredir os direitos fundamentais da criança e do adolescente. Destarte, para definir violação de direitos, utiliza-se o referencial dos Direitos Humanos (Bobbio, 2004) e o marco legal que trata dos direitos das crianças e adolescentes (Constituição Federal, 1988; ECA, 1990).

Na visão de Bobbio (2004), os direitos humanos, apesar de serem fundamentais, não são naturais como defendem os jusnaturalistas; pelo contrário, são construídos historicamente. Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos deixaram os limites de cada nação para abranger todos os povos, consolidando-se enquanto direitos universais a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, com 48 Estados a favor. A afirmação desses direitos na Declaração foi tanto universal quanto positiva:

universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado (Bobbio, 2004, p.49).

Os direitos não surgem todos de uma vez, pois o homem como ser histórico evolui no poder que exerce sobre os outros homens e sobre a natureza, havendo uma luta em busca de novas liberdades contra velhos poderes, possibilitando assim que se criem gerações do direito com características próprias. Os direitos podem ser apreendidos em quatro gerações: a *primeira geração* diz respeito aos direitos civis e políticos, como o direito à liberdade - esses direitos emergem com a idéia de que o Estado seria apenas um guardião das liberdades individuais – ou “um não-agir do Estado”, traduzidos atualmente, por exemplo, pelo direito à vida e à intimidade; a *segunda geração* é representada pelos direitos sociais ou pela “ação positiva do Estado”- o Estado é apontado como responsável em suprir as necessidades individuais e sociais, tendo o termo “positivo” o sentido de reivindicação do Estado quanto à ação diante dos problemas da sociedade, garantindo, por exemplo, acesso à saúde e à educação; a *terceira geração* de direitos refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais, com destaque para os direitos reivindicados pelos movimentos ecológicos; a *quarta geração* de direitos é representada pela defesa do patrimônio genético, exemplificado pela pesquisa biológica (Bobbio, 2004). Os direitos são históricos, surgem à medida que aparecem novos “carecimentos” provenientes do desenvolvimento da sociedade, do desenvolvimento técnico. O fato de surgirem e se renovarem demonstra a sua não-naturalidade.

Bobbio (2004) comprehende ainda que os direitos evoluíram e, a partir da Declaração Universal, que ao amadurecer passou de uma abrangência geral, para direitos mais específicos (de grupos). Para efeito desta dissertação, é importante abordar os direitos do grupo objeto deste trabalho: crianças e adolescentes. Neste sentido, o documento que complementa e avança o que estava posto na Declaração Universal é a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, justificada pela necessidade de proteção particular e cuidados especiais, saindo de um âmbito geral para um campo particular.

No que concerne ao direito da criança e do adolescente, localizados na segunda geração de direitos abordadas anteriormente, após a Declaração dos Direitos da Criança, houve um movimento de amplitude mundial que trouxe mudanças no marco legal referente a esses sujeitos, a saber: a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho - 1973, a Constituição da República - 1988, a Convenção dos Direitos da Criança – 1989, e Estatuto da Criança e do Adolescente - 1990. É importante destacar que, anterior a Declaração Universal dos Direitos Humanos, houve um movimento pró direito da criança, através da Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, adotada em 1924 pela Liga das Nações, mas esse movimento não logrou êxito internacional quanto a sua adesão. No que diz respeito ao contexto brasileiro no qual estamos inseridos, destacaremos a Constituição da República e o ECA por serem o marco legal que veio positivar o direito da criança e do adolescente no nosso país.

A Constituição, fruto de grande articulação e reivindicação dos movimentos sociais da década de 1980, inclusive daqueles ligados ao direito da criança e do adolescente, concebe no seu Artigo 227, modificado em 13 de julho de 2010 pela Emenda Constitucional nº65, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência,残酷和opressão (Constituição da República Federativa do Brasil, 2010).

A partir da Constituição, a criança passa a ser considerada sujeito de direitos, o que é concretizado na legislação a partir do ECA. Essa nova concepção rompe com o Código de Menores de 1979, passando da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina de Proteção Integral. A criança e o adolescente em situação de risco, do ponto de vista legal, deixam de ser considerados “delinquentes” e se tornam sujeitos de direitos que devem ser protegidos pela família, sociedade e Estado.

O ECA vem positivar o direito da criança e, já nas suas disposições preliminares, confere um amplo espectro de direitos, caracterizando esses sujeitos em desenvolvimento (Art. 3º, 4º e 5º) como merecedores de especial atenção e proteção:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. [...]

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990).

No seu capítulo II, que reza sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, abre a possibilidade para a criança e o adolescente serem considerados enquanto sujeitos que têm o direito de perguntar, de participar das decisões da própria vida, de ser escutado, além do direito à brincadeira, entre outros:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (ECA, 1990).

O trabalho precoce também passa a ser considerado uma violação de direitos (Art. 60), sendo proibido aos menores de dezesseis anos, com exceção dos que, a partir dos quatorze anos, participam de programas de aprendizagem cujas normas são igualmente definidas em Lei. Outrossim, o capítulo IV dispõe de artigos que cuidam, dentre outros,

dos direitos relacionados ao acesso à educação, garantindo educação pública às crianças e aos adolescentes. Seguem algumas dessas garantias:

Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência. [...]

Art. 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. [...]

Art. 56 - Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar

os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência (ECA, 1990).

A partir do delineamento desse quadro de leis e convenções que positivam o direito da criança e do adolescente, os dados desta pesquisa revelam que, apesar de se constituírem marco legal de defesa e proteção integral a esses sujeitos em desenvolvimento, esses direitos nem sempre são respeitados. A violação de direitos dá-se na medida em que esses direitos construídos socialmente, fruto de lutas e engajamentos sociais, não são respeitados

Bobbio (2004) afirma que não há mais um grande problema ou questionamento quanto ao fundamento dos direitos humanos, a questão atual é a de protegê-los, garanti-los, neste sentido, a dificuldade encontra-se no campo político. Nesta perspectiva, os direitos humanos e, por conseguinte, os direitos da criança e do adolescente podem estar mais no campo ideal que no real. Para a efetivação e verdadeira positivação desses direitos, é imprescindível o engajamento do Estado.

CAPÍTULO III

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão abordados os aspectos metodológicos deste estudo (o contexto da realização da pesquisa, os participantes, os instrumentos e o tipo de análise escolhida), utilizando diversas fontes na tentativa de conhecer o objeto.

O trabalho de campo, para além da coleta de dados simples, é importante na medida em que o pesquisador cultiva uma “presença e participação constante dentro da instituição, comunidade ou grupo de pessoas que está pesquisando, o que dá acesso a fontes importantes de informação informal” (González Rey, 2005, p.96).

Na tentativa de compreender as famílias de crianças e adolescentes com direitos violados, é necessário encontrar ferramentas que possibilitem a apreensão de aspectos tanto objetivos quanto subjetivos. Para efeito desta dissertação, na tentativa de entender as maneiras pelas quais os discursos sustentam ou justificam diferentes práticas de violação de direitos, fizemos uso da metodologia qualitativa por considerar a complexidade e o caráter subjetivo do objeto de estudo.

3.1 Contexto de realização da pesquisa e Participantes

A pesquisa da qual trata esta dissertação foi realizada em uma instituição não-governamental localizada em um bairro da cidade de João Pessoa, cujo alto número de famílias em vulnerabilidade é relatado pela Topografia Social da Cidade de João Pessoa (Sposati, 2010).

A referida instituição atende crianças e adolescentes, através de projetos e/ou programas, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvendo ações sócio-educativas com as crianças, os adolescentes e suas famílias. As

atividades para as crianças e adolescentes ocorrem no contra-turno escolar para permitir que freqüentem tanto a escola quanto as atividades sócio-educativas. Dessa forma, seu funcionamento, nos turnos matutino e vespertino, possibilita a participação de crianças e adolescentes que estudam tanto pela manhã quanto pela tarde. O PETI utiliza a idade como um critério de participação e permanência, atendendo crianças e adolescentes entre 07 e 15 anos e 11 meses.

A escolha da instituição para a realização desta pesquisa justifica-se pelo fato do Núcleo de Pesquisa Desenvolvimento da Infância e Adolescência em Situação de Risco Pessoal e Social ser vinculado a este Programa de Pós-Graduação, do qual o aluno autor desta dissertação faz parte, desenvolver um projeto de extensão com alunos de psicologia na referida instituição e ter identificado famílias com histórico de violação de direitos das suas crianças.

O referido projeto de extensão, denominado Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações de Potencialização das Crianças e Adolescentes Atendidas nas Ações Sócio-Educativas de Convivência, realiza, semanalmente, atividades com as crianças e os adolescentes e visitas domiciliares e, mensalmente, encontros com os adultos responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes atendidos naquela instituição. Pela relação entre a instituição e o núcleo de pesquisa se configurar a partir das atividades do PETI, referir-se-á na maioria das vezes, nesta dissertação, ao núcleo do PETI e não à ONG.

A partir do referido Projeto, deu-se a participação deste pesquisador, desde o ano de 2009, para conhecer e aproximar-se daquela instituição, e, a partir de 2010, nas atividades junto às famílias dessas crianças e desses adolescentes com histórico de violação de direitos, de modo esclarecido para todos (instituição, famílias, crianças) sobre os objetivos dessa inserção nas atividades, a partir de uma necessidade de desenvolver uma pesquisa de Psicologia Social.

Os participantes desta pesquisa são membros de famílias que se encontram em situação de risco e apresentam no seu histórico violação de direitos das suas crianças. A situação de risco das famílias é caracterizada pela condição sócio-econômica (baixa renda familiar ou a principal fonte de sobrevivência consistir nos repasses de renda do Governo Federal, na forma de bolsas ou benefícios), por viverem em uma comunidade periférica e em sua maioria apresentarem um baixo nível de escolarização.

Participaram desta pesquisa 14 pessoas que representam sete famílias. Foram entrevistadas para cada família, 01 adulto e 01 criança. A justificativa do número de famílias baseia-se no fato de o Projeto desenvolvido pelo Núcleo ter acompanhado, no ano de 2009, 23 crianças e adolescentes, contudo, apenas algumas famílias foram identificadas como tendo histórico de violação de direitos. O PETI tem como principal público-alvo crianças e adolescentes egressos de algum tipo de trabalho, o que levaria a crer no possível histórico de violação de direitos de muitos, uma vez que o trabalho precoce constitui-se enquanto violação, conforme visto nos capítulos anteriores. Detectou-se este tipo de histórico em sete famílias. Todas participaram da pesquisa.

A decisão de entrevistar uma pessoa adulta (responsável) e uma criança, para cada família, deu-se pela tentativa de analisar as famílias de crianças e adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos, daí a importância de ter acesso ao discurso tanto do adulto quanto da criança. O critério de participação de um adulto da família foi a sua freqüência nas atividades realizadas no Núcleo direcionadas à família e a sua autoidentificação enquanto responsável pela criança, cujo critério foi o de ter sofrido violação de seus direitos.

3.2 Técnicas e Instrumentos

Lançou-se mão de algumas técnicas e instrumentos na realização desta pesquisa que permitiram subsidiar a análise de famílias de crianças e adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos. Quanto às técnicas, utilizamos a observação participante e as visitas domiciliares. Os instrumentos utilizados foram a entrevista semi-estruturada (diferenciadas quanto ao seu uso para adultos ou crianças) e o diário de campo. Sabe-se que os instrumentos têm a função de acessar dimensões da realidade, mas estão longe de abranger toda a complexidade do objeto, no nosso caso, as famílias de crianças e adolescentes no contexto de violação de direitos. Entretanto, essas diferentes estratégias de investigação permitiram a apreensão de diferentes aspectos que o formam.

3.2.1 Observação participante

A observação participante é definida por Schwartz & Schwartz (1955, p. 355, citado em Minayo, 2008) como:

um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.

O núcleo do PETI, no qual esta pesquisa foi realizada, desenvolve atividades mensais com os responsáveis pelas crianças, chamadas de “reuniões”. Cada reunião tem um tema diferente que é abordado pelas educadoras no Núcleo ou por convidados externos, além de servir de espaço para discutir as dificuldades da instituição na lida diária com as crianças e adolescentes, o acompanhamento escolar e o planejamento de atividades (como eventos que envolvam a participação e engajamento dos responsáveis).

Neste sentido, a observação participante foi realizada durante essas reuniões, nas quais o pesquisador observou, principalmente, as responsáveis pelas crianças participantes da pesquisa, o que acarretou no acesso às informações a respeito daquelas famílias,

principalmente, sobre seus problemas cotidianos, muitas vezes relacionados à violência estrutural sofrida. As reuniões eram freqüentadas, em sua grande maioria, por mulheres (mães, avós, tias, primas), raramente com a presença de homens. Durante as observações, o pesquisador pôde comentar e perguntar quando lhe parecia necessário (esclarecer algo) ou quando foi demandado pelas participantes, chegando a, em uma dessas reuniões, especificamente, a última em que participou para avaliar a sua participação e informar sobre o momento de desligamento da instituição para o trabalho de análise dos dados, facilitar uma oficina juntamente com a sua orientadora. A conversa inicial com as famílias deu-se também em uma dessas reuniões, na qual foi apresentado enquanto pesquisador, iniciando um diálogo que culminaria na participação das famílias nesta pesquisa.

A observação participante nas reuniões mensais teve por objetivo complementar os dados que foram obtidos nas entrevistas, facilitadas pelas visitas domiciliares.

3.2.2 Visitas domiciliares

As visitas domiciliares foram realizadas, tanto a partir de demandas das próprias famílias, no que diz respeito às intervenções realizadas pelo projeto de extensão, quanto pelas demandas deste pesquisador, no que diz respeito à realização da pesquisa. Constituiu-se em um dispositivo utilizado para conhecer as condições de vida dos participantes entrevistados *in loco*. Através das visitas, foi possível conhecer as diversas constituições familiares dos educandos do núcleo, além das situações que revelam várias formas de violação de direitos, inclusive no que diz respeito à família, da violência estrutural.

Durante as visitas, participaram este pesquisador acompanhado por uma estudante de graduação do Projeto de extensão, por três principais motivos: 1) enquanto Núcleo, tem-se a compreensão de que o trabalho de campo, por se tratar de realidade diferente do

pesquisador, pode apresentar riscos ao mesmo, que são minimizados na medida em que está acompanhado por outra pessoa deste Núcleo de Pesquisa; 2) entende-se também que, neste tipo de trabalho, a presença de mais de uma pessoa é importante para que, enquanto um conversa mais ativamente, o outro possa auxiliar no registro escrito de informações, nomes, datas e; 3) apesar de o trabalho de intervenção ser feito em conjunto entre o pesquisador e as extensionistas, era das últimas a maior responsabilidade por encaminhamentos relacionados ao Projeto.

Além dos esclarecimentos sobre a pesquisa e a assinatura do termo de consentimento também terem sido facilitados durante as visitas, outra aplicabilidade das visitas foi de servir de contexto para o convite ou agendamento das entrevistas que foram realizadas tanto na casa das participantes quanto no núcleo do PETI. Houve uma situação, apenas, na qual a entrevista foi realizada na residência da participante, após a atividade de visita, por uma demanda da participante que dispunha de tempo naquele momento e assim o preferiu.

3.2.3 Entrevista semi-estruturada – adultos

As entrevistas tiveram como locais de realização uma das salas do núcleo do PETI e a casa da participante responsável pela criança, de acordo com a preferência da mesma por um ou outro lugar. O uso do gravador de áudio foi previamente solicitado e, em todas as entrevistas, foi utilizado com o consentimento das participantes. Foi realizada uma entrevista piloto que possibilitou verificar a adequação das questões do ponto de vista semântico, além de permitir uma avaliação da seqüência das questões e servir como treinamento para o pesquisador. O roteiro de entrevista semi-estruturada objetivou coletar informações acerca da família e sobre as violações de direitos da criança, na perspectiva do

adulto. Foram abordados os seguintes eixos: *dados sócio-demográficos, situação de risco familiar e violação de direitos na família* (Anexo A).

3.2.4 Entrevista semi-estruturada – crianças

No caso das entrevistas com as crianças, foram todas realizadas no núcleo do PETI. Assim preferido por conta da maior delicadeza necessária para se entrevistar uma criança e assegurá-la um espaço de privacidade e segurança quanto aos conteúdos abordados na entrevista. Partindo do pressuposto de que as violações de direitos ocorreram, na sua maioria, no contexto familiar, seria mais difícil para a criança falar dessas questões na sua casa, sob o risco de estarem no mesmo lugar que a pessoa que cometeu ou comete aquela violação. Desta forma, evitou-se também o risco de revitimização, dada a possibilidade de a criança sofrer novas violações em decorrência das informações abordadas na entrevista. As entrevistas com as crianças foram realizadas, em sua maioria, no horário inicial da tarde, momento em que as crianças concentram-se para início das atividades. Esse horário foi adotado por nós ao percebermos que a entrevista poderia “concorrer” com as atividades sócio-educativas. O responsável por cada criança assinou o termo de consentimento para que o educando fosse entrevistado.

Para as crianças, também foi realizada uma entrevista piloto com a mesma finalidade abordada acima quando da entrevista com adultos. As entrevistas objetivaram obter informações junto a criança acerca da sua família e da violação de direitos sofrida. Os eixos abordados foram: *dados sócio-demográficos, relação com a escola e violação de direitos na família* (Anexo B). As entrevistas tiveram o áudio gravado após consentimento das crianças (as crianças não assinam o termo de consentimento, sendo esta uma tarefa do responsável, no entanto, fazia-se necessário que a criança soubesse do uso do gravador e opinasse sobre a sua utilização).

Como recurso para a realização das entrevistas com as crianças, quando a entrevista não fluía inicialmente, recorria-se ao desenho na tentativa de facilitar a realização da entrevista. Perguntava-se se a criança gostava de desenhar e se oferecia papel e lápis coloridos com o pedido de que desenhassem uma família. Após o desenho, indagava-se de quem era aquela família, após esta identificação, procedia-se ao roteiro. Vale ressaltar que o uso do desenho não teve o objetivo de servir de material para qualquer tipo de avaliação do desenho do ponto de vista psicodiagnóstico, mas como recurso auxiliar da entrevista.

3.2.5 Diário de campo

O diário de campo foi o instrumento no qual foram registrados diversos momentos da pesquisa, as informações obtidas a partir das visitas domiciliares, das observações participantes com o grupo de responsáveis e das entrevistas com adultos e crianças. Registraram-se todas as informações, atividades desenvolvidas e impressões pessoais; informações estas que ajudaram tanto no decorrer da pesquisa de campo, durante a qual fez-se modificações e adaptações na medida em que se avaliam os instrumentos e técnicas, quanto na análise dos dados, durante a qual foi necessário recorrer ao diário de campo para encontrar esses registros que, de outra maneira, não seriam preservados na memória do pesquisador com o nível de rigor necessário à pesquisa qualitativa.

As entrevistas são o principal recurso para o desenvolvimento da análise de discurso desses participantes, mas o diário de campo tem uma dimensão importante por agregar informações de todo o processo de pesquisa, inclusive dos outros instrumentos e técnicas.

3.3 Procedimentos

A identificação das famílias com histórico de violação de direitos deu-se, inicialmente, a partir do Projeto de extensão acima mencionado, que identificou, em 2009, a ocorrência de violação de direitos de crianças e adolescentes no contexto das famílias que atende. Estes direitos violados foram identificados como: trabalho precoce; negligência; violência física; violência psicológica e; cárcere privado. Além de detectar a ocorrência de problemas na saúde de algumas crianças apontados pela própria família, muitas vezes não encaminhados ao sistema de saúde, ou quando encaminhados, não receberam o prosseguimento ao tratamento adotado. Igualmente, constatou-se que algumas famílias encaminharam os filhos para uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência, com o intuito de diagnosticar possíveis deficiências mentais que são identificadas no seio familiar a partir do baixo desempenho escolar das crianças (dificuldade de aprendizagem, dificuldade de leitura), ou através da percepção de que aquele filho não se desenvolveu como os demais.

Antes de iniciar a pesquisa propriamente dita, o pesquisador foi apresentado aos estudantes de psicologia do projeto de extensão e, juntamente com a coordenação, decidiu sobre a aproximação inicial com a instituição (no ano de 2009). Inicialmente acompanhou algumas atividades deste grupo, no que diz respeito às crianças e famílias do PETI, criando um canal de comunicação que possibilitou, mais a frente, a formalização da pesquisa junto à instituição, em 2010, através do termo de anuência, documento obrigatório à submissão do então projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Hospital Universitário Lauro Wanderley), sendo aprovado em abril de 2010 (Anexo C). Portanto, esta pesquisa está em conformidade com os passos determinados pela Resolução Nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Após aprovação do Comitê, os objetivos da pesquisa foram explanados em reunião com as responsáveis pelos educandos na instituição, explicitando que, a partir daquele momento, a participação do pesquisador nas atividades teria um cunho de pesquisa e seria voltada apenas para as famílias contatadas posteriormente, através de visita domiciliar. Apesar da identificação prévia de violações de direitos realizada pelo projeto, foi necessário o retorno às casas, por meio de visitas domiciliares, para melhor compreender essas violações e seus contextos, a partir do olhar do pesquisador, que é diferente do extensionista no que diz respeito aos seus objetivos. Neste sentido, através das visitas domiciliares e da observação participante, foram confirmados históricos de violação de direitos da criança nos contextos das sete famílias participantes deste estudo, que serão apresentados no Capítulo IV.

Quando ocorria a realização das visitas, as famílias eram convidadas formalmente a participarem da pesquisa, após explicação dos objetivos, firmava-se o acordo de sigilo quanto à identificação dos participantes, seguindo-se da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para adultos (Anexo D) e crianças (Anexo E). As visitas foram realizadas no contexto do Projeto de extensão, mas tinham como objetivo principal deste pesquisador o interesse pela realidade das famílias e a possibilidade de serviram de ponte (vínculo = confiança) para a realização das entrevistas. Foram realizadas de acordo com a disponibilidade das participantes e das extensionistas estudantes de graduação, que dispunham de poucos horários semanais, implicando necessidade de cruzar as disponibilidades de tempo tanto dos participantes quanto dos membros do projeto. A necessidade da participação das extensionistas nas entrevistas dos adultos foi descrita no tópico específico. Quanto a importância da presença das mesmas nas entrevistas com crianças foi em dois sentidos: 1) facilitar a entrevista na medida em que as extensionistas mantinham, através das atividades sócio-educativas, contato direto com as crianças em

maior tempo, correspondendo a um vínculo mais forte que o estabelecido com o pesquisador e; 2) pela necessidade de encaminhamentos específicos a partir das entrevistas que, ao possibilitarem acesso a vivências de sofrimento, poderiam demandar intervenções no contexto do Projeto de extensão.

Efetuadas as entrevistas, deu-se início ao delicado processo de transcrição e análise de dados com base na Análise do Discurso na perspectiva das Práticas Discursivas de Mary Jane Spink (2004).

3.4 Análise de dados

A partir da compreensão de família enquanto construção histórica e da importância conferida às condições concretas de vida dessas famílias em situação de risco, foi utilizada a Análise de Discurso (AD) para compreender as práticas discursivas presentes nos dados coletados a partir das entrevistas. O diário de campo foi utilizado para subsidiar as análises na medida em que forneceu informações importantes para complementar os dados das entrevistas.

Antes de descrever os passos percorridos para a realização da AD, é necessário abordar de forma sucinta o seu histórico para entender de qual lugar parte-se dentro desse campo teórico-prático.

De forma bastante objetiva, pode-se dizer que o surgimento da Análise do Discurso está situado no fim dos anos 60, em detrimento de insuficiências da metodologia empregada naquela época pela Análise de Conteúdo, pautada em grande parte em uma visão conteudista. Os estudos de Psicologia Social eram orientados, até então, por uma concepção de linguagem que se pautava nos esquemas informacionais de comunicação, em que a produção de sentido seria considerada uma realidade a priori (Rocha & Deusdará, 2005).

Não obstante reconhecer a amplitude do campo da AD e suas diversas perspectivas e usos, tomaremos emprestada de Spink (2004; 2010) a sua perspectiva de AD, reconhecendo aproximação entre este tipo de análise e a Psicologia Social, quando utiliza o termo *prática discursiva*.

O termo prática discursiva é utilizado por aquela autora em preferência ao termo *discurso*. Por prática discursiva entende-se as diferentes maneiras pelas quais as pessoas, por meio dos discursos, de forma ativa, produzem realidades psicológicas e sociais. O discurso, a partir desta perspectiva, é percebido como a forma institucionalizada da linguagem e de todo o sistema de sinais de tipo linguístico, por exemplo, quando se reconhece maneiras próprias de falar associadas a determinados campos do saber, tais como a própria psicologia (Spink, 2010).

Ao se utilizar a perspectiva das práticas discursivas da produção de sentidos, foca-se então no *sentido*. Spink e Medrado (2004, p.41) definem *sentido* como "uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas constroem os termos, a partir dos quais, compreendem e lidam com situações e fenômenos a sua volta". Spink (2004) afirma que o modo como o pesquisador escolhe o método e a forma de trabalhar é uma questão de foco, de olhar, do que ele elege como figura/fundo; é através da ruptura do habitual, do usual, que se torna possível dar visibilidade aos sentidos:

numa entrevista, as perguntas tendem a focalizar um ou mais temas que, para os entrevistados, talvez nunca tenham sido alvo de reflexão, podendo gerar práticas discursivas diversas, não diretamente associadas ao tema originalmente proposto. Estamos, a todo momento, em nossas pesquisas, convidando os participantes à produção de sentidos (2004, p.45).

Spink (2004), ao trabalhar com práticas discursivas de produção de sentidos, propõe uma metodologia que busca investigar a forma pela qual as pessoas produzem sentidos, bem como as formas pelas quais se posicionam em suas relações sociais. Tais práticas estão localizadas em um campo da Psicologia Social, qual seja, a Psicologia

Discursiva. As práticas discursivas vão ser constituídas por três elementos: a dinâmica; os “speech genres” e; os conteúdos.

A dinâmica refere-se aos enunciados orientados por vozes, enunciados estes que descrevem como vai ocorrer o processo de interanimação dialógica processada durante uma conversação. A partir disso, emerge a importância de não descontextualizar trechos das trocas discursivas das análises, pois ao se retirar uma sentença do enunciado no qual está apoiado, tira-se o sentido. Deve-se levar em consideração, além do que a pessoa falou, o que se precedeu a essa fala, por exemplo, a pergunta do entrevistador. Deste modo, é que se constitui o contexto de produção de sentidos (Spink, 2004; 2010).

Os “speech genres” (linguagem social) referem-se às formas. É a partir deles que se permite predizer com base nas primeiras palavras como se desenvolverá o enunciado. Por exemplo, existe um gênero de fala adequado à sala de aula; outro a um consultório médico; outro para um enterro ou casamento. É, através da socialização, que se pode saber se uma situação é triste ou alegre, havendo formas adequadas para cada ocasião (Spink, 2004; 2010).

Os conteúdos são os repertórios interpretativos que são "unidades de construção das práticas discursivas - o conjunto de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem" (Spink, 2004, p.47) que delimitam a lista de possibilidades para a construção de sentidos. Os repertórios circulam pela sociedade de diversas formas (Spink, 2004; 2010).

Esse panorama teve como objetivo apresentar como se caracteriza este campo das práticas discursivas adotado nesta dissertação. No entanto, o percurso que se faz para acessá-las precisa ser delimitado e constitui-se em uma técnica de construção de *mapas* a partir das entrevistas, com o objetivo de “sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção linguística, dos repertórios

utilizados nessa construção e da dialogia implícita na construção de sentidos” (Spink, 2004, p.107). Os mapas são instrumentos de visualização com dois objetivos: 1) proporcionar subsídios para o processo interpretativo e; 2) facilitar a comunicação das etapas subjacentes ao processo de interpretação. Através dos mapas, preserva-se o contexto interativo, pois constituem-se em instrumentos de visualização do processo de interanimação, possibilitando mostrar quando o pesquisador indaga certas coisas ou realiza determinados comentários (Spink, 2004; 2010).

Para a realização da análise, percorremos alguns passos até chegar aos repertórios do discurso. Primeiramente, foram realizadas as transcrições das entrevistas, seguindo-se da sua leitura por completo, para então dar início à construção dos mapas a partir de categorias gerais próximas aos objetivos da dissertação, mas sem perder de vista a possibilidade do surgimento de categorias empíricas. Neste processo, estrutura-se, em um quadro (Anexo F), colunas que representam essas categorias, mas mantendo a seqüência das falas (participante e pesquisador), com o objetivo de não descontextualizar os conteúdos. Diante disto, procurou-se identificar: os processos de interanimação dialógica (na leitura horizontal do quadro), partindo da esquematização visual de toda a entrevista, e; os repertórios de discurso (leitura vertical) que serão apresentados no Capítulo IV, no qual os repertórios que emergiram das falas foram interpretados.

3.5 Reflexões sobre o método

A pesquisa de campo é recheada de dificuldades e surpresas que acontecem durante a sua realização e também das estratégias e alternativas encontradas pelo pesquisador para contorná-las ou, no mínimo, lidar com as mesmas.

Inicia-se pela dificuldade sentida pelo pesquisador ao trabalhar o tema da violação de direitos da criança nas entrevistas com ela. A prática profissional do pesquisador, dentre

outras experiências, proporcionou o desenvolvimento da atividade de terapeuta infantil, utilizando, para tanto, posturas, intervenções e referenciais no sentido de preservar a integridade da criança e, ao mesmo tempo, facilitar um processo de desenvolvimento emocional.

Neste sentido, sabia-se que as violações de direitos como a violência física e psicológica implicam em vivências emocionais de difícil compreensão para a criança. Assim, inicialmente, talvez o pesquisador tenha deixado de acessar o discurso delas por um excesso de proteção, na medida em que imaginava que, enquanto profissional, não poderia, como pensava naquele momento, proporcionar à criança momentos ruins como os de falar sobre coisas ruins para ela sob o risco de revitimizá-la. Esse sentimento tomou uma proporção maior que o esperado, levando a entraves na realização das entrevistas. Muitas das histórias de sofrimento foram conhecidas a partir das visitas e o pesquisador não queria ser aquele que novamente fala sobre aquilo, o que muitas vezes ocorre na rede de atendimento à criança, em que toda instituição que a criança chega é convidada a falar sobre o ocorrido.

Esse sentimento transformou-se, no decorrer da pesquisa, em força na medida em que com cautela e respeito passou-se a falar daqueles assuntos com elas, no tempo delas e com a presença de alguma das extensionistas; o que garantia que, se alguma demanda fosse identificada, esta, na medida do possível, seria atendida.

Outra dificuldade quando da entrevista, e agora tanto dos adultos quanto das crianças, deu-se pelo uso do gravador. No caso dos adultos, em menor proporção, visto que o trabalho realizado antes da entrevista serviu pra aumentar a confiança entre participante e pesquisador, possibilitando que falassem de temas difíceis como as diversas violações abordadas. Mesmo assim, houve dificuldade com duas mães, para exemplificar, será descrita uma dessas situações.

Houve uma preocupação quanto à utilização do áudio da entrevista. Durante a entrevista, a participante manteve-se resistente a conversar sobre violência física, aparentou estar receosa e, ao ser questionada sobre o cotidiano da família, fez questão de dizer que na casa dela não ocorria nada; pareceu haver uma espécie de “preparação” para a entrevista. Apesar do pesquisador a conhecer há mais de um ano e do vínculo mantido entre o Projeto e a família, esteve receosa quanto ao uso do gravador. No final da sua entrevista, perguntou no que seria usado, mesmo tendo recebido as explicações sobre os motivos e finalidades da pesquisa. Afirmou que realmente ficava preocupada por não saber para onde iria a gravação: programa de rádio ou televisão.

Com relação às crianças, a dificuldade percebida, quando do início da realização das entrevistas, foi contornada com uma abordagem de aproximação e familiarização entre a criança e o gravador. O gravador era mostrado para a criança, oferecido para que ela segurasse e operasse, chegando a situações de simulação de uma entrevista de brincadeira e, logo após, a escuta de como ficou. Além de facilitar a realização da entrevista, “quebrava-se o gelo” desse momento por vezes tão formal, utilizando-se do lúdico.

Outro desafio enfrentado refere-se ao lugar ocupado pelo pesquisador no projeto. As visitas eram realizadas em dupla e o objetivo desta atividade dentro do Projeto era de intervenção, mas o deste pesquisador era formalizar a participação através do termo de consentimento, o agendamento das entrevistas e o conhecimento dos contextos onde aquelas pessoas moravam. O que o colocou, em muitos momentos, com vontade de intervir a realidade mais do que investigá-la.

Outras tantas dificuldades referem-se ao agendamento das entrevistas, aos planejamentos realizados, que, em decorrência do contexto da instituição, das atividades dos participantes, provocaram um alongamento do tempo de trabalho de campo além dos

cronogramas previstos. Apesar dos obstáculos, o percurso da realização de uma pesquisa é sem dúvida instigante para aqueles que se aventuram.

CAPÍTULO IV

O DISCURSO DAS FAMÍLIAS: FAMÍLIA, RISCO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Neste capítulo, serão tratadas separadamente as famílias participantes deste estudo, utilizando uma numeração que varia de 01 a 07 para identificá-las. Essa atribuição de números tem apenas o caráter de nominá-las, diferenciando-as, mas esses números não tem o sentido de ordenar ou valorar os diferentes arranjos e histórias.

Dentro de cada família, caracteriza-se o seu perfil e será abordado o discurso² do adulto e da criança organizados a partir de três blocos: família; riscos e; contextos de violação de direitos. Ao final da descrição dos blocos, buscam-se os sentidos no discurso tanto das crianças como dos adultos.

Os nomes utilizados, durante este capítulo, são fictícios, os nomes verdadeiros foram substituídos conforme combinado com cada família quando da assinatura do termo de consentimento.

² Nesta dissertação, utiliza-se o referencial de Spink (2004, 2010) que comprehende os discursos enquanto práticas discursivas, no entanto, para facilitar o transcorrer do texto, será utilizado o termo discurso com o sentido de práticas discursivas.

4.1 Família 01

4.1.1 Perfil³

A família 01 é composta por quatro membros. O casal Andréa e Carlos, juntamente com seus filhos Bete e Marcos. São oriundos de uma cidade do interior do estado da Paraíba e mudaram-se para a capital em busca de trabalho. Vivem em uma casa que serve de moradia e trabalho. As duas crianças frequentam a escola. Foram entrevistados Andréa e Marcos. Ela tem 34 anos de idade, é alfabetizada, autodefine-se como morena, é casada civilmente e participa do Programa Bolsa Família e do PETI. As duas crianças participam das atividades do PETI. Marcos tem 11 anos, estuda o terceiro ano do ensino fundamental, afirma ser de cor marrom e é o filho mais velho do casal. O Projeto de Extensão realizou algumas visitas domiciliares a esta família e mediou conflitos entre o casal. Andréa buscava a equipe do Projeto também no núcleo do PETI para conversar.

4.1.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história, composição e dinâmicas configuram o discurso de Andréa sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *migração*. A categoria composição leva em consideração o repertório *membros*. Enquanto que a categoria dinâmicas contempla os repertórios *relação entre os membros, atividades que desempenham e futuro*.

A família é retratada por Andréa a partir da história na qual aborda a *migração* em busca de trabalho, facilitada por um irmão que já morava na capital. É representada por uma composição que se refere aos *membros*, concebidos a partir de um formato que ora contempla a família nuclear, ora a ampliada. As dinâmicas abarcam a *relação entre os membros* (relação conflituosa com a mãe e a irmã, família ampliada; quanto a sua relação

³ No tópico Perfil, refere-se ao número de pessoas que residem no domicílio. Os conceitos da família surgirão a partir das práticas discursivas do adulto e da criança que abordarão quem é a família para eles, com a possibilidade de contemplar, inclusive, pessoas que não moram no mesmo domicílio.

com a família nuclear, destaca a relação com o esposo, o qual considera “grosso”, mas percebe melhorias recentes), as *atividades que desempenham* (anteriormente o esposo não partilhava da divisão de tarefas relacionadas aos cuidados com as crianças, mas hoje começa a ajudar, levando as crianças para brincar nas praças, para a escola, para visitar parentes e para o interior nas viagens de férias) e o repertório *futuro* (receia que seu filho more no interior com uma tia, associando a vontade da criança ao seu histórico de ter presenciado brigas entre os pais e ter sofrido violência física pela mãe).

A partir das visitas domiciliares e contatos feitos no núcleo do PETI, Andréa relatava freqüentemente a sua vontade de que seu esposo fosse mais dedicado junto aos filhos e a ela mesma. Quando ela aponta para mudanças no comportamento dele, as associa às intervenções realizadas pelos integrantes do Projeto de Extensão:

P135 – [...] tá ajudando, levando os meninos pro colégio... De vez em quando que eu vou prum canto/prá casa de minha irmã mutcho cedo, ele vem deixar os meninos no colégio... essa semana mesmo ele deixou duas vezes eles no colégio... e foi buscar.
 (Responsável, feminino, 34 anos).

Para Marcos, as categorias composição e dinâmicas configuram o discurso sobre **família**. A categoria composição contempla o repertório *membros*. Enquanto a categoria dinâmicas aborda o repertório *tarefas realizadas*.

A família é representada por uma composição que se refere aos *membros*, mãe, pai e irmã (família nuclear), perpassada pela relação entre os membros, pois diferencia o que sente em relação à mãe e ao pai. Se, para ele, pode-se encontrar um pai facilmente, “num instante”, esse pai não tem o mesmo valor da mãe cuja presença no mundo é única:

G280 – [...] Quem é a sua família pra você?
 P281 - É bom. Eu gosto... Minha mãe é boa... É, só tem uma mãe no mundo, e se a pessoa não obedecer ela pode até morrer, a gente só fica com o pai só. E só tem uma mãe, mai os pai a pessoa pode, assim, arrumar pai num instante!
 (Educando, masculino, 11 anos)⁴.

⁴ Nas transcrições dos diálogos realizados nas entrevistas, utiliza-se sempre a inicial “G” seguida para identificar o pesquisador e a inicial “P” para o participante. As iniciais são seguidas por um número que remete à seqüência das falas.

As dinâmicas aparecem através das *tarefas realizadas* pelas crianças (tarefas domésticas de socialização) e pelo pai (que, na ausência da mãe, faz o almoço). Marcos revela também a necessidade que sente do pai frequentar as reuniões da escola, pois, segundo ele, o pai não vai e as pessoas questionam se ele não tem pai. Marcos silencia antes e após falar isto.

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Andréa sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla o repertório *condições econômicas da família*. A categoria estratégias de sobrevivência aborda os repertórios *atividades de trabalho e benefícios sociais*.

A situação de risco é representada por Andréa pelas *condições econômicas da família* relacionada à migração para João Pessoa em busca de trabalho (precisou da ajuda financeira da mãe e residir na sua casa). As estratégias de sobrevivência tratam do conjunto de recursos e fontes para fazer frente às necessidades da família através das *atividades de trabalho* de Carlos (cujo trabalho lhe proporciona incrementos como: moradia gratuita; água; energia; e gás), de Andréa (faz faxina e lava roupa na casa de terceiros) e dos *benefícios sociais* (Bolsa Família). Andréa nomeia o dinheiro do Bolsa Família como o “dinheiro dos meninos”:

G63 - Certo, e o Bolsa Família, é:: Andréa, como é que ele:: ajuda assim nessa renda? [...] esse valor da:: do Bolsa-Bolsa Família, como é que ele te ajuda?

P64 - É a feira né que a gente faz com o dinheiro mesmo...

G65 - Humm

P66 – E o dinheiro dele porque, uma a gente não paga água nem energia quem paga é o dono mesmo aí dá pra manter... compra as coisas pros meninos... dá:: pra levar... por que o dinheiro dele é só pra comprar:: pagar:: coisa assim... gás a gente não paga [...] e a Bolsa, o dinheiro dos menino da Bolsa Escola a gente faz a feira do mês.

(Responsável, feminino, 34 anos).

Para Marcos, a categoria situação de risco configura o seu discurso sobre **riscos** a partir dos repertórios *consumo de bebidas alcoólicas* (reconhece que o pai “bebia muita coca”, o que levava ao medo da esposa e dos filhos quanto a agressividade de Carlos) e

violências próximas da sua família e comunidade: um assassinato de um tio; o medo de que aconteça algo a sua família semelhante ao que ocorreu na conhecida Chacina do Rangel⁵; tiroteio próximo da sua casa no qual um homem foi morto e algumas pessoas acusaram o seu pai (a vivência dessa situação de risco vem no discurso de Marcos na forma de medo e estratégia de proteção utilizada pela mãe e pelas crianças que se esconderam embaixo da cama receando balas perdidas). O trecho abaixo ilustra parte do discurso:

G226 - Perto lá onde tu mora já aconteceu isso com alguém?

P227 - Meu tio já morreu disso...

G228 – Foi?

P229 – De três tiros lá perto de casa. Ele era bom. [...] Aí um dia foi, um dia que... que mainha ficou lá atrás. Aí mainha desmaiou, assim. E painho lá atrás... ... Não tem, é:: aquele facão da assassinada do Rangel? Não tem?

G230 - Como é o facão?

P231 - É aque/aquele tipo de facão... Painho tem:::. Um facão daquele... Mai ele... Painho tem um facão daquele, mai ele não faz nada com a gente não. Ele compra, ele compra, ele compra carne, essas coisas... Aí quando a carne é dura ele pega.

G234 – Hum-rum... O que é que tu acha de ter na tua casa um facão igual ao que foi usado lá na chacina?

P235 - Eu acho um medo! Eu acho com medo.

P239 - De ele fazer alguma coisa, mas o facão fica lá em cima... Aí é por isso que quando ele tá assim a gente esconde o facão.

G240 – É? Quando ele tá assim como?

P241 – Assim, é muito estressado. A gente pega o facão, esconde... Até quando ele fica bom.

G242 – Hum-rum... ... Quando tu tem medo assim dele fazer alguma coisa, aí tu pensa que ele pode fazer o que com vocês?

P243 – Assim... matar a gente...

(Educando, masculino, 11 anos).

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso de Andréa sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* e *fatores*. A categoria enfrentamento aborda os repertórios *direitos*, *intervenções* e *práticas disciplinares*. Ao passo que a categoria implicações contempla os repertórios *formação* e *vivências subjetivas*.

⁵ Chacina ocorrida em João Pessoa, no bairro do Rangel, no ano de 2009. Um casal vizinho entra na casa de uma família e mata quase todas as pessoas, inclusive crianças, a golpes de facão.

Os contextos de violação são representados pela situação de violação no que concerne aos *tipos de violação* (relacionadas tanto às crianças quanto a sua relação com o esposo). Com as crianças, exemplifica pela violência física que cometia contra Marcos: “P108 – [...] Tudo que Marcos fazia eu, cacete!”. Com o esposo, revela que levou surras, empurrões, xingamentos em público como a ordem de procurar “outros machos”. Os fatores que contribuem para a violação de direitos, pois reconhece que bastava ser aborrecida por um comportamento do filho (“dar trabalho” ou “fazia raiva”) para bater, sem diálogo prévio. Contudo, a essa violência física seguiam-se um sentimento de arrependimento:

G105 -Hum-rum, mas assim... em que situações você batia nele?

P106 - Por que ele me/ele... ele podia, como é? Quando ele dava trabalho a mim eu chamava ele atenção não, eu já ia logo:: batendo nele...

G109 - Quando as pessoas diziam que você batia demais, por que será que as pessoas diziam isso?

P110 - Porque com tudo eu.. com tudo que ele fazia raiva a mim, dizia coisa, me fazia raiva aí eu... nem perguntava as coisas, já ia batendo nele.

(Responsável, feminino, 34 anos).

Os enfrentamentos a essas situações de violação de direitos aparecem no repertório *direitos* da criança e do adolescente (“não pode bater” e “não pode espancar”) e da mulher (Lei Maria da Penha), levando-se em conta que, apesar de afirmar não conhecer os direitos da criança e do adolescente, sempre cita o núcleo do PETI (reuniões mensais) como referência ao assunto, e no repertório *intervenções*, que transparecem de que forma a rede de relações institucionais (Núcleo do PETI, Projeto de extensão, professora) e de pessoas (vizinha, sua mãe, primo) intervém para a não continuidade da violação de direitos, tanto das crianças quanto dela, enquanto mulher:

P106 - Aí quando começou a vim aqui pra Carmem, aí Carmem foi:: ai eu fui:: pegando essa amizade, aí, aí pronto, eu melhorei porque eu não... “Não bata nele, não, não sei o quê!” Aí eu... evitei demais bater nele. Eu dô mais castigo agora...

G107 – Hum-rum.

[...]

P135 – [...] Aí pronto, desse dia pra cá que ele:: naquele dia que tu fosse pra lá::, desse dia pra cá ele melhorou mesmo... [...]

G136 - Isso foi depois que a equipe daqui foi lá?

P137 - Foi que a equipe daqui ((Projeto de Extensão)) foi lá.

G138 - Depois da visita?

P139 - Foi.

(Responsável, feminino, 34 anos).

O repertório *práticas disciplinares* contempla a alternativa encontrada por Andréa à violência física contra as crianças, pois passa a adotar o castigo, em vez das surras para lidar com os “comportamentos ruins” dos filhos. As implicações das violações de direito dizem respeito ao processo de *formação*, uma vez que a violência física foi associada ou a efeitos negativos (revolta da criança, possibilidade dela “cometer alguma besteira”) ou à vista sem nenhum valor na formação. As *vivências subjetivas* do filho Marcos, a partir das brigas entre os pais e das surras que sofreu, são caracterizadas por Andréa pela tristeza, “agonia” e “nervoso”, resultando na procura de Andréa por atendimento psicológico do filho em uma instituição de ensino superior da capital:

140 - E, e quando ele lhe batia... que ocorria isso, como é que isso:: acontecia... assim, em relação as crianças?

P141 - Marcos ficava nervoso, ficava chorando e saía pro lado de fora... e ia pra casa da vizinha [...] aí pra Marcos durmir, Marcos dizia: “mãe, mãe?!” Passou quase uns tempo: “mãe, mãe?!” Aí foi no tempo que eu procurei a pi/é... procurei a psicóloga [...] que Marcos só vivia agoniado dentro da sala, não parava[...].

(Responsável, feminino, 34 anos).

Para Marcos, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o seu discurso acerca dos **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* e *fatores*. A categoria enfrentamento abrange os repertórios *direitos* e *intervenções*. De modo que a categoria implicações aborda o repertório *vivências subjetivas*.

Os contextos de violação são representados a partir da situação de violação quanto aos *tipos de violação* que sofreu (violência física; violência psicológica; conflitos entre os pais presenciados pelas crianças e; práticas profissionais equivocadas que revitimizam a criança) e que reconhece nos outros (crianças na rua; violência sexual representado como “estrangular” outra pessoa; o acesso a drogas e o não acesso ao lazer), e quanto aos *fatores*

que contribuem para as violações (mentiras de Bete; Andréa ir a uma festa acompanhada de uma amiga; quando desobedecem, bagunçam ou fazem “coisa errada”).

A entrevista foi rica em depoimentos, mas serão citados apenas dois trechos que ilustram esses tipos de violação de direitos na forma de violências físicas e psicológicas:

G76 – [...] E teu pai chama nome (xinga) com a tua mãe assim sempre?

P87 – É..! Manda ela atrás dos machos... E::: só sei desse! E um dia... foi um dia que mainha, é:::: que painho jogou o cumê lá na sala.

G88 - Ele jogou o cumê na sala?

P91 - Jogou assim, o/painho pegou o prato de cumê, aí jogou na cara de mainha assim. Aí, sorte porque mainha foi pra dentro do banheiro. Aí, o cumê caiu lá na sala com o prato de vidro.

P93 - Um dia que meu pai e mainha brigou, aí tava minha tia lá. Aí, painho começou a chamar nome com mainha. Aí mainha, assim, correu. Aí ela escurregou na/no tapete. Aí meu primo::: painho chamando nome com mainha. Aí na hora que mainha, mainha queria.../painho queria dar em mainha. Aí::: aí... meu primo ficou lá debaixo da cama. Aí quando terminou meu primo se levantou.

[...]

P146 - [...] Aí, aí q’um dia, que mainha tava brigando no interior. Mainha e meu pai. Aí, mainha pegou/painho pegou uma enxa/enxada, querendo meter em mainha. Aí mainha pegou um facão. Aí cortou, assim, no meu pai assim. Aí ficou a marca.

(Educando, masculino, 11 anos).

O enfrentamento acontece a partir de alguns *direitos* da criança e do adolescente conhecidos por Marcos (saúde, artes, cultura, esporte, lazer e família) e das *intervenções* institucionais (escola, conselho tutelar, núcleo do PETI) e não-institucionais (amiga, madrinha, patrão do pai, tia) que ocorrem nas diferentes situações de violação de direitos no histórico dessa família. A categoria implicações é expressa por meio das *vivências subjetivas* relacionadas às violações (sente-se agoniado, chora, treme, reconhece que no seu futuro essas violações ficarão marcadas na sua mente e, ocasionalmente, sente vontade de bater no pai). Os silêncios na fala de Marcos evidenciam o conflito e as implicações que essas situações de violação de direitos trazem.

G106 – Hum-rum... ... Como é que tu se sente, Marcos, quando teu pai chama nome com tua mãe:::?
Quando eles brigam:::?

P107 - Eu sinto assim... Eu começo a se::: se tremer...

G108 – Hum-rum...

P109 - Aí, aí quando painho fica dano/chamando nome assim... Dá vontade até de, de:::
de, de dar (bater).

G110 - De dar?

P111 - É.

G112 - De dar em quem?

P113 - No meu pai! ((sorriu, pareceu envergonhado)).
(Educando, masculino, 11 anos).

4.1.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido de família contempla a busca de novas perspectivas, ora em conjunto, ora sob novas organizações, a partir de uma migração em busca de trabalho até a constituição de um núcleo próprio, sua composição é concebida tanto pela família ampliada quanto pela nuclear. Há constantemente a presença de conflitos que se alternam e culminam em históricos de violações, podendo ser evidenciados, através das visitas domiciliares feitas pelo Projeto, a partir das quais foi feito um trabalho de mediação de conflitos do casal cujo esposo é visto como “grosso” e pouco dedicado às atividades de cuidado do lar e das crianças. Como uma consequência dos processos de violação de direitos sofridos pela criança, o interior, apesar de ter sido insuficiente quando da mudança da família para trabalhar na capital, mostra-se como possibilidade de futuro para o seu filho. Para a criança, o sentido de família passa pela composição dos membros, reconhecendo a família como nuclear constituída por laços sanguíneos, mas com definições também por afinidade de quem se gosta e com quem se relaciona satisfatoriamente. Relações das quais originam-se conflitos e sofrimentos expressos nos silêncios. Assim como sua mãe, a família configura-se em um modelo baseado no surgimento, mas cujos afetos consolidam-se a partir das relações, aspectos estes que corroboram os autores que compreendem a família como uma possibilidade de arranjos cujas dinâmicas contemplam relações de afeto e também de conflitos (Bruschini, 2009; Azevedo, 2009; Fukui, 1981(citado por Martins & Szymanski, 2004); Saraceno, 1992; MDS, 2006; Singly, 2007). Compreende as suas dinâmicas a partir da divisão das tarefas domésticas entre os membros.

Para a participante adulta, os riscos são representados nas práticas discursivas a partir das condições de vida da família que, inicialmente, por não ter onde morar, não ter

renda e ter dois filhos, lança mão de estratégias de sobrevivência através do trabalho com o apoio da rede de relações que envolvem inclusive a família ampliada. O trabalho precarizado, no caso do esposo pela falta de registro e da mulher pela necessidade de se deslocar para realizar trabalhos ocasionais (biscates), revela que a família precisa mesclar o trabalho informal e o complemento por meio da transferência de renda de benefícios do Governo Federal para se manter, corroborando autores que tratam dessa solidariedade entre a família nuclear e a ampliada (Farge, 1991; Saraceno, 1992; Bruschini, 2009; Amazonas et al., 2003). Para a criança, o sentido de risco relaciona-se com as violências que a circundam, seja na sua comunidade ou na sua casa, suas práticas discursivas remetem o risco também a sua relação com o pai, tensionada pelo uso de bebida alcoólica, que aumenta a possibilidade de violação de direitos, o mesmo é encontrado por Deslandes (1994) quanto ao uso do álcool. A violência noticiada na TV e relatada pela criança ecoa nela a possibilidade de seu pai fazer o mesmo (assassiná-los), assim, as crianças e a mãe passam a gerenciar o acesso ao facão existente em casa de acordo com o estado de “estresse” do pai.

Os contextos de violação para esta família decorrem das condições de vida e trabalho, da violência de gênero e entre o adulto e a criança. A violenta relação de poder exercida pelo patrão sobre o pai desdobra-se no histórico de violência física sofrida entre ele e a esposa, que, por sua vez, repercute na maneira como ela educa os filhos, recorrendo às surras, demonstrando as relações desiguais que ocorrem no contexto das famílias como afirma a Teoria Crítica (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009). A mãe aparenta desconhecer os direitos da criança, no entanto, a defesa ou promoção deles ocorre e é realizada a partir da rede de relações da família (institucionais ou não).

O trabalho de mediação de conflitos realizado nas visitas domiciliares surte efeito e aparece nas suas práticas discursivas que remetem também a mudanças decorrentes das

intervenções de outros atores da rede na dinâmica da família, no que diz respeito à violação de direitos da criança e da mulher. Isto leva a crer que o trabalho junto a famílias com histórico de violação de direitos pode ser viável desde que esse núcleo de pessoas seja respeitado nos seus arranjos e dinâmicas, o que vai na mesma linha de Paludo e Koller (2008) e Mioto (2009), que criticam o uso do termo “família desestruturada” ao trabalhar com as mesmas. O mesmo foi feito com relação ao pai nesta pesquisa que, nas visitas domiciliares, foi escutado e valorizado, abrindo um canal de comunicação e acordos através da mediação.

Para a criança, o sentido dos contextos de violação são principalmente as implicações das violações sofridas e suas vivências subjetivas, mas surgem também repertórios que apontam para o trabalho da rede de proteção à criança, que também pode levar à revitimização exemplificada, por ter pago o ônus da própria condição de vítima, através da medicalização do fracasso escolar ou da chantagem emocional feita por uma psicóloga durante atendimento. A vivência do pai, no discurso de Marcos, com relação a bater nos filhos é de alguém que reflete sobre o que fez após ter batido, o que corrobora Weber et al.(2002), quando afirmam que as crianças confundem a dor e o amor que sentem pela pessoa da família que comete a violência. No imaginário de Marcos, o pai se arrepende do que fez, mesclando-se o sentimento de conflito com afeto (Bruschini, 2009). Mais uma vez os sentimentos misturam-se durante as violações de direito nessa família, ao mesmo tempo em que o adulto comete algum tipo de violação contra a criança pode vivenciar reflexões ou arrependimentos do que fez.

4.2 Família 02

4.2.1 Perfil

Inicialmente esta família era composta por quatro membros: o casal Joana e Daniel, e seus filhos Luana (9 anos) e André (17 anos). Os dois adultos têm suas origens em diferentes cidades do interior paraibano. Ela mudou-se para a capital ainda adolescente, Daniel veio em busca de trabalho. Quando esta família começou a participar desta pesquisa, viviam juntos, mas, no decorrer do tempo, houve a separação entre o casal e Daniel mudou-se para uma casa diferente. A família tem casa própria, fica próxima ao núcleo do PETI. Viveram juntos em outra cidade da região metropolitana de João Pessoa antes de se mudarem para o bairro atual. Os filhos frequentam a escola. Participaram da entrevista, Joana e Luana. Joana tem 41 anos, autodefine-se como de cor morena clara e estuda atualmente o 6º ano do ensino fundamental. No momento da entrevista, identificou o estado civil como separada. É beneficiária do Programa Bolsa Família. Apenas Luana, filha mais nova, frequenta as atividades do PETI. Ela estuda o terceiro ano do ensino fundamental e considera-se de cor morena.

O Projeto de Extensão realizou algumas visitas domiciliares a esta família e mediou conflitos entre o casal. Joana buscava a equipe do Projeto no núcleo do PETI para conversar. Neste sentido, realizaram-se algumas escutas e encaminhamento para atendimento clínico na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

4.2.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história, composição e dinâmicas configuram o discurso de Joana sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *migração*. A categoria composição aborda o repertório *membros*. Enquanto a categoria dinâmicas abrange os repertórios *relação entre os membros* e *rotina*.

A família é retratada, no discurso de Joana, a partir da história, na qual ela aborda a *migração* que realizou quando adolescente junto com os pais e a do seu ex-esposo que migrou em busca de trabalho. É representada por uma composição que se refere aos *membros* concebidos pelos que moram na casa (a si própria e os dois filhos) e Daniel que não mora mais na casa. As dinâmicas dão conta da *relação entre os membros* (caracterizada pela sua postura de apenas reclamar com as crianças em vez de bater) e da *rotina* dos filhos (que, quando não estão no Núcleo do PETI ou escola, estão em casa assistindo TV).

Para Luana, as categorias composição e dinâmicas configuraram o discurso sobre a **família**. A família é representada por uma composição que se refere aos *membros*, incluindo todos, inclusive o pai. Através de um desenho feito a pedido do pesquisador, representou no papel a família de um primo, mas, ao invés de desenhar dois meninos (família do primo), fez um menino e uma menina (como na sua). As dinâmicas dão conta das *tarefas domésticas* feitas por si (enxugar louça, dobrar panos e forrar a cama) e da *relação entre os membros* os quais considera boas pessoas, que são “legais” para ela por levarem-na aonde quer ir. Apesar de Luana perceber os membros enquanto pessoas boas para ela, não quis falar sobre o pai. Não verbaliza sobre a sua relação com o pai, mas, através dos silêncios, choro e nervosismo durante a entrevista, conta-nos, de outra forma, como se sente a respeito.

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Joana sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla o repertório *condições econômicas da família*. A categoria estratégias de sobrevivência aborda os repertórios *atividades de trabalho e benefícios sociais*.

A situação de risco é representada por Joana como as *condições econômicas da família* que conta com uma renda mensal estimada em trezentos reais correspondendo a cem reais per capita. E, diante disso, ela apresenta as estratégias de sobrevivência utilizadas pela família para se chegar ao rendimento mensal, através das *atividades de trabalho* (feitas por ela que contemplam desde a venda de cosméticos e jóias, na qual recebe comissão, assim como lavar roupa na casa de terceiros e o recebimento de juros decorrentes de empréstimo feito à irmã) e dos *benefícios sociais* (a pensão das crianças, paga pelo ex-marido, e o Bolsa Família, cujo valor considera baixo, 55 reais).

Para Luana, a situação de risco contempla os repertórios *violência física* e *violência psicológica*, que descrevem os constantes conflitos vivenciados entre o pai e a mãe e entre o pai e o irmão, mas sobre os quais não quer falar.

G93 – [...] É, algumas vezes eu fui na tua casa e vi, né? Teu pai, tua mãe, brigando::: Como é que era pra tu?

P94 - Isso eu não quero falar não. ((percebo os olhos dela marejados))
(Educanda, feminino, 9 anos).

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, a categoria situação de violação configura o discurso de Joana sobre os contextos de violação de direitos. Os repertórios que emergem na sua fala nesta categoria correspondem ao *tipo de violação* (atualmente não bate nas crianças, mas já bateu quando eram menores) e aos *fatores* atribuídos para essa violência física. Segundo o discurso da participante, os mesmos estão relacionados ao comportamento das crianças que estavam lhe “tirando a paciência” e “discutiam demais”, assim como a sua história pessoal de ter apanhado quando era criança.

P74 – [...] Eu fui criada apanhando bastante. Sem quê nem pra quê, sem fazer nada, nadinha de nada... Aí se eu fizesse um terço do que ele faz aqui dentro de casa, menino, minha mãe me matava.... No tempo que eu fui criada... era por nadinha era pancada. E nera com mão não, meu filho. Era com caceete ((fala bem baixo com voz trêmula)).... ... Tem mais, tem? ((fala com um suspiro forte, sorrindo ao mesmo tempo)).
(Responsável, feminino, 41 anos).

Para Luana, a categoria implicações configura o discurso sobre **contextos de violação de direitos** e estão relacionadas ao *futuro* (trabalho que poderá exercer quanto adulta) e às *vivências subjetivas* relacionadas ao conflito familiar na forma de não querer falar do pai na entrevista, marejando os olhos.

4.2.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido da família é de uma história de luta que começa com a migração na busca de estratégias de sobrevivência, sua composição é demarcada pela monoparentalidade. O sentido de família para a criança passa pela composição dos membros, reconhecendo a família como nuclear, apesar da recente saída do pai da casa e das estratégias de organização e sobrevivência, corroborando autores que compreendem o conceito de família relacionado aos laços de afinidade e vínculo (Bruschini, 2009; Azevedo, 2009; Saraceno, 1992; MDS, 2006).

Ainda segundo a mesma participante, os riscos apresentam as práticas discursivas presentes nas falas que reproduzem um certo discurso ideológico, presente na sociedade brasileira, das condições de vida que remetem a busca de estratégias de sobrevivência no mercado informal, no biscate e nos programas sociais, formas de garantir o mínimo necessário à sobrevivência, que revelam a lógica perversa do capital, características estas usadas por autores para definir quando famílias estão em situação de risco (Paludo & Koller, 2008; Cecconello & Koller, 2003; Cecconello, 2003). Já para a criança, o risco aparece em aspectos objetivos, decorrentes das situações de violência física e psicológica presenciadas nas constantes brigas, entre o pai e outros membros da família, relatadas nos dados obtidos a partir das visitas realizadas pelo pesquisador. Houve momentos em que Daniel ameaçou o filho de morte, violentou fisicamente a esposa, chegando a ser preso, momentos vivenciados pela criança que trazem implicações para ela. Essas implicações

podem ser observadas nas pausas, silêncios e choros da criança na entrevista sobre o sofrimento com as situações presenciadas, mas também um sofrimento com a saída do seu pai de casa, embora a convivência entre ele e os outros membros fosse conflituosa. Isto corrobora o referencial da Teoria Crítica, que concebe a família como espaço de vivências tanto afetivas quanto conflituosas (Bruschini, 2009).

Para esta família, os contextos de violações decorrem: das condições de vida; da falta ou do não acesso a direitos sociais; da incapacidade do Estado de garantir o mínimo necessário, evidenciada nas violações entre gênero e entre gerações e; dos arranjos e das formas de convivência encontradas por um determinado grupo de pessoas que se percebem enquanto família. Para o adulto, a violência física é justificada, atribuindo-a aos comportamentos das crianças que lhes tiram a paciência, corroborando Weber et al.(2002) e Sullca e Schirmer (2006) , que afirmam que os pais batem nos filhos quando não conseguem ser atendidos através do diálogo. A participante revela também as diferenças de poder entre adulto e criança e entre o homem e a mulher (Azevedo, 2009; Bruschini, 1989, 2009).

4.3 Família 03

4.3.1 Perfil

Esta família é composta por 05 membros: Márcia, Pedro e seus filhos, por ordem de nascimento, Alex, Fábio e Fabiano. São naturais de João Pessoa e moram próximos ao núcleo do PETI. Atualmente, Márcia não trabalha fora e seu esposo recebe o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Foram entrevistados Márcia e seu filho do meio, Fábio. Fábio participa do PETI juntamente com o irmão Alex; Fabiano já participou anteriormente. Márcia é uma mulher de 31 anos de idade, considera-se de cor morena, não estuda atualmente, mas estudou no passado até o que se considera hoje terceiro ano do nível fundamental. Vive maritalmente. Foi beneficiária do Bolsa Família, mas o benefício foi cancelado. Fábio é um menino de onze anos, estuda em uma classe “acelerada” e considera-se de cor morena. Realizamos visitas domiciliares a esta família, para conversar, principalmente, sobre Fábio que estava sendo avaliado por uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência.

4.3.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história, composição e dinâmicas configuraram o discurso de Márcia sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *origem*. A categoria composição abrange o repertório *membros*. Enquanto a categoria dinâmicas aborda os repertórios *relação entre os membros* e *formação*.

Márcia retrata a sua família a partir da história, abordando a *origem*, uma vez que todos são naturais de João Pessoa, no entanto, migrou juntamente com seus pais e outros parentes para São Paulo, ainda quando criança, retornando à capital paraibana aos onze anos. A família é representada pela composição que se refere aos *membros* concebidos por aqueles que, além de compartilharem consanguinidade como a mãe e o pai, conviverem

juntos, compondo a sua família as pessoas com as quais convive (família nuclear). As dinâmicas expressam a *relação entre os membros* pela ausência de brigas e a *formação* dos filhos, no sentido da educação oferecida pelos pais. Márcia concebe que a forma com que os filhos se comportam é resultado da criação oferecida pelos pais (que também sofrem limitações nesse processo) e não por características intrínsecas às crianças. Com o objetivo de melhor educá-los, ela deixou de trabalhar à noite para ficar mais próxima dos filhos (proibindo que ficassem na rua até tarde), apesar de reconhecer que o seu esposo poderia cuidar sozinho das crianças, assume essa responsabilidade; além de não faltar às reuniões do colégio e do PETI.

Para Fábio, as categorias composição e dinâmicas configuram o discurso sobre a **família**, representada por uma composição que refere aos *membros*. Através de um desenho de uma família, feito a pedido do pesquisador, representou no papel a própria família, identificando os pais, os dois irmãos e ele próprio. As dinâmicas emergem no repertório *relações entre os membros* descritas por Fábio como boas para ele porque o tratam bem e ele, por sua vez, atende quando lhe solicitam fazer algo.

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Márcia sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla os repertórios *local de moradia* e *condições econômicas da família*. Quanto a categoria estratégias de sobrevivência abrange os repertórios *atividades de trabalho* e *benefícios sociais*.

A situação de risco é representada por Márcia a partir do *local de moradia*, que é julgado por outras pessoas como uma área de “favela”. Márcia entende que, apesar de ser considerada uma favela, o fator preponderante é como se “cria” os filhos, o que, segundo ela, o faz. Contudo, revela uma preocupação com Fábio para saber onde ele está, quando

não permanece em casa, transparecendo uma preocupação com o local onde vivem. A situação de risco é caracterizada também pelas *condições econômicas da família* abordadas por Márcia através do seu trabalho noturno (o que a fazia chegar em casa tarde e encontrar os filhos acordados) e do acidente sofrido pelo esposo há 15 anos (afastando-o da sua atividade de trabalho desde então), obrigando-a a se responsabilizar durante esse tempo pelo sustento da família.

As estratégias de sobrevivência utilizadas pela família para a renda mensal incluem as *atividades de trabalho* desempenhadas (por Márcia, quando trabalhava fora e em casa por meio de aluguel de vídeo game) e os *benefícios sociais* (o Bolsa Família que, segundo Márcia, ajudava muito nas despesas domésticas e complementava o seu salário; e atualmente o BPC do esposo no valor de um salário mínimo). Observam-se essas estratégias no trecho abaixo:

G77 – Hum-rum. Aí a renda dele juntando com a do vídeo game dá pra manter as coisas?
 P78 – Aí dá, dá. Dá porque às vezes ali serve, quando a gente quer comprar pão, alguma coisa, aí ele vai e pega. Dá pra pagar o gás::: sempre a gente tira... dali dinheiro pra essas coisa.

G79 – O fato de você ter parado de trabalhar tem a ver com essa questão de Fábio? Acho que você chegou a/

P80 – Tem. Tem porque... ele... tem, eu digo assim porque agora eu sinto melhor eu em casa, porque ele em casa às vezes quando eu chegava... A casa sem uma mãe, só durante o dia/só basta a gente sair assim meia hora... Ou uma tarde pra o médico, a gente quando chega, já chega revirado. E eu passando tarde e noite fora de casa, que eu chegava de onze horas, onze e meia da noite com três pessoas dentro de casa, com três crianças. Aí eu achava melhor assim, porque logo no começo assim eu às vezes encontrava os meninos... ... tarde! Sem dor/acordado, (dizia): “O que é que tu tá fazendo aí ainda menino essa hora assistindo televisão? Amanhã tu acorda cedo pra ir pro colégio”. E haja dificuldade pra eles se acordar pra ir pro colégio. Aí eu achei melhor assim. E uma que eu não ganhava MUito, não era de chegar ganhar um salário pra mim continuar no meu trabalho, ainda mais um turno da noite, aí eu peguei e saí.

(Responsável, feminino, 31 anos).

Para Fábio, o discurso sobre o **risco** configura-se a partir da situação de risco associada a sua *relação com a escola* (vivenciada por meio de violência física praticada por ele contra outras crianças e pela bagunça).

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso de Márcia sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria

situação de violação contempla os repertórios *relação com a escola* e *medicalização do fracasso escolar*. A categoria enfrentamento aborda os repertórios *intervenções* e *direitos*. Por sua vez, a categoria implicações abrange o repertório *vivências subjetivas*.

Os repertórios que emergem na sua fala, na categoria situação de violação, revelam a respeito do filho a sua *relação com a escola* (sua professora afirma que ele “não é normal”; mudaram-no de sala e professora por três vezes; Fábio estuda com crianças de uma faixa-etária mais baixa; tem um comportamento considerado, pela escola, como agressivo em sala de aula) cuja repercussão leva Fábio a ser vitimizado através da *medicalização do fracasso escolar*, quando é encaminhado pela escola a um médico que lhe prescreve calmantes para se “comportar melhor”.

Diante dessas violações, o enfrentamento dá-se na forma de *intervenções* realizadas por Márcia (via Conselho Tutelar), pela coordenadora do Núcleo do PETI e por uma instituição que atende pessoas com deficiência; e na forma dos *direitos*, cujo conteúdo afirma desconhecer, referenciando somente o Núcleo. Apesar de afirmar não conhecer esses direitos, podemos reconhecê-los no seu discurso quando comprehende que seu filho tinha direito à escola, ao preferir conversar com ele ao invés de bater, ao solicitar à professora melhorias na dinâmica da sala de aula, ao compreender que os filhos não devem trabalhar com a idade que têm e ao evitar em casa chamá-los de “vagabundos”, o que, segundo Márcia, ocorre em outras famílias.

As implicações das violações de direito são representadas por Márcia, através das *vivências subjetivas* de Fábio, que, apesar de ter conseguido mudar de escola, “está do mesmo jeito” e acredita ter havido uma perda de interesse de Fábio com relação a sua sala de aula (por ser composta por crianças mais jovens), pela própria escola de uma forma geral e pela instituição de atendimento à criança, a qual freqüentava. As vivências registradas no diário de campo dão conta do sofrimento de Fábio ao ter de ir para essa

instituição: ele não gosta de frequentá-la; tem vergonha; sua mãe faz uso de estratégias para que ele aceite tomar os medicamentos (calmantes), diz que servem para dor de cabeça.

Para Fábio, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso sobre **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* (apanhar do pai; acesso à escola negado) e seus *fatores* (brigas entre Fábio e o irmão quando a mãe se ausenta; por ser maior, bate; e “fazer coisa errada”). O repertório *fatores* corrobora o discurso da sua mãe que identifica ser importante a sua presença em casa para evitar problemas, pois, nesse exemplo, quando a mãe saiu, as crianças brigaram e o pai resolveu a situação batendo em Fábio. Ele percebe a violência física contra a criança como uma violação de direitos, apesar de não saber explicar, mas tem dúvidas se essa mesma violência, quando feita pelos seus pais contra ele, constitui-se, também, em uma violação.

G164 – [...] Quando o pai bate no filho, por exemplo, o direito dele tá sendo desrespeitado?

P165 – ((responde com a cabeça, afirmativamente)).

G166 – Por quê?

P167 – Sei não.

G168 – Hum-rum... E tu acha que quando, na tua casa, teu pai te dá ou tua mãe te dá, teu direito também tá sendo desrespeitado?

P169 - ((faz movimento com os ombros como quem não sabe)).

(Educando, masculino, 11 anos).

A categoria enfrentamento, apesar de Fábio afirmar não conhecer os *direitos* da criança e do adolescente, contempla-os referenciando ao Núcleo do PETI, quando brinca e faz peças. O *castigo* também é citado como uma forma dos pais reagirem aos seus comportamentos “errados”, ao invés de baterem. As implicações trazidas por Fábio dizem respeito as suas *vivências subjetivas* sobre frequentar uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência, onde não está com seus amigos. A partir do conhecimento obtido nas visitas de que ele não gostava de ir para lá porque poderia ser considerado “doido”, o

pesquisador aborda esse tema, cuja reação, através dos silêncios, expressa o sofrimento da criança em relação a esse tipo intervenção decorrente do seu baixo rendimento escolar.

G138 – O que é que tu acha de quem vai pra [instituição que atende pessoas com deficiência]⁶?
 P139 – ((silêncio de 50s)).

G140 – Tu acha alguma coisa de quem vai pra [instituição que atende pessoas com deficiência]?
 P141 – ((silêncio de 17s)).

G142 – Como é que tu se sente quando, quando teu pai ou tua mãe te dá na tua casa?

P143 – Não sinto nada...
 (Educando, masculino, 11 anos).

4.3.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido da família é de uma história de luta que começa com a migração para outra capital e retorno a João Pessoa na busca de estratégias de sobrevivência. Sua composição é demarcada pelos laços de convivência, além da consanguinidade da família nuclear, cujas dinâmicas são expressas pela preocupação da mãe com a educação dos filhos. O sentido de família para a criança passa pela composição dos membros, reconhecendo a família como nuclear. Esta concepção de família é corroborada por autores como Bruschini (2009), Azevedo (2009), Saraceno (1992) e MDS (2006).

Para esta família, os riscos decorrem das condições de vida, cujas estratégias de sobrevivência dão-se a partir da busca de renda pela mãe que: lançou-se ao trabalho para sustentar os filhos e o esposo. Esta tendência é constatada por vários estudos (Martins & Szymanski, 2004; Ipea, 2010; PNAD, 2009) que apontam para maior participação da mulher no mercado de trabalho e como chefe do seu lar. No caso desta família, a mãe trabalhava à noite, com condições precarizadas pela falta dos direitos sociais, e contava com complemento proveniente do Bolsa Família. As práticas discursivas remetem à preocupação com o risco de trabalhar fora à noite e sempre encontrar os filhos acordados. Quando o Estado, decorridos anos após acidente do esposo, garante-lhe um benefício, as estratégias modificam-se e a mãe deixa o trabalho fora para cuidar das crianças e da casa.

⁶ O nome da instituição que aparece na entrevista foi omitido para evitar a identificação da família.

Para a criança, o sentido do risco remete à relação com a escola que cria condições para a violação do seu direito, enquanto criança, de ter acesso à escolarização e de permanecer em uma turma, visto serem constantes as mudanças de turma, acarretando a permanência em salas com crianças de faixa etária menor.

Para a mãe, os contextos de violação decorrem da relação entre a escola e a criança, pois a instituição não comprehende a criança e suas dificuldades. Neste sentido, o Estado, também apontado por vários autores como responsável por muitas violações de direito (Cruz Neto & Moreira, 1999; Weber et al., 2002; Deslandes (1994); Ferreira, 2001), por meio da escola, exclui a criança na medida em que não atende as suas necessidades específicas de aprendizado, proporcionando à criança um martírio de sala em sala e se possível de escola em escola, o que não ocorreu pela intervenção da mãe junto ao conselho tutelar, garantindo-lhe vaga na escola. Já as práticas discursivas da adulta sobre a violência física parecem contraditórias, visto que concomitantemente ao repudiar a violência física por gerar rebeldia, reconhece os seus fins de controle sobre o comportamento da criança. Isto fica evidente quando descreve uma situação em que dá uma bronca em Fábio e ela fala: “Por isso que você faz, porque você não apanha!”, forma coercitiva de educação que demonstra a força do adulto sobre a criança (Bruschini, 2004; Weber et al., 2002; Sullca & Schirmer, 2006). Para a criança, o sentido dos contextos de violação passa pelas violações sofridas e sua culpabilização pelas mesmas, apesar de ser tido como pessoa com “deficiência mental”, comprehende que, no PETI, exercita o direito de brincar e participar de teatro. Sofre com a ida à instituição de atendimento a pessoas com deficiência pela ausência dos amigos e pela possibilidade de ser considerado doido. Enquanto estratégia, a sua mãe, quando administra os medicamentos dele, afirma servirem para dor de cabeça, parecendo, desta forma, ser mais fácil para a criança aceitar a medicação, já que associa o

medicamento à finalidade de aliviar uma “doença comum” e não ao tratamento de alguma deficiência mental.

4.4 Família 04

4.4.1 Perfil

Esta família vive com quinze membros em uma casa nos arredores do núcleo do PETI e são naturais de uma cidade do interior da Paraíba. Participam do PETI uma criança e uma adolescente. Foram entrevistados Adriana e Fernando. Adriana, 41 anos, é tia de Fernando e autodefine-se de cor morena, estudou até o que hoje corresponde ao segundo ano do ensino fundamental e tem dois filhos. Fernando é uma criança de 11 anos, é filho único e autodefine-se de cor branca. Frequentava a escola e está no Programa Se Liga cujo público é formado por crianças com distorção série/idade que ainda não sabem ler e escrever. A relação entre o Projeto de Extensão e essa família estreitou-se quando do acompanhamento através de visitas domiciliares com objetivo de mediar a situação de violação de direito de Fernando (não freqüentava a escola e o PETI) e da realização de um trabalho de articulação da rede de instituições do bairro para intervenção. Sua mãe, Carla, é portadora de doença mental e padecia de atendimento e acompanhamento de saúde. Na parte da casa onde vive Fernando, moram também a sua mãe e a sua avó, Maria. No entanto, Adriana foi escolhida para participar da entrevista por ser a pessoa que acompanha Fernando no Núcleo do PETI e frequenta as suas reuniões mensais. A família recebe benefícios sociais e ninguém trabalha formalmente.

4.4.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história e composição configuraram o discurso de Adriana sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *origem*. Enquanto a categoria composição trata o repertório *membros*.

A família é retratada no discurso de Adriana a partir da história, na qual ela aborda a *origem* familiar, uma vez que são todos naturais de uma cidade do interior, mas

migraram para João Pessoa, morando inicialmente em outro bairro e mudando-se para onde vivem atualmente devido ao acesso à casa própria, através da Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP. É representada por uma composição que se refere aos *membros* concebidos enquanto todas as pessoas que moram na casa: sua mãe, irmãos, filhos, netos e sobrinhos (família ampliada). No entanto, percebe a existência de diferentes núcleos, como o de Fernando e sua mãe (a família dele é ela e vice-versa). A família é ao mesmo tempo todos que moram na casa, mas é também formada por núcleos que surgem a partir dos surgimentos dos filhos:

G148 - Ô Adriana, e quando tu diz, assim, que ele só tem ela, né? E ela só tinha ele. E ao mesmo tempo a gente conversou que de uma família que tem quinze pessoas, né? Como é que é isso, assim?
 P149 - Sim, tem uma família que tem quinze pessoas, mas só que a família dela, dela é ele, e a família dele é ela! Que é mãe dele. E ela só teve um filho... e ela só teve um filho! Jesus só deu ele a ela.

(Responsável, feminino, 41 anos).

Para Fernando, as categorias composição e dinâmicas configuram o discurso sobre **família**. A família é representada por uma composição que remete aos *membros*, todos aqueles que moram na casa (família ampliada) representada no papel, através de um desenho solicitado pelo pesquisador, onde desenhou os membros, escrevendo o nome de alguns acima das figuras e nominando outros. Desenhou inclusive a sua casa, nominando a família desenhada como: “a família lá de casa”. Casa e família são praticamente sinônimas. Contudo, revela o sentimento de família por parentes que atualmente moram em outro bairro. As dinâmicas contemplam a *relação entre os membros* que vivem em outro bairro (gosta de visitá-los para brincar) e das *tarefas domésticas* de socialização que desempenha (lavar prato de vez em quando e andar de bicicleta).

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Adriana sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla os repertórios *condições econômicas da família* e *efeitos da sobrecarga de atividades*.

Enquanto a categoria estratégias de sobrevivência aborda os repertórios *atividades de trabalho e benefícios sociais*.

A situação de risco é representada por Adriana através das *condições econômicas da família* caracterizadas pela moradia, trabalho e renda. Inicialmente, viviam em uma casa de taipa, mas mudaram para uma de alvenaria sorteada pela CEHAP. Nenhum morador da casa tem trabalho fixo e o que ganham não dá pra sustentar a família, chegando, segundo Adriana, a praticarem um rodízio entre o que se come no almoço e na janta, privilegiando-se uma das refeições. Dificuldades também relatadas pela falta de recurso financeiro para o transporte urbano necessário ao deslocamento de Fernando para um Centro Psicossocial, inviabilizando o seu acompanhamento. Os *efeitos da sobrecarga de atividades* aparecem no seu discurso na forma do que ela chama de “impaciência”, pois desempenha diversas atribuições no seu cotidiano no que diz respeito a sua família.

Frente a essas dificuldades a família utiliza de estratégias de sobrevivência para chegar a um rendimento mensal por meio de *atividades de trabalho* (biscates e catação de lixo) dos *benefícios sociais* (aposentadoria da matriarca, Maria; pensão de meio salário mínimo recebida por Carla; o BPC recebido por uma filha de Adriana; o Bolsa Família de Adriana e; o Bolsa Família de uma irmã). Adriana trabalhava, mas deixou para cuidar dos membros da família, realizando também, em certa medida, uma mediação entre os núcleos familiares na gestão dos *benefícios sociais* apontados como fonte de sobrevivência:

G72 - E tem aqui outras pessoas que recebem o Bolsa Família?

P73 - Aonde?

G74 - Na sua família, além de você.

P75 - Não. Só eu. Aqui dentro de casa só eu. Não! Minto eu. Eu e Rosicláudia (irmã) [...]. Já tinha esquecido dela. Ela recebe, mas só que o dela é dela. O dela é para ela sobreviver mais o marido dela e os filho dela. E o meu é meu. O meu é pra esses dois meninos (os netos).

G76 - Tá. Então apesar de você dizer que é uma família, que é todo mundo junto, mas existem contas separadas.

P77 - É. Porque a fêra dela quem faz é ela, a casa dela. Cada um aqui, a casa é uma só, a família é tudo junto, tá entendendo? Mái cada um ali tem o seu... que cada um ali tem sua casa, mas só que eu não posso dizer: “Não é uma família que é separada”. Não tem como dizer que é separada, porque aqui é uma casa só.

G78 – Hum-rum. E da sua filha, o benefício que ela recebe, como é que ajuda vocês?

P79 - Ajuda nisso contigo que eu to dizendo, que eu recebo o benéfico dela pa criar os filhos dela. Quando eu recebo, eu não fico com dez centavos pra mim chupar nem um bombões, por quê?

Porque eu vou fazer a fêra deles dois, porque deles dois são de leite. O Benefício é dela, mas só que ela não coisa com ele com nada, eu não compro pra ela uma sandália com esse dinheiro, porque não dá.

G80 - Aí fica pros netos, né?

P81 - Aí vai ficar, o dinheiro dela fica pros dois filhos dela, porque eu não tenho como criar. Eu não tenho onde buscar uma renda pra mim. Por quê? Por causa deles que eu parei de trabalhar.
(Responsável, feminino, 41 anos).

Para Fernando, a situação de risco contempla os repertórios *relação com a escola* (atribuída por brigas que tem com outros colegas e ameaças de suspensão por parte da professora) e *local de trabalho* (quando desempenhava a atividade de catação de lixo com a tia Adriana, exposto a diversos riscos por estar na rua e em contato com lixo). Neste sentido, o trabalho precoce, ao mesmo tempo em que se constitui violação de direitos da criança, coloca-o, também, em risco de ocorrerem novas violações.

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso de Adriana sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação, fatores e percepção da violação*. A categoria enfrentamento abrange os repertórios *direitos e intervenções*. Já a categoria implicações aborda os repertórios *efeitos do enfrentamento e futuro*.

Os contextos de violação são representados a partir da situação de risco na medida em que emergem os *tipos de violação* (cárcere privado - a mãe não o deixava sair e dependia da criança para qualquer atividade; afastamento da escola e das atividades do PETI; trabalho precoce na catação de lixo resíduo sólido, inclusive no turno da noite; ausência do Estado quando não pactua com um Centro Psicossocial municipal; violência física e; posicionamento contrário à inclusão escolar), os *fatores* elencados no seu discurso para cada tipo de violação (violência física, justificada pelas crianças por “fazerem raiva” nela que, por estar “aperreada”, reage batendo; cárcere privado e afastamento da escola e do PETI, atribuídos à mãe de Fernando que “só queria ele” para acompanhá-la) e a *percepção da violação* que valida o “direito” que a mãe de Fernando tinha de ficar com o

filho trancado em casa, inclusive quando Carla exigia que ele não fosse à escola ou ao PETI:

G142 - Mas quando ele tava aqui em casa tomado conta da mãe dele, aí tu acha/tu achava o quê dessa situação?

P143 - Eu achava que ele tava fazendo mais de que certo, porque é filho dela e ela só tem ele de filho, só tem ele por ela. Ela só tem ele por ela, e ela só tem ele por ela, por ele. [...] porque é o direito que a mãe e o pai têm. [...] Ela dizia que ele não ia, ele não ia, ficava ali, né é meu fio ((direciona a pergunta a Fernando))? Que nem tem tanto dos filhos que::: a mãe diz que é assim, assim, eu tiro é pelo meu! O meu, só a misericórdia de Jesus, já ele não.

(Responsável, feminino, 41 anos).

Ainda sobre sua percepção sobre o que é violar o direito de uma criança, traduz-se pela exposição da mesma a situações como: fumar maconha, roubar, matar, prostituir. Quando fala da situação de cárcere e ausência na escola e no PETI, aborda uma espécie de efeito dominó que aconteceria se obrigassem Fernando a ir à escola (a mãe dele pioraria, gerando conflitos em casa, a partir desses conflitos, quem sofreria seria, dentre outras pessoas, a própria Adriana). Por isso, ela considerava necessário que ele estivesse em casa e não considera uma violação de direitos. Assim como não considera o trabalho precoce uma violação de direitos, desde que seja para o incremento da renda familiar, uma vez que repercute no sustento da própria criança. Quando chega a perceber que o cuidar da mãe é um trabalho expressivo para uma criança na idade de Fernando, ela justifica esse fim pela vontade da mãe dele que não poderia ser negada.

G203 - Tu acha que nesse caso (catar lixo), não seria um... não taria desrespeitando o direito dele?

P204 - Eu acho que não. Eu acho que para mim desrespeitar o direito dele, era que se eu botasse ele na prostituição. Aí, isso aí eu tava desrespeitando, mas eu saindo de casa, pra mim ir catar uma reciclagem, pra ir vender, pra ir comprar um pão, pra ele comer, pra ele ir para o colégio, eu não tô desrespeitando o direito dele não.

G205 – Hum-rum. E tu acha que quando ele tava tomado conta da mãe, assim, todo dia, fazendo as coisas para ela, também era um trabalho, ou não?

P206 – Não! É, né? Pra ele é, né? Que ele é uma criança, né? Pra ele era um trabalho muito grande, porque ele não tem idade de tá tomando de conta de uma pessoa mais velha de que ele, mas se ela só queria ele. Então era ele que ela/que ele tinha de fazer pra ela, que ela não queria outra pessoa, só queria ele, a gente ia deixar ela morrer? Não ia.

(Responsável, feminino, 41 anos).

O enfrentamento a essas violações dá-se a partir dos *direitos* (remetendo ao setor de adoção do Fórum; ao direito a receber o BPC que entende que um neto tenha; ao

transporte para Fernando fazer o tratamento no Centro Psicossocial; ao direito de Fernando brincar e não estudar) e das *intervenções* (ações feitas pela família mudando-o de colégio; pelas instituições que tiveram na casa da família para garantir o seu retorno ao colégio; ações da polícia quando ia buscar Carla para atendimentos emergenciais, quando não recebia acompanhamento permanente; pelo Conselho Tutelar e; pela Universidade). Apesar de o trabalho ter sido realizado em rede (PSF, CAPS, PETI, Conselho Tutelar) mediado pelo Projeto junto à família, Adriana não reconhece essas intervenções enquanto responsáveis ou co-responsáveis pela melhora de Carla, atribuindo-a a Deus. As implicações são concebidas enquanto os *efeitos do enfrentamento*, uma vez que percebe a melhora escolar de Fernando (já escreve e lê, tendo sido válido mudá-lo de escola, compartilhando do entendimento que “bater não adianta”) e o *futuro* da criança atrelado à vontade divina.

Para Fernando, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso sobre **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla o repertório *tipos de violação* (bullying; trabalho precoce; gritos que recebe do tio quando não faz alguma coisa em casa; também entende que ter ficado fora da escola constitui-se violação de direitos, mas não sabe explicar o porquê). A categoria enfrentamento é contemplada pelo repertório *direitos*, afirmando desconhecê-los, mas, no decorrer do discurso, fala do “não estuprar” e do seu direito a brincar e ao lazer. Quanto às implicações dessas violações, são representadas pelo repertório *vivências subjetivas* atreladas a um sentimento negativo quanto à situação de violação com a mãe.

4.4.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido da família é de uma história que começa com a migração que se dá na medida em que o grupo familiar constituído de vários núcleos,

empreendendo uma luta pela sobrevivência, muda-se do interior para a capital, unindo-se à matriarca na habitação oferecida pelo Estado, delineando uma estratégia de sobrevivência. Sua composição é demarcada pelo parentesco somado ao critério de domicílio, são todos que vivem na casa, apesar de cada núcleo também regular dinâmicas próprias. O sentido de família para a criança é da composição dos membros, reconhecendo a família como aqueles que moram na casa (família ampliada) somados a membros que viviam nesse domicílio, mas no momento residem em outro bairro, e das estratégias de organização e sobrevivência. Esses sentidos de família contemplam a visão deste conceito cujas linhas demarcatórias oscilam de grupo para grupo (Bruschini, 2009; Azevedo, 2009; Saraceno, 1992; MDS, 2006).

Quanto ao sentido dado aos riscos vislumbrados pela tia, diz respeito às condições de vida da família caracterizadas pela precariedade de renda e moradia, o que corrobora autores que referem-se a situações de riscos no sentido usado pela participante (Paludo & Koller, 2008; Cecconello & Koller, 2003; Cecconello, 2003). O enfrentamento dá-se através de estratégias de sobrevivência que mobilizam todos os que moram na casa, a partir do trabalho precarizado, realizando biscates, catação de lixo e complementados por benefícios de repasse de renda do Estado.

O diário de campo dá conta de que os benefícios são insuficientes e não há qualquer trabalho desenvolvido junto à família para superação dessas dificuldades concretas, houve tentativas de algumas instituições darem suporte a essa família, mas pela dificuldade de entendê-la (Nobre, 2003; Campos & Alverga, 2001; Deslandes, 1994), culminaram em práticas de responsabilização e coerção. Para a criança, o sentido do risco é associado à relação que mantém com a escola e pela vivência da catação do lixo. Esta família com condições de vida precárias articula-se e desenvolve estratégias para a

sobrevivência, uma vez que o Estado lhe dá suporte, mas esse é ineficiente (Farge, 1991; Saraceno, 1992; Bruschini, 2009; Amazonas et al., 2003; Cruz Neto & Moreira, 1999).

Para esta família, os contextos de violação decorrem das condições de vida, da insuficiência que os benefícios do Estado representam nas suas dinâmicas, levando a família a buscar estratégias como: a utilização do trabalho precoce (Alberto, 2002; Alberto et al., 2006) especificamente na catação de lixo (Albuquerque et al., 2007) e; às situações de cárcere, falta à escola e ao PETI, e responsabilização pelos cuidados da mãe vivenciados pela criança, que representam estratégias frente à falta de atendimento em saúde mental, uma vez que não recebia tratamento e seu sintoma exigia a presença constante do filho que acabou tendo os direitos violados. No arranjo familiar ali constituído, Fernando assumiu a responsabilidade de cuidar da mãe, mesmo que isso tenha lhe tirado o direito de ir à escola, ele tinha a função de mantê-la mais calma. A família, de um modo geral, ficava mais tranquila com a situação da saúde mental de Carla. As práticas discursivas da adulta revelam também que, na casa, só ela pode bater nas crianças, ou seja, há uma defesa e enfrentamento e, ao mesmo tempo, a noção de que pode bater porque é a pessoa responsável, demonstrando o exercício do poder na relação adulto/criança (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009). As visitas domiciliares mostram que a criança era vista e tratada como alguém predisposto a não aprender, um doido tal qual sua mãe, tendo essa visão se modificado depois das intervenções realizadas em rede. Para a criança, o sentido dos contextos de violação é atribuído à relação que tem com a escola pautada pela descrença no seu aprendizado.

Compreende-se que Adriana exerce uma liderança na sua família, mas a sobrecarga de atividades acarreta em uma “impaciência”, que consideramos um risco por facilitar a violência física contra as crianças (Deslandes, 1994). As visitas domiciliares dão conta que Adriana, ao assumir o papel de cuidadora na família, respondendo a toda série de

demandas, aumentou o estresse e teve dificuldades de dormir, necessitando do uso de medicamentos para “acalmar-se” e ajudar no sono, o que se traduz enquanto fator para a ocorrência de violações, somado ao fato de a família sofrer violência estrutural, o que também amplia a chance que ela use da violência (Sullca & Schirmer, 2006; Sherer & Sherer, 2000).

4.5 Família 05

4.5.1 Perfil

A presente família é composta por seis membros. O casal, Ivete e Beto, seus filhos, Ivana e Gustavo, e os primos de Ivete, Ana e Hugo. Ivete morava em uma cidade do interior da Paraíba, onde conheceu o pessoense Beto que estava a trabalho, passaram a conviver maritalmente, mudando-se para a capital após alguns anos. Atualmente, vivem em uma casa própria, próxima ao núcleo do PETI. As crianças freqüentam a escola na idade apropriada; o adolescente Hugo de 17 anos, o EJA. Foram entrevistadas Ivete e sua prima Ana. Ivete tem 28 anos de idade, possui o ensino médio completo, autodefine-se como morena e é beneficiária do Programa Bolsa Família. Ivana e Ana participam das atividades do PETI. Ana tem 10 anos e estuda o quarto ano do ensino fundamental. Afirma ser de cor morena, tem três irmãos, um mora junto com ela e os outros dois no interior. É a terceira filha na ordem de nascimento. O Projeto de Extensão realizou algumas visitas domiciliares a esta família para melhor compreender as atividades que Ana desempenhava na casa da prima, uma vez que, nas atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão, atentou-se para possível violação de direito, através do trabalho precoce, neste caso, o trabalho infantil doméstico – TID.

4.5.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história, composição e dinâmicas configuram o discurso de Ivete sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *migração*. A categoria composição aborda o repertório *membros*. Enquanto a categoria dinâmicas abarca os repertórios *arranjos familiares*, *escolarização* e *tarefas domésticas*.

A família é retratada no discurso de Ivete a partir da história na qual trata a *migração* que ocorre, primeiramente, da capital para o interior, quando o seu esposo estava

a serviço de uma firma, depois que se conheceram e se juntaram, convivendo por dois anos e morando na casa da mãe de Ivete, houve um retorno à capital pela necessidade de Beto conseguir trabalho. Anos mais tarde, em 2008, sua prima Ana (após falecimento da mãe) veio morar com ela e, em 2009, o irmão de Ana. É representada por uma composição que se refere aos *membros* concebidos enquanto “todo mundo” (família ampliada), no entanto, caracteriza a sua família nuclear, esposo e filhos, como de convivência mais tranquila, em que se sente mais à vontade. Não cita os primos Ana e Hugo quando trata da família nuclear. O critério de consanguinidade na delimitação da família aparece ao falar sobre as situações nas quais poderia bater em Ana (como forma de punição), mas não o faz, nem o esposo, porque não se sentem no direito de bater em Ana, pois não é filha do casal, nem tem parentesco consanguíneo com Beto:

G117 – E por que vocês não se sentem “no direito” em relação a...?

P118 – A Ana?

G119 – Sim.

P120 - Eu não acho não assim... eu não sei. Eu... não acho no direito de bater, entendeu? Em Ana, não. Não sei! É de mim, eu não acho isso certo.

G121 – Sim... Mas quando tu pensa nisso, por que é?

P122 – ((sorriu)) Por que é...? Por ela não ser filha da gente:: entendeu? Por ela... ... Não sei não... Com Beto assim, tudo bem que ele tá/ele... é meu marido, assim... mas ele num, num. Ela num, num. Em termos de sangue, vamos dizer assim. Não é nada dele, entendeu? Aí ele não acha certo assim, bater. Eu não acho, não.

(Responsável, feminino, 28 anos).

As dinâmicas dão conta dos *arranjos familiares* (necessidade inicial de apoio da sua mãe e mais recentemente a oferta de apoio a membros mais jovens), da *escolarização* (Hugo estuda à noite; Ana estuda, mas é considerada, pela escola e por Ivete, como tendo problemas de aprendizagem; já sua filha Ivana, apesar de ter alguns “problemas” de comportamento na escola, mantém bom desempenho) e do desempenho de *tarefas domésticas* de socialização (quando as crianças lavam louça, varrem a casa, arrumam o quarto aos seus modos e foram a cama).

Para Ana, as categorias composição e dinâmicas configuram o discurso sobre a **família**. Afirma que a família é uma esperança para ela e a representa por uma composição

que se refere aos *membros*, mesclando pessoas que moram na casa onde vive e outros parentes do interior: “P30 – É minha tia, minha prima e meu tio”. Referindo-se ao casal de tios do interior e à Ivete. As dinâmicas dão conta da *relação entre os membros*, os quais considera “bons e carentes” pois nunca a maltrataram, apesar de reclamarem quando faz algo errado e; das *tarefas domésticas* (ajuda a prima e lava os pratos).

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Ivete sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla os repertórios *condições econômicas da família, rearranjo familiar e relação com a escola* (Ana não aprende, não entende e tira notas baixas, apesar de não conversar durante as aulas). A categoria estratégias de sobrevivência abarca os repertórios *atividades de trabalho e benefícios sociais*.

Nas práticas discursivas de Ivete, todos os repertórios da situação de risco dizem respeito à Ana, esta categoria é representada pelas *condições econômicas da família* (seus pais eram separados e sua mãe rejeitou ajuda financeira da família do pai) seguidas pelo *rearranjo familiar* (decorrido do falecimento da sua mãe, mudando-se para a casa da prima na capital). Neste sentido, o diário de campo e o discurso de Ivete mostram que esse *rearranjo familiar*, apesar de também ser uma tentativa de melhorar a vida daquela criança, coloca-a em um contexto no qual não se percebe enquanto membro dessa nova família. Ivete considera que Ana sente-se na “casa dos outros” e coloca-se no lugar da responsável pelas tarefas domésticas. Isto foi percebido, inclusive, pelos integrantes do Projeto de Extensão que notaram, a partir das atividades desenvolvidas, uma adultização precoce e uma ênfase do comportamento de dona de casa da criança.

G89 – Aquilo que tu falou, assim, na visita (domiciliar), de que quando Ana chegou logo ela... ela achava que deveria fazer as coisas?

P90 – Eu acho assim. Eu acho que ela pensava assim: “Ah, tô aqui”, entendeu? “Na casa de outras pessoas”. Por mais que eu seja prima, né? Mas passou um tempo sem conviver! Só ia lá de ano em ano, assim. A gente não conviveu mesmo na mesma casa, assim, durante muito tempo, né? Acho

que ela achava assim: “Ah, eu saí da casa de minha tia, eu vim pra cá, eu tenho que fazer”. Entendeu? Eu acho que na cabecinha dela ela achava isso: “Tô na casa dos outros...”
 (Responsável, feminino, 28 anos)

A família faz uso de estratégias de sobrevivência frente ao desemprego de Ivete para chegar a um rendimento mensal por meio das *atividades de trabalho* (“bicos” do esposo e trabalho do primo, Hugo) e dos *benefícios sociais* (Bolsa Família). Ivete afirma que, enquanto Beto paga a feira e outras despesas da casa, Hugo usa o pagamento de uma quinzena de trabalho (equivalente a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo) para cobrir as contas de energia e água. O Programa Bolsa Família complementa a renda da família com cento e doze reais, direcionados principalmente às despesas das crianças (como a possibilidade de custear o tratamento fonoaudiológico do filho mais novo).

Para Ana, a situação de risco contempla o repertório *relação com a escola* que descreve como “mais ou menos” devido ao seu baixo desempenho na escola, comparado com a escola anterior, atribuindo a si a responsabilidade pelo baixo desempenho, percebendo-se “mais inteligente” no ano anterior e atualmente “com preguiça” de estudar.

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso de Ivete sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* e *fatores*. A categoria enfrentamento abrange os repertórios *direitos* e *intervenções*. Já a categoria implicações abrange os repertórios *futuro* e as *dificuldades de aprendizagem*.

Os contextos de violação são representados pela situação de violação, através dos *tipos de violação*, elencados no que diz respeito a crianças de outras famílias (não colocar a criança na escola, colocar e não dar assistência, e trabalho precoce) e às crianças da própria família (aprovação de Ana na escola por afinidade e conhecimento da sua história de vida, apesar de não demonstrar aprendizagem; violência física; e negligência por parte

da sua família paterna), e dos *fatores* para o acontecimento das violações (a “teimosia” da criança que não cumpre o que os pais solicitam leva à impaciência deles, que reagem batendo na filha Ivana, quando atingem seus limites de tolerância).

O enfrentamento a essas violações dá-se a partir dos *direitos* (inicialmente, Ivete afirma não conhecer nenhum dos direitos da criança e do adolescente, em seguida, cita o direito de estudar, brincar e de não trabalhar; refere-se ainda à “Lei da palmada”), das *intervenções* realizadas pelo conselho tutelar e por outras pessoas (por ela própria que orientou Ana de que ela não era responsável pelas tarefas domésticas; pela avó paterna que procurou a família de Ana para ajudar de alguma forma) e do reforço escolar (como intervenção vislumbrada por Ivete para melhorar o aprendizado de Ana futuramente). A categoria implicações contempla o repertório sobre o *futuro* de Ana, quando da possibilidade de retornar à cidade de origem, e sobre as *dificuldades de aprendizagem* que a criança sente atualmente na escola associada a uma possível reprovação em 2010, vistas enquanto implicações decorrentes da negligência da escola da cidade do interior.

Para Ana, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso sobre **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla o repertório *tipos de violação* com relação a outras crianças e a si mesma: trabalho infantil doméstico (suspeita inicial do Projeto de Extensão, mas atribuída por Ana a outras crianças) e violência física (apanhou em uma das casas onde morou, mas suaviza: “Não foi bater, bater, não”). O trecho de discurso abaixo ilustra como Ana associa o desrespeito aos direitos das crianças ao trabalho infantil doméstico:

- G23 – É:: Quando é que tu acha, Ana, que esses direitos das crianças não são respeitados?
 P24 – ... Que tem mãe que o filho diz assim: “- Mãe, posso brincar?. - Não, trabalhar”. Aí, é, sai e deixa a criança, assim: “Faça o almoço. Quando eu chegar quero tudo pronto”.
 G25 – Hum-rum... ... Tu vê alguma outra situação em que o direito não é respeitado?
 P26 - ((responde com a cabeça, negativamente)).
 (Educanda, feminino, 10 anos).

A representação do enfrentamento aparece nos repertórios *direitos* (direito ao lazer, a brincar, passear, não trabalhar e ter a possibilidade de ter “o que a criança mais quiser”) e *intervenções* (o irmão a protegeu quando apanhou). Quanto às implicações dessas violações, estão contempladas no repertório *vivências subjetivas*, quando afirma sentir tristeza por ter apanhado, mas acredita ter acontecido porque fez algo errado.

4.5.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido da família é de uma história de constituição familiar iniciada pela migração em busca de trabalho, enquanto estratégia de sobrevivência, tendo o apoio da mãe. Sua composição é percebida ora como a família ampliada e ora como a família nuclear, pois sente mais intimidade na presença dos filhos e esposo, o que remete ao sentido de família como espaço da vida privada, íntima (Ariès, 1981; Perrot, 1991). O diário de campo contém que essa concepção de família nuclear traz implicações para a prima que mora com ela e se sente à margem desse núcleo, sem pertencimento, apesar da sua mudança para lá ter sido uma oferta de solidariedade familiar. Esses laços de afeto e solidariedade na família (Farge, 1991; Saraceno, 1992) não devem ser confundidos com relações harmoniosas (Amazonas et al., 2003), nem excluem a possibilidade de, ao mesmo tempo, haver sentimentos diversos que possam gerar conflitos, porque a família é uma realidade em movimento (Bruschini, 2009; Saraceno, 1992). As participantes compartilham práticas discursivas sobre as estratégias de organização no lar, que dizem respeito às atividades domésticas de socialização, mas o sentido de família, para a prima acolhida, diz respeito a composição de membros se mesclam entre os parentes do interior e a prima adulta, na capital, cujas relações são caracterizadas como boas porque nunca a maltratam, o que está de acordo com o referencial teórico adotado nesta dissertação (MDS, 2006; Bruschini, 2009).

Para a participante adulta, as situações de risco são apresentadas nas práticas discursivas, que remetem às condições de vida da criança antes de vir para a sua casa caracterizada pelas dificuldades financeiras antes e depois da morte da mãe e por não receber ajuda do pai. Essas condições reportam à busca de estratégias de sobrevivência, a partir de rearranjos familiares, passando a receber apoio da prima na capital, resultando ainda na preocupação da criança em assumir as atividades domésticas. As estratégias de sobrevivência da família, na concepção da adulta participante, dão-se a partir de um conjunto de fontes para compor o rendimento mensal, como os biscates do esposo e o complemento obtido com benefícios de transferência de renda do Estado, além de contribuição do outro primo que mora na mesma casa e trabalha, sendo necessário o engajamento de todos que vivem juntos (Farge, 1991; Saraceno, 1992; Bruschini, 2009; Amazonas et al., 2003). Para a criança, o sentido do risco contempla a relação com a escola e sua atribuição a si mesma pelo baixo desempenho. A impressão que se tem a partir do diário de campo é que a criança está sempre dispersa e, uma possibilidade para compreender isso é atribuir esse estado ao desconforto em morar na casa da prima e se sentir de fora, o que se reflete nos seus constantes conflitos entre continuar na capital ou voltar para o interior, implicações nas vivências subjetivas da criança (Reichenheim et al., 1999).

Os sentidos dos contextos de violação para adulta decorrem da relação entre a criança e a escola do interior que, enquanto Estado, omite-se com relação ao desenvolvimento da criança e perpetua a lógica de aprovar a criança sem lhe oferecer o conhecimento previsto naquele ano escolar. Reproduz-se, então, a vivência da reprovação preterida anteriormente, ela não aprendeu na escola e medidas para ajudá-la não foram praticadas. A ajuda veio na forma de aprová-la, formando uma bola de neve que cresce na medida em que não consegue dominar os conteúdos de uma nova série por não ter os da

série anterior, instaurando-se, a partir daí, outra situação de risco de ser considerada “burra” ou mesmo pessoa com deficiência mental, características que alinhamp-se ao referencial teórico utilizado para compreender a situação de risco para a criança (Lescher et al., 2004). Outro sentido diz respeito à relação de poder entre adulto e criança, na qual o primeiro pode bater no segundo desde que tenha motivos para tal, como em situações em que os adultos reclamam as crianças e elas não os obedecem, logo é como se houvesse um acúmulo, que vai aumentando nos adultos, até que não se controlem mais e cometam violência física (Weber et al., 2002; Sullca & Schirmer, 2006). As violações dos direitos da criança e do adolescente são entendidas como um direito da família, podendo ser praticada porque são os filhos daquelas pessoas que são sustentados por elas.

A relação de poder exercida pelo adulto sobre a criança, seja a criança ligada por laços sanguíneos ou afinidade, desde que esteja sendo sustentada pelo adulto ou sob sua responsabilidade, é condição suficiente para ter-se o “direito” de, por exemplo, violentá-la fisicamente (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009). Para a criança, os sentidos dos contextos de violação de direitos também dizem respeito a situações de violação vivenciadas ou não por ela e remetem aos direitos que as crianças teriam em tese.

4.6 Família 06

4.6.1 Perfil

Esta família é composta por seis membros. Lúcia e Alfredo são casados há 23 anos. Vivem com os filhos consanguíneos: Bernardo e Renato, maiores de dezoito anos; a filha Kelly (sobrinha adotada pelo casal); e o sobrinho Ricardo. O casal é original de uma cidade do interior da Paraíba. Atualmente, vivem em uma casa própria no mesmo bairro onde está localizado o núcleo do PETI. Kelly é uma pessoa com deficiência mental e frequenta, diariamente, uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência, acompanhada por Lúcia. Participaram da entrevista Lúcia e Ricardo. Lúcia tem 44 anos, autodefine-se como de cor morena, cursou até a sétima série, equivalente ao que hoje se considera oitavo ano do ensino fundamental, deixando de estudar quando se casou. Lúcia não trabalha, mas sua família é beneficiária do Bolsa Família e do BPC. Ricardo é um menino de 10 anos de idade, que autodefine-se como de cor morena. Cursava o terceiro ano do ensino fundamental, mas, quando entrevistado, havia alguns meses que não freqüentava a escola. Tem três irmãos que vivem com a sua mãe e o padrasto em outra cidade. O Projeto de Extensão realizou algumas visitas domiciliares a esta família e mediou intervenções envolvendo a rede de proteção à criança.

4.6.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história, composição e dinâmicas configuram o discurso de Lúcia sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *migração*. A categoria composição aborda o repertório *membros*. Enquanto a categoria dinâmicas abarca os repertórios *relações entre os membros* e *rotina*.

A família é retratada no discurso de Lúcia a partir da história na qual trata da *migração*, pois veio de um município do interior para se casar com um primo em segundo

grau, que foi também seu primeiro namorado (seu casamento foi arranjado pelo pai, mas foi bem aceito por ela). É representada por uma composição que se refere aos *membros* cuja relação varia entre os da “minha família com os meus pais” (família de origem) e a “minha com o meu marido” (família nuclear de procriação), constituída por ela a partir do seu casamento. Ao citar os membros da sua família, cita o esposo, os dois filhos (“normais”) e a filha (com “problema mental”), que também é sua sobrinha, adotada desde cedo. Em princípio, Lúcia não cita Ricardo, mas aparece no seu discurso em momentos diferentes que ele sempre “foi de casa”.

As informações das visitas domiciliares permitem complementar a entrevista quanto ao tempo que Ricardo passou com a tia. No momento da entrevista, fazia pouco mais de um ano que ele estava sob responsabilidade de Lúcia. No entanto, ele havia morado nesta casa anteriormente por alguns anos. Ricardo retorna à casa da sua mãe quando a mesma passa a manter uma relação conjugal estável. Após uma violência física cometida pelo padrasto, é levado abruptamente a um abrigo na capital. Lúcia o retira de lá, levando para a sua casa.

Kelly e Ricardo são, ambos, sobrinhos maternos, mas a primeira é nomeada de “minha filha” e o segundo pelo próprio nome. Quando fala do possível retorno de Ricardo à casa da sua mãe, Lúcia justifica pelo fato de ser “a família dele”.

As dinâmicas dão conta das *relações entre os membros* caracterizadas por muitos conflitos: entre o padrasto de Ricardo e a família ampliada de Lúcia; entre Lúcia e o esposo; entre Lúcia e sua irmã (mãe de Ricardo) e; entre ela e a criança. Todos os conflitos decorrem da retirada de Ricardo do abrigo, gerando, na visão de Lúcia, problemas entre ela e a irmã, o esposo e o próprio Ricardo. Sente-se “presa” por ser sua responsável, tendo de cuidar de mais uma criança, além da sua filha. Lúcia afirma que o seu esposo poderia ser mais firme com relação à criança, brigar mais forte, mas, segundo ela, ele não se sente bem

dessa maneira e acredita que se Lúcia já assume essa postura (“durona”), ele não pode fazê-lo, pois entende que Ricardo precisa ser acolhido, principalmente, pelo seu histórico de violação. No entanto, Lúcia demonstra repensar e entende que conversar e ter uma postura mais equilibrada pode ter efeitos positivos na educação de Ricardo:

P131 – Aí ele (Alfredo) acha que não pode ser durão... Eu sou dura e ele tem que... ser mais... assim, mais adotar assim alguma coisa. Não, assim, o que Ricardo faz de errado, mái mostrar carinho, conversar, ser mais próximo, né? Ele acha que deve ser assim. Aí, mais também ele mostrando esse lado aí dele pra Ricardo... ele pedino. Ricardo tá melhorando. Já faz umas duas/da semana passada pra essa, Ricardo ainda não fez nada, graças a Deus! E tá cumprindo com os horários que ele deu. [...]

(Responsável, feminino, 44 anos).

Os conflitos que aparecem na sua fala demonstram a diversidade de sentimentos presentes com relação às melhorias observadas no comportamento de Ricardo. Lúcia afirma não querer se convencer de que vai continuar melhor para devolvê-lo à mãe, mas fica preocupada em fazê-lo, pois não sabe o que pode acontecer à criança:

P156 – [...]Se a mãe dele me ajudasse até nisso aí, de dizer: “Não Lúcia, ele passa a semana com tu e o final de semana comigo”. Pra se ela entrasse num acordo desse aí: “Lúcia, ele passa a semana com tu, porque eu trabalho não tem quem fique com ele, ele tem a atividade dele pra lá, né? Ele tá na escola, ele tem as atividades dele pra lá, final de semana, como tu tá com teus netos, às vezes tu que sair e não pode sair com os quatro, mas com teus dois netos e tua menina, tu pode, e ele tá livre, traz ele pra cá!”. Já era uma boa, por quê? Porque Ricardo tava fazendo parte da família dele, pelo menos sábado e o domingo. Mas ela num, num quer saber disso aí, ela não quer ajuda, certo? Nem ela quer e nem ele quer. Então, por isso que eu disse: “Eu não fico mais com ele!”. Nem que ele fique bom, que ele, que, que caia um anjo e diga assim: “Ele não vai fazer mais isso!”. E eu digo pro anjo: “Apois, não confio, não quero, não fico não”. Ele tem que voltar pra a mãe dele e a mãe dele é que tem que decidir se fica com ele ou se entrega ele ao juiz.

(Responsável, feminino, 44 anos).

Ainda com relação à categoria dinâmicas, esta abarca *rotina* dessa família, assinalando para uma melhora do comportamento de Ricardo (está obedecendo aos horários e passando mais tempo em casa) e para o tempo de convívio diferenciado entre o casal e Ricardo (Lúcia fica mais tempo com ele que Alfredo), justificando a sua impaciência e dureza no trato com a criança.

Para Ricardo, as categorias composição e dinâmicas configuram o discurso sobre a **família**. A família é representada por uma composição que se refere aos *membros* “tia

Lúcia” e “Painho” (Alfredo), mas quando questionado sobre as outras pessoas que moram na casa e o seu parentesco responde “sei lá!”. As dinâmicas contemplam as *relações entre membros* na medida em que comprehende que sua família é boa para ele porque os seus membros tratam-no bem. No entanto, apesar de não expressos no discurso, os conflitos mostram-se, a partir dos silêncios, do uso do “sei lá”, “me esqueci” e dos suspiros, possivelmente relacionados ao desconforto quanto à situação de entrevista, visto que em outros contextos conversava com maior tranqüilidade sobre as mesmas questões na presença do pesquisador e da extensionista presente.

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Lúcia sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla os repertórios *condições econômicas da família, abrigamento institucional, casa da mãe de Ricardo, pequenos furtos, fugas de casa e relação com a escola*. A categoria estratégias de sobrevivência abrange os repertórios *atividades de trabalho, benefícios sociais e condições mentais* da cuidadora.

A situação de risco é representada por Lúcia através das *condições econômicas da família* traduzidas no seu medo de passar necessidade e pelo desemprego dos filhos que estão na faixa-etária cujo trabalho é permitido, além da incorporação de Ricardo na casa, apontado como mais uma despesa. Os outros repertórios contemplados por essa categoria referem-se ao discurso de Lúcia relacionado a Ricardo: o *abrigamento institucional* feito como medida protetiva de Ricardo (histórico de uso de drogas e roubos pelas crianças do abrigo; Lúcia afirma que Ricardo reconhece ter aprendido a roubar no abrigo); a *casa da mãe* relacionada a situações de risco (o padrasto de Ricardo não o queria lá; caracteriza aquela comunidade como marcada pela violência e pelo tráfico de drogas, amplamente divulgados na mídia local); *pequenos furtos* realizados por Ricardo quando retornou a casa

dos tios (repercuciram em ameaças de violência física e a desconfiança das pessoas das redondezas de onde mora que o estigmatizam como “ladrãozinho”); as *fugas de casa* durante as quais passou algumas noites, intermitentes, nas ruas para conhecer a noite; sua *relação com a escola* na medida em que xinga as professoras, afirma não querer fazer atividades propostas e foge da instituição.

Diante dos riscos abordados, Lúcia apresenta as estratégias de sobrevivência utilizadas pela família para se chegar a um rendimento mensal através das *atividades de trabalho* (Alfredo trabalha com carteira assinada, recebe um salário mínimo e “faz bicos” para complementar a renda familiar, custeando as despesas fixas da casa; Lúcia conta que era doméstica, mas deixou o trabalho para cuidar de Kelly, que demandava cuidados especiais), do repertório *benefícios sociais* (representando o BPC disponibilizado pelo governo por conta da deficiência da filha, utilizado na compra de medicamentos e roupas para Kelly, reformas graduais na casa e pagamento da pensão dos netos de Lúcia) e da necessidade de manter-se em boas *condições mentais* para estar bem e conseguir enfrentar essas condições de risco vivenciadas por sua família. Quanto à entrevista de Ricardo, não houve discurso organizado neste bloco.

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso de Lúcia sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* e *fatores*. A categoria enfrentamento abrange os repertórios *direitos* e *intervenções*. Já a categoria implicações abrange os repertórios *vivências subjetivas*, *comportamentos de risco* e *efeitos das violações*.

Os contextos de violação são representados pela situação de violação através dos *tipos de violação* sofrida por Ricardo: o espancamento; o afastamento da mãe; o trabalho

precoce; a violência física; a negligência; as ameaças; a violência psicológica; o afastamento da escola e do PETI; e a difamação. Segundo Lúcia, Ricardo deixou a casa onde vivia com a mãe depois de ter sido espancado, no entanto, ao chegar à casa da tia, que o retirou do abrigo, passou também a sofrer violência física, psicológica e difamação na sua comunidade que o trata como “ladrãozinho” e do primo que o chama de “trombadinha”. O trabalho precoce é visto por Lúcia sob dois aspectos: quando fala do trabalho ao qual era forçado pelo padrasto a realizar (pesca), o comprehende enquanto uma violação de direitos; quando pensa sobre o trabalho realizado por Ricardo junto a feirantes, não entende como uma violação. A diferença apontada é a obrigatoriedade. No primeiro, era obrigado a fazer, portanto, seria violação. No segundo, poderia optar por desempenhar aquelas tarefas ou não, recebendo ainda pagamento em espécie e em gênero (verduras, frutas, etc). O trabalho de ajudar a dar comida aos animais em uma granja também não é tido como violação. Quanto às violências físicas, Lúcia comprehende que Ricardo saiu da casa dele porque foi espancado, no entanto, também utiliza a surra em determinados momentos, o que também já foi feito por seu filho. O mesmo discurso utilizado pela mãe de Ricardo, que, segundo Lúcia, dizia que batia porque era seu filho, é utilizado por Lúcia quando proíbe o marido e os filhos de bater em Ricardo, mas se coloca no lugar de quem pode fazê-lo porque “enquanto estiver morando aqui tem que ser do meu jeito”.

A categoria situação de violação também contempla os *fatores* que contribuem para a violação de direitos a partir: dos conflitos entre Ricardo e Kelly (na forma de “arengas”); dos momentos em que ele “tira a paciência”, “quando faz bastante raiva em mim” (não querer tomar banho ou quando percebe que não tem mais como conversar); da história pessoal de Lúcia (apanhou quando criança, acha ruim, mas comprehende que bater é “bom” pelo efeito). As visitas domiciliares também contribuem para compreender que o fator atribuído à violência física cometida pelo padrasto que o fez sair da casa foi o seu

comportamento de chegar tarde em casa. O enfrentamento dá-se a partir dos repertórios: *direitos* (direito de estar com a mãe; de frequentar a escola e; o PETI para ter convívio com outras crianças da sua faixa etária) referenciados por Lúcia à coordenadora do núcleo do PETI e; *intervenções* (realizadas pelo próprio Ricardo, por instituições como a escola, conselho tutelar, PETI e o abrigo, e pela rede de relações).

As implicações contemplam os repertórios *vivências subjetivas* caracterizadas pelo sofrimento psicológico de Ricardo e de Lúcia, que oscila entre querer continuar cuidando do sobrinho e devolvê-lo para a mãe através da justiça. Ricardo, por outro lado, sofre com a negligência da mãe (que inúmeras vezes prometeu fazer-lhe uma visita, mas não cumpre, fazendo-o esperar sempre), ameaça ir embora e sua relação na escola se agrava na medida em que não quer mais estudar naquele local (reações estas vistas por Lúcia como respostas à negligência materna; tentativa de através dessas reações retornar ao convívio com a mãe) e chora ao ser chamado de trombadinha. Quanto ao segundo repertório, *comportamentos de risco*, está associado às violações pelas quais foi submetido (aprendeu a roubar quando do seu abrigamento e considera a possibilidade de assassinar o próprio padrasto, chegando a furtar e esconder um facão de uma pessoa da comunidade para esse fim). Aparecem ainda falas organizadas a partir do repertório *efeitos das violações*, tendo em vista que Lúcia acredita que as surras não resolvem nada e que teriam apenas o efeito de gerar mais violência na criança, mas o “bater” seria a única maneira de fazer com que a criança parasse e escutasse. No entanto percebe que por não ser mais possível bater hoje em dia por conta das leis, “as crianças estão como estão”:

P238 – [...] A gente bate sabendo que apanhar não dá jeito... Eu acho que faz é ficar violento com a gente... porque minha filha também diz que vai me bater [...]

G239 – Interessante, a senhora disse que não resolve... E, por que que faz, às vezes?

P240 – Porque... não resolve dar, né?...

P242 – Porque, às vezes, só obedece quando apanha.

G243 – Hum-rum.

P244 – Só escuta se a gente der.

G245 – Hum-rum.

P246 – Um tapa ou qualquer coisa. Uma chinelada, aí, pára... num instante, depois que a pessoa fala muito e pede para não fazer. Aí... chega ao ponto da pessoa bater, pra poder parar.

G247 – Hum-rum.
(Responsável, feminino, 44 anos).

Para Ricardo, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso sobre **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla o repertório *tipos de violação*: violência física (praticada pelo padrasto); afastamento da escola; trabalho precoce (apesar de afirmar que só ia no sábado e considera que “ia andar”) e; os castigos dados pela tia (deixá-lo trancado em casa sozinho às vezes). O enfrentamento é feito através das *intervenções* realizadas: por ele mesmo (quando denuncia a violência física à escola); pelo colégio; pelo conselho tutelar; por sua tia Lúcia e; pelo abrigo onde morou. Apesar do discurso de Lúcia sobre vivências negativas de Ricardo no abrigo, o seu discurso revela apenas boas lembranças sobre o abrigo: local onde passeava; idas à praia; ganhava presentes e; gostava das atividades. Afirmou não conhecer os direitos da criança e do adolescente. Quanto à categoria implicações, diz respeito às vivências relacionadas às *mudanças do local de moradia*, pois, inicialmente, Ricardo gostou da sair do abrigo e não queria voltar para a casa da mãe, mas atualmente deseja retornar para junto dela.

4.6.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido da família é de uma história de migração em torno da composição de uma nova família obtida pelo casamento. Sua composição é representada ora pela família ampliada, ora pela nuclear, quanto a segunda cita apenas os filhos (os naturais e a adotada) e o esposo, deixando o sobrinho que vive na sua casa ora de fora dessa composição, ora fazendo parte. Esta posição em relação ao sobrinho reflete o conflito com o rearranjo familiar a partir da situação de violação vivenciada pela criança no contexto familiar (Weber et al., 2002; Sullca & Schirmer, 2006; Weber et al., 2004) e a sua mudança para a casa da tia, conflitos esses que aparecem na representação das

dinâmicas familiares, uma vez que a criança oscila entre dois lares que deveriam protegê-la (ECA, 1990; Constituição da República, 1988), mas a realidade é pautada em um jogo de empurra para delimitar qual das duas famílias é a responsável.

A concepção de família não está estagnada, mas toma novas formas à medida que os contextos se alteram, pois a participante entrevistada cobra da irmã que ela seja mãe, que assuma a responsabilidade pela criança, mas, na medida em que isso não acontece, ela assume juntamente com o esposo essa responsabilidade, vivenciando momentos bons quando tudo está bem e se arrependendo quando ocorrem problemas. Isto aos olhos da Teoria Crítica corresponde a características da categoria família que não se apresenta de forma uniforme e contempla os conflitos e os afetos (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009). Para a criança, o sentido de família abrange a sua composição pelos membros responsáveis por ele naquele momento, quais sejam, a tia e o seu esposo, o qual chama de “painho”. Essa referência a sua família não exclui a mãe e os irmãos do seu sentido de família, pois informações do diário de campo apontam que a criança participante gostaria de voltar para a casa onde a mãe vive, para morar com ela e os irmãos. Neste sentido, a sua prática discursiva sobre família sofre a influência da peculiar situação em que se encontra, sob os cuidados de outros parentes, os quais também nomeia família.

Para a participante adulta, os riscos são representados pelas situações nas quais o sobrinho se expõe à possibilidade de violação de direitos, a partir de comportamentos relacionados a furtos e condição de rua, lembrando-se que, para uma criança de 10 anos, estar na rua ou na casa de pessoas desconhecidas constituem-se risco a sua integridade (Lescher et al., 2004; Hillesheim & Cruz, 2008). Estas situações são atribuídas ao espancamento cometido pelo padrasto, o que corrobora Araújo (1997), Alberto (2002), Libório (2005) e Lima (2008), ao identificarem que as violências no contexto familiar podem ter como consequência a ida das crianças para as ruas. Diante disto, as violações

levam a situações de risco que novamente podem gerar novas violações, como a medida protetiva que retirou a criança abruptamente da convivência familiar e a colocou em um local cujas dinâmicas eram de riscos, diferentes ou não daqueles existentes quando da violação dos seus direitos. Os enfrentamentos a essas situações são representados pela necessidade da cuidadora assistir, estando bem emocionalmente.

O sentido que tem os contextos de violação, para a adulta participante, diz respeito a uma série de violações cometidas contra a criança. Situação esta que, mesmo com o enfrentamento realizado por ela, por uma rede de pessoas e instituições, desemboca em novas formas de violação, revelando que esses contextos são complexos e demandam tempo e acordos entre as pessoas envolvidas para tomarem formas mais saudáveis, além do investimento de políticas públicas na família ao invés de culpabilizá-la (Deslandes, 1994; Nobre, 2003; Campos & Alverga, 2001). A tia, pessoa que protegeu e fez os diversos enfrentamentos com relação à criança, também se coloca no direito de violentá-lo fisicamente, da mesma forma, comporta-se a escola: ora protegem-se os direitos, ora violam-se. Esse vaivém implica vivências de sofrimento para a criança e também para a tia. A adulta entende que a violência física ocorre quando a criança “tira a paciência” do adulto (Weber et al., 2002; Sullca & Schirmer, 2006), o que alude às diferenças de poder entre adulto e criança (Azevedo, 2009; Bruschini, 2009), a partir das quais justifica-se que um pode bater no outro. Para a criança, os sentidos são parecidos e revelam ainda que ela própria intervém na situação de violação e denuncia o padrasto, mas difere da tia quanto as vivências no abrigo as quais considera boas. O diário de campo contempla a sua vontade de retornar à casa da mãe, mas na entrevista afirma não pensar sobre a volta, o que nos parece adequado associar esse “não pensar” e os “sei não”, falados durante a entrevista, à expressão de conflitos vivenciados por esta criança que, apesar do espancamento sofrido na casa da mãe, deseja retornar ao lar por querer estar próximo dela e, quiçá, protegê-la;

além da vontade de assassinar o padrasto expressa em conversas durante o trabalho de campo, demonstrando a reprodução da violência (Sullca & Schirmer, 2006; Reichenheim et al., 1999; Weber et al., 2002; Meneghel et al., 1998).

4.7 Família 07

4.7.1 Perfil

Esta família é composta por três membros. Laura e seus filhos Robson (23 anos) e Paulo (11 anos). Vive em um quintal alugado no mesmo bairro onde funciona o núcleo do PETI. Laura é natural de uma cidade do interior piauiense, migrou-se enquanto adolescente para o Distrito Federal para trabalhar. Retornou para João Pessoa, adulta, e passou a trabalhar na casa de uma família. Teve seus dois filhos nesta cidade. Foram entrevistados Laura e Paulo. Laura é uma mulher de 47 anos. Autodefine-se como de cor “morena cor de canela”. Estudou até o primeiro ano do ensino fundamental, mas não é alfabetizada. Afirma que ia para a escola mais para brigar do que estudar. Trabalha realizando serviços domésticos em três diferentes locais e é beneficiária do Bolsa Família. Paulo considera-se de cor morena e estuda o quinto ano do ensino fundamental. O Projeto de Extensão realizou visitas domiciliares, mediando conflitos (entre os membros da família) e desenvolvendo intervenções (a partir de instituições da rede de proteção à criança e ao adolescente) no sentido de contribuir para a relação entre Paulo e a escola.

4.7.2 Mapas

Família

Neste bloco, as categorias história, composição e dinâmicas configuraram o discurso de Laura sobre a **família**. A categoria história contempla o repertório *migração* e *condições de vida*. A categoria composição aborda o repertório *membros*. Enquanto a categoria dinâmicas abarca as *relações entre os membros*, as *tarefas domésticas* e a *rede de relações*.

A família é retratada no discurso de Laura a partir da história na qual aborda a *migração* que teve de fazer para buscar trabalho (migrou da sua cidade natal para uma capital de outro estado para trabalhar como empregada doméstica, aos 14 anos, na casa de

uma família) e as *condições de vida* da infância e adolescência (cresceu na zona rural, a mãe morreu quando tinha pouca idade, foi abandonada pelo pai e deixada no sítio com um irmão, morando próxima a um “cabaré”). Representa a família por uma composição que se refere aos *membros* concebidos pelos dois filhos.

As dinâmicas dão conta das: conflituosas *relações entre os membros* da família ampliada, quando da adolescência (sua madrasta teria dito que ela seria a pior rapariga da cidade para a qual estava se mudando, aos 14 anos) e da sua família quando adulta (entre os filhos, sente-se sem privacidade e vigiada por eles que desconfiam quando ela sai de casa, achando que irá “procurar homens”, despertando a vontade de “ganhar o mundo”, mas não o faz por conta de Paulo); das *tarefas domésticas* de socialização desempenhadas por seus filhos (contradizendo o seu próprio discurso de que os filhos não ajudam em nada, o que pode evidenciar que mesmo que eles ajudem, essa ajuda é tida como insatisfatória ou nula) e; da *rede de relações* como meio de apoio encontrado por esta família para compensar a ausência da mãe em casa (Paulo faz lanches e outras refeições na casa de vizinhas cuja gratidão Laura garante nunca esquecer):

G182 – ((sorri)) E Paulo, das coisas que ele faz, ele cozinha também ou não?

P183 – Quando a gente sai ele frita um ovo... Se eu deixar a carne ele frita... Ele sabe fazer... Sabe por que, Gabriel? Eu ensino a fazer. Ensinei a Robson também a fazer. Robson já sabe fazer um café... Eu deixo pronto. Ele só faz só... só esquentar. Quando ele não come em casa as meninas por aqui dá comida a ele... E, e, e esse favor eu nunca, eu nunca vou pagar a elas por fazer isso por mim. Quando foi que eu cheguei e André já tinha jantado? Penso que foi segunda-feira. “Laura, Paulo já jantou”. Eu digo: “Brigada”.

G184 – Jantou na casa da vizinha?

P185 – Jantou na casa, nessa outra casa aqui da grade... e esse favor eu nunca pago a ela... Porque às vezes eu quero sair daqui e ao mesmo tempo eu não posso sair daqui porque aqui é onde ele... eu posso sair pra trabalhar e creio que a vizinhança conhece ele e me conhece... ninguém bole com ele. [...]

(Responsável, feminino, 47 anos).

Para Paulo, as categorias composição e das dinâmicas configuram o discurso sobre a **família**. A família é representada por uma composição que se refere aos *membros* dos quais não tem o que falar, porque sua família só tem três pessoas, mas em seguida diz que a família é apenas ele e a mãe. A exclusão do irmão diz respeito ao afeto dispensado a cada

membro, neste caso, o não gostar do irmão deixa-o de fora da sua concepção de família, no entanto, quando questionado sobre violência sexual em casa, emerge uma contradição no seu discurso, pois Paulo responde que nunca ocorreu, porque na sua casa só tem a mãe e o irmão, dando margens à interpretação de que membros da família não cometem abusos sexuais, o que inclui novamente o irmão na família. As dinâmicas contemplam as *relações com os membros*, caracterizadas de forma positiva com a sua mãe e de forma conflituosa com o irmão (não obedece às ordens do irmão porque afirma não gostar dele e vice-versa) e as *tarefas domésticas* que Paulo desempenha na sua casa dizem respeito a sua socialização as quais considera uma ajuda à mãe (varrer a casa, passar pano, lavar pratos, lavar algumas roupas dele, arrumar a própria cama e lavar o banheiro).

Riscos

Neste bloco, as categorias situação de risco e estratégias de sobrevivência configuram o discurso de Laura sobre **riscos**. A categoria situação de risco contempla os repertórios *condições econômicas da família e comunidade*. Enquanto a categoria estratégias de sobrevivência abarca os repertórios *atividades de trabalho, benefícios sociais e rede de relações*.

A situação de risco é representada por Laura como as *condições econômicas da família* caracterizadas: pela dificuldade de criar o primeiro filho (coloca-o em uma em um abrigo durante cinco anos) e; anos depois, dificuldades para, sozinha novamente, criar dois; pelo desabamento da casa onde vivia nessa época; por atualmente viver em uma casa alugada; pela falta d'água por dois meses devido ao atraso no pagamento (no dia da entrevista, a casa estava sem energia elétrica); pela situação de atraso no aluguel (fica agitada por conta das cobranças). Reconhece-se, também, muito cansada de uma vida repleta de sofrimento. Contempla ainda relatos sobre a *comunidade* onde morou anteriormente: exposição de um dos filhos ao álcool e à cola e; uma situação na qual o seu

então companheiro de 80 anos foi brutalmente assassinado na sala de casa na presença de Laura e dos dois filhos. Após o crime, a família ficou em situação de rua por poucos dias e, em seguida, viu-se obrigada a vender a casa, devido a outras ameaças.

Frente a essas situações de risco, a família adota estratégias de sobrevivência para obter uma renda mensal a partir das *atividades de trabalho* (Laura lava roupa em diferentes casas; Robson lava carros na rua), dos *benefícios sociais* (ProJovem Urbano de Robson; Bolsa Família e; PETI) e da *rede de relações* entre pessoas ou grupos de pessoas que de alguma forma contribuem ou viabilizam certas estratégias de sobrevivência da família (um companheiro que teve; uma amiga que a abrigou quando aquela casa desabou; o grupo da igreja que ajudou a reerguê-la; as pessoas que atualmente ajudam com roupas para seus filhos e; os vizinhos e amigas cujas casas frequenta).

Para Paulo, a situação de risco contempla o repertório *relação com a escola*, descrita como “muito chata”, principalmente quando fala da escola do ano anterior, onde teve maiores conflitos com as professoras e diretoras. O diário de campo ajuda a perceber que Paulo chegou a desafiar a autoridade da diretora publicamente. Este tipo de constrangimento leva à situação de risco, na qual o processo de escolarização é dificultado, chegando ao ponto da escola se negar a continuar com a criança. O trecho de discurso a seguir demonstra que a expressão “muito chata”, utilizada por Paulo, evidencia a relação conflituosa entre ele e a instituição.

G22 – Na escola do ano passado... Vamos conversar um pouquinho sobre ela?

P23 – Ixi... aquela escola? ((sorriu))

G24 – Hum-rum...

P25 – Lá era chato, era chato, MUIto!!

G26 – Muito?

P27 – Muito, muito.

G28 – Como é que era, Paulo, lá?

G30 – Assim, como é que ... como é que era você na escola, assim.

P31 – Ah! Muito mal, muito mal, muito mal. Muito! Chato muito! Eu não gostava...

G32 – E quando tu fala, assim, que era muito chato... O quê é que era chato?

P33 – As professora, a diretoras. Todos os professores era chato [...] (Educando, masculino, 11 anos).

Contextos de violação de direitos

Neste bloco, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso de Laura sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* e aos *fatores*. A categoria enfrentamento, os *direitos* e *intervenções*. Enquanto a categoria implicações aborda as *vivências subjetivas* tanto de Laura quanto de Paulo.

A situação de violação é representada pelos *tipos de violação* que emergem na fala de Laura: violência física (bate em Paulo com cabo de vassoura ou o primeiro objeto que lhe surgir à vista); violência psicológica; assassinato na família (cometido dentro de casa e presenciado pela criança e pelo adolescente); violações relacionadas à escola (por aprovar Paulo de um ano para o outro sem que ele soubesse do conteúdo e por colocá-lo para fora da sala quando acontece algum problema entre ele e outros alunos) e; bullying. Laura acha que se ocorre um problema na sala, o professor deveria conversar com a criança e não colocá-la para fora, expondo-a a riscos na rua. Quanto ao repertório *fatores*, contemplam aspectos da relação conflituosa entre os três, abaixo segue um trecho do discurso sobre as violências psicológicas e os *fatores* para ocorrência dessas violências:

G168 – Hum-rum... Mas como é assim? O que é que ele (Paulo) faz pra senhora ficar com tanta raiva?

P169 - ... Me responde! Fica me maltratando. Eu ia dar nele essa madrugada porque ele abriu a porta. Eu me acordei, mas já vendo ele abrir a porta. “Vai urinar onde?”. “Ali”. Aí no pé da porta. Eu: “Pegue a vela e vá pro banheiro!”. “Vou não!”. Aí sabe o que aconteceu? “Tá incomodada? Vai no meu lugar!”. Fiquei com uma raiva, Gabriel. Aí eu peguei e disse a ele: “Não vou na escola também, não. Faz suas coisas, você que desata só seus nó! Não soube amarrar? Não soube dar nó? Você vai resolver sozinho! Eu não vou, não! Eu não sou a sua mãe, não!”. Tava lá no pé da pia... Tem hora que ele rouba minha paciência.

G170 – Hum-rum.

P171 – Máii, nem que na hora eu, eu, eu me arrependa do que eu digo. Mas é porque eles roubam minha paciência. Que eu não tenho mais paciência pra aturar certas coisa. Já chego do trabalho cansada. Que quando eu venho do trabalho, Gabriel, eu já venho doida pra::: pra me deitar. Pra descansar ao menos minha cabeça...

(Responsável, feminino, 47 anos).

Quanto ao enfrentamento, os repertórios que emergem na sua fala, nesta categoria, dão conta dos *direitos* que afirmou conhecer muito pouco (não apanhar; no entanto, no

curso da sua fala, revela o direito de não trabalhar precocemente, complementa com a visão que o direito da criança é novo e que, antes dele, as pessoas podiam fazer o que quisessem com as crianças) e das *intervenções*, atribuídas à rede de relações, vice-diretora e por ela mesma (Laura protege Ricardo do próprio irmão, das professoras e das outras crianças, defendendo-o, no entanto, coloca-se no direito de lhe dar surras). Quando repete um diálogo que teve com Robson para não bater no irmão mais novo, ela usa a justificativa de que ele não é o pai. Neste sentido, o pai poderia bater, assim como a mãe pode.

As implicações dessas violações estão contempladas pelo repertório *vivências subjetivas* de Ricardo, que, após presenciar o assassinato do padrasto, passou a ser contrário à possibilidade de Laura constituir nova relação, e de Laura, que se diz muito nervosa quando precisa falar em público para defender seu filho, como em uma reunião escolar, evitando essas ocasiões pelo nervosismo e pela gagueira que a acomete nesses instantes.

Para Paulo, as categorias situação de violação, enfrentamento e implicações configuram o discurso sobre os **contextos de violação de direitos**. A categoria situação de violação contempla os repertórios *tipos de violação* (em que ele é a vítima: violência física, gritos e ter que sair do colégio; e aquelas em que outras crianças são vítimas: estuprar, espancar e violentar), *autores da violação* (mãe, irmão, colegas e professores) e *percepção sobre a violação* (considera que a mãe está ajudando-o a crescer, afastando-o das drogas; quanto ao irmão, comprehende enquanto violação porque gosta menos dele). A representação do enfrentamento aparece nos repertórios *direitos*, relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (direito ao lazer, à cultura, à vida, ao atendimento médico e a brincar), e *intervenções* feitas por sua mãe. Quanto às implicações dessas violações, são contempladas nos repertórios *vivências subjetivas* (considera-se chateado e com raiva das

situações de violação que sofreu) e *futuro* (associado a profissões de prestígio social e dinheiro). Segue-se um trecho de discurso que ilustra sua expectativa quanto ao futuro:

G183 – [...] Como é que tu acha que vai ser teu futuro, Paulo, em relação a isso (às violações)?

P184 – Bem... Mutcho rico.

G185 – Hum-rum... Muito rico?

P186 – É.

G187 – Conta aí um pouquinho como é que tu imagina.

P188 – Ter uma ca/um apartamento::: Eu ainda queria ter uma casa de três andares... Mai eu queria/vou mandar fazer um prédio, construir... Áí fazer o meu, meu, minha casa de dois andares. Um em cima, outro em baixo. E piscina... Motorista pra me levar pra trabalhar e... ser empresário, cantor, ser médico.. só. Só isso.

(Educando, masculino, 11 anos).

Apesar de sonhar com um futuro de muita riqueza e status social, Paulo acredita que as violações de direito que sofreu irão atrapalhar a realização deste futuro.

4.7.3 Sentidos

Para a participante adulta, o sentido da família é de uma história de luta e desafios que começam com a sua migração, ainda adolescente na busca de estratégias de sobrevivência, através do trabalho, para uma capital e depois para João Pessoa. Nesta cidade, constituiu sua família cujo sentido da composição é demarcado pela monoparentalidade na qual o seu papel enquanto mulher é sustentar a família, tendência que vem aumentando no Brasil (PNAD, 2009; IPEA, 2010). As dinâmicas dão conta das relações conflituosas entre ela e os filhos, da organização do lar e da rede de apoio de vizinhos que a auxiliam no cuidado ao filho mais novo. Estes dados corroboram estudos que identificam que as famílias de baixa renda contam com uma rede de apoio que extrapola a própria família (Peruchhi & Beirão, 2007). Constata-se que a participante adulta reclama que a criança “só vive nas casas dos outros” (vizinhas) e, ao mesmo tempo, expressa uma sensação de bem-estar quando está na casa de outras pessoas, chegando a dormir onde se encosta de tão relaxada que fica. Há uma confiança neste tipo de relação estabelecida entre as pessoas que moram ao seu lado, o que garante uma segurança para a

criança cujo sentido de família passa pela composição dos membros, reconhecendo a família nuclear, mas de acordo com critérios de afinidade e afeto (MDS, 2006; Bruschini, 2009; Singly, 2007) presentes com maior expressão nas suas dinâmicas com a sua mãe, e pelas estratégias de organização doméstica.

Para a participante adulta, os sentidos de riscos emergem das condições de vida dessa família, da dificuldade enfrentada pela mãe em cuidar de dois filhos, cujas estratégias de sobrevivência contemplam a sua busca por um abrigo para colocar um dos filhos, enquanto trabalhava (Peruchhi & Beirão, 2007). Hoje, além da rede de relações que a ajuda, recorre a atividades de trabalhos precarizadas e eventuais para, juntamente com um benefício de repasse de renda do Estado, compor uma renda mensal que não é suficiente para as despesas desse núcleo, implicando no atraso de aluguel e no corte de luz (Paludo & Koller, 2008; Cecconello & Koller, 2003; Cecconello, 2003). O PETI, no caso desta família, apesar da falta de clareza da participante sobre o repasse financeiro por integrar o valor do Bolsa Família, ajuda-a na medida em que mantém a criança com atividades no contra-turno escolar e fornece-lhe o lanche. Para a criança, o sentido para o risco está ligado a sua relação com a escola marcada por conflitos que resultam na sua violação de direitos (Lescher et al., 2004).

Os contextos de violação, para esta família, decorrem das condições de vida, contextos de violência e trabalho precarizado, repercutindo na violência entre o adulto e a criança. As intensas jornadas de trabalho relatadas nas visitas domiciliares pela participante adulta acarretam-na um cansaço por assumir trabalhos em diferentes residências para compor a sua renda, que por sua vez resultam em uma impaciência com relação aos filhos manifestada pelas surras dadas na criança (Cruz Neto & Moreira, 1999; Deslandes, 1994) que também diz respeito à sua história de violência quando criança (Sullca & Schirmer, 2006; Reichenheim et al., 1999). Outras violações estão relacionadas

à escola e ao filho mais novo. Estes contextos têm como enfrentamento o entendimento de alguns direitos da criança e as intervenções feitas pela rede de relações, mas, nesta família, também se observa o fato de a mãe defender o filho em diversas situações e colocar-se no direito de violentá-lo fisicamente, o direito dos pais sobre os filhos é configurado a partir de relações desiguais de poder (Azevedo, 2009; Bruschini, 1989, 2009). Para a criança, o sentido dos contextos de violação está relacionado às violações que sofre. Portanto, um fato comum é que muitos que violam também defendem, como é o caso da mãe. Nesta situação, a criança comprehende o processo de violação enquanto forma de educação (Weber et al., 2002; Sullca & Schirmer, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se analisar as famílias de crianças e adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos, realizando inicialmente a sua identificação, a caracterização sócio-demográfica das crianças e dos seus responsáveis, a caracterização dos contextos de violação de direitos e dos arranjos familiares frente as violações, além da investigação dos fatores que contribuem para as violações ocorridas nessas famílias.

Realizou-se um análise de dados obtidos nas entrevistas e registrados no diário de campo, constatando-se que as famílias participantes deste estudo compartilham uma história marcada pela migração realizada principalmente do interior do estado da Paraíba para a sua capital, mas também empreendida para outros destinos, tendo havido um retorno posterior para João Pessoa. Este tipo de migração emerge nas práticas discursivas das participantes adultas e é caracterizada pela busca de novas perspectivas de vida e estratégias de sobrevivência que representam para famílias pobres, cujas condições de vida são pautadas pela falta de emprego, moradia e de acesso aos direitos, a possibilidade de melhorar de vida, o que se dá através da constituição de uma família.

Verificou-se que o termo “família”, para essas pessoas, tem vários sentidos, sendo concebida enquanto membros: que compartilham laços sanguíneos; são ligados por afinidade e afetividade; compartilham a mesma moradia (família enquanto unidade de moradia) e; aparecem neste estudo sob diferentes arranjos (família nuclear; monoparental feminina; família ampliada). Por vezes, à família nuclear foi dado o sentido de intimidade e privacidade, próximo do sentido de família nuclear burguesa. As famílias foram constituídas em sua maioria pela junção de um homem e uma mulher, tanto no formato de casamento quanto na forma do convívio marital; apenas uma família é constituída de vários núcleos.

As práticas discursivas das crianças também expressam sentidos diferenciados quanto às suas concepções sobre família. Para elas, a família é vista principalmente a partir da referência de família nuclear, para aqueles que convivem com pai, mãe e irmãos; visão que se complementa às vivências de afinidade e ao caráter relacional da família. Para outras crianças, a família é concebida como unidade domiciliar, complementada a partir de laços de afeto que se estendem a parentes que não vivem na mesma casa. Outras a percebem pelo parentesco e afinidade, combinados a uma responsabilidade daqueles para com a criança; desta forma, o sentido de família é o de quem cuida.

Identificou-se que as práticas discursivas das participantes adultas sobre os riscos tiveram o sentido das condições de vida dessas famílias, assinaladas por precárias condições de moradia, baixa renda familiar, violência na comunidade onde moram, dificuldade de acesso à saúde e, para duas famílias, implicações nas condições de vida que resultaram dos rearranjos familiares que somaram dificuldades às famílias. As estratégias para fazer frente às dificuldades postas dão-se em duas principais vias: (1) a dos trabalhos realizados pelos membros da casa, geralmente fazendo parte do mercado informal, dos bicos e biscates, inclusive da mulher que, com ou sem companheiro, em muitas situações, trabalha para manter família ou para compor a renda e; (2) a partir dos repasses de renda de programas e benefícios oferecidos pelo Estado, como o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, aposentadorias, ProJovem, PETI. Estes benefícios aparecem coexistindo no mesmo momento de vida das famílias e também em momentos distintos em uma espécie de rodízio, na medida em que o recebimento de um, por aumentar a renda familiar, exclui a possibilidade de outro. O PETI aparece como suporte, apesar de o repasse financeiro desse Programa ter sido agregado ao valor do Bolsa Família, auxilia as famílias ao liberar o adulto para o trabalho e fornecer alimentação às crianças. Outras estratégias também foram percebidas, como o recebimento de pensão do ex-esposo,

e os apoios que vêm da rede de relações da família, principalmente pelos vizinhos, que como uma família ampliada, muitas vezes, auxiliaram as famílias participantes desse estudo, ao cuidar da criança em alguns momentos, ao lhe fornecer uma refeição ou lanche, e ao servir de espaço de receptividade e conforto emocional.

Observou-se que as crianças, por sua vez, percebem os riscos principalmente pela sua relação com a escola, que é muitas vezes repleta de conflitos entre colegas e professores e, através das práticas discursivas sobre a violência que os circundam enquanto comunidade e família cujas relações entre adultos do sexo masculino, ou entre as mulheres e crianças, tornam-se mais conflituosas quando os primeiros fazem uso de bebidas alcoólicas. Essas situações de risco, caracterizadas pelas crianças, dizem respeito à possibilidade de ocorrência de violação dos seus direitos garantidos e positivados em Lei (ECA e Constituição). No entanto, percebe-se que uma série de violações acontece ao olhar-se para o contexto das famílias, mas não só pelas famílias, pelo Estado que também viola, como aparecem nos resultados desta dissertação.

Os dados assinalam que os contextos de violação de direitos apareceram como resultado das situações de risco a partir das quais as famílias, que, pela necessidade de desdobrarem-se nos seus arranjos e rearranjos, na busca de estratégias de sobrevivência, encontram dificuldades que repercutem em situações de violação de direitos. As participantes adultas percebem as violações dos direitos da criança e do adolescente de um modo geral, membros ou não de suas famílias. Quanto aos históricos de violações nas suas famílias, objeto desta dissertação, foram identificados: violência física, violência psicológica, negligência, trabalho precoce, medicalização do fracasso escolar, cárcere, restrição de acesso à escola (tanto pela família quanto pela instituição), escola que aprova a criança sem que tenha tido aprendizado, afastamento do convívio familiar, difamação, bullying e omissão do Estado.

Este apanhado de violações, que fazem parte das histórias das famílias participantes, ajuda a caracterizar os contextos nos quais os direitos são violados, como na violência física, a violação mais frequente entre as famílias deste estudo, cujos fatores apontados pelas participantes adultas para a sua ocorrência correspondem à relação entre adultos e crianças, quando os seus comportamentos implicam mais trabalho para o adulto, quando questionam seu poder ou causam irritação (“não obedece”, “dá trabalho”, “faz raiva”, “tiram a paciência”, irmãos que “discutem demais”, “teimosia”, “arengas”, “roubam a paciência” e “respondem”).

As violações são atreladas às histórias de vida das responsáveis que, em muitos casos, também sofreram violência doméstica, quando da sua infância e adolescência, ou ainda sofrem atualmente do esposo, atrelado ao histórico de violação que repercute em uma reprodução geracional da violência. As responsáveis veem-se no direito de bater nas suas crianças, colocá-las para trabalhar, mesmo reconhecendo que constituem-se violações de direitos, mas há uma compreensão de poder sobre suas crianças, o que corresponde a um paradoxo, na medida em que as responsáveis defendem suas crianças, enfrentam situações, recorrem às instituições, mas elas próprias cometem violações. A família, desta forma, não é um reino onde impera somente a proteção tampouco a violação, mas uma realidade complexa que oscila entre pólos. Para as crianças, os sentidos das violações vivenciadas são os tipos, também representados pelas responsáveis, com o diferencial de duas delas também identificarem violações cometidas por profissionais da rede de proteção, constituindo-se em revitimização.

Apesar dessas violações, as famílias reconhecem alguns direitos das crianças e adolescentes. Quatro das participantes adultas abordam o tema referenciando o Núcleo do PETI, seja na figura da sua coordenadora e educadoras ou pelas atividades realizadas que tratavam dos direitos, o que ao mesmo tempo demonstra o alcance de uma política pública

promotora de direitos da criança e do adolescente e a necessidade de melhor trabalhar temas como este com as famílias, pois, apesar de citar alguns direitos, muitas não possuem propriedade. As crianças também os percebem e os identificam, e uma delas, igualmente, os referencia ao Núcleo do PETI.

Uma vez vivenciadas as violações, identifica-se que, para essas famílias, as intervenções deram-se a partir da rede de relações, institucionais ou não; além das instituições, partiram da família, dos vizinhos, de amigas e da própria criança. A partir desses contextos de violação de direitos, também foram identificadas nas práticas discursivas de crianças e adultos implicações para os primeiros que relacionam-se às vivências subjetivas de medo, tristeza, reprodução da violência, engajamento em comportamentos de risco e “agonia”, para esses sujeitos em desenvolvimento.

As práticas discursivas revelam a família como reproduções ideológicas de determinados grupos ou segmentos sociais, de discursos de pais para filhos (educar com palmadas e surras); a família como mostra a Teoria Crítica, pela diversidade, pela complexidade que incorpora contradições (família é laço sanguíneo, mas é também ampliada, pessoas que moram juntas) cujas junções são estratégias de sobrevivência que geram conflitos entre gerações e entre gênero, relacionadas ao poder e à posição que ocupam nas relações. Logo contempla diversidades, que não significam desestruturação, mas formas de se organizar para viver, enfrentar dificuldades, que tem solidariedade, mas também tem conflito.

As práticas discursivas confirmam que os contextos de violações relacionam-se: às condições de vida que se reproduzem em certa cadeia de mando (Estado, patrão, trabalhador, esposa, mãe, crianças); aos aspectos estruturais, do não acesso ao direito de modo que, quem tem acesso mínimo, seja de um benefício social, seja de uma instituição

que ofereça algo, de um grupo que escute, conduz até mesmo os autores das violações à defesa da criança e do adolescente.

No tocante às técnicas e aos instrumentos utilizados na realização desta pesquisa, assume-se que as visitas domiciliares e a observação participante foram vitais no estabelecimento de vínculo entre pesquisador e participantes, que contribuiu para abordar temas delicados, como as violações de direitos no contexto familiar. Foram válidas também quanto ao registro de informações, utilizadas no momento da análise das práticas discursivas, complementando-a. No entanto, foram demandadas ao pesquisador muitas horas de trabalho de campo somadas às dificuldades de conciliar os horários disponibilizados pelas famílias e pelas extensionistas que acompanhavam as visitas e entrevistas.

Os resultados desta pesquisa possibilitam pensar novos estudos que investiguem as práticas discursivas de adultos do sexo masculino quanto às violações de direitos, uma vez que no presente estudo foram entrevistadas apenas as responsáveis que acompanham a criança na instituição, todas mulheres. O recorte metodológico implicou recorte de gênero que pode ser melhor aprofundado, ou superado, através de novas pesquisas que utilizem diferentes estratégias para acessar o discurso dos homens sobre as violações. Ainda em relação aos adultos, de ambos os sexos, pode-se investigar o sofrimento dos mesmos quando são aqueles que praticam as violências, pois os resultados apontaram um paradoxo de sentimentos, porque em determinados momentos o adulto arrependia-se da violência física praticada, ao afirmar que “bater não adianta”, mas, em outros, continuava com esta prática por acreditar se um meio de educação.

Espera-se que esta dissertação contribua para a compreensão de famílias com histórico de violação de direitos das suas crianças e seus adolescentes, ajudando os profissionais, que atuam nas instituições que compõem a rede de proteção da criança e do

adolescente, os pesquisadores, os extensionistas, os estudosos e os interessados nesse campo a intervir nessa realidade: compreendendo que o Estado tem uma responsabilidade, positivada em Lei, mas que está longe de ser cumprida na plenitude que se deseja; entendendo que não é possível separar, no contexto das famílias, agressores dos que as protegem, porque os membros aparecem ora violando, ora defendendo, levando-se em consideração as desigualdades de poder existentes entre homem e mulheres e adultos e crianças.

REFERÊNCIAS

- Alberto, M. F. P. (2002). *A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE.
- Alberto, M. F. P., Nunes, T. S., Cavalcante, C. P., & Santos, D. P. (2005). *O Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa- PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. João Pessoa, PB: OIT.
- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S., Santana, R. V. M., Vasconcelos, T. T. V. A., & Cirino, D. C. S. (2006). *O trabalho infantil na atividade informal urbana em Guarabira - PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. Brasília, DF: OIT.
- Alberto, M. F. P., Wanderley, J. C. V., Souza, G. P., & Gomes, V. C. (2006). *Trabalho infantil na cultura do abacaxi no município de Santa Rita – PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. Brasília, DF: OIT.
- Albuquerque, M. P. M., Oliveira, V. L., & Melo, T. K. S. (2007). A reprodução familiar a partir da atividade de cata de lixo: uma alternativa de sobrevivência que atravessa gerações. In M. F. P. Alberto (Org.), *Crianças e adolescentes trabalhando? Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações* (pp. 161-171). João Pessoa, PB: Editora Universitária – UFPB.
- Algranti, L. M. (1997). Famílias e vida doméstica. In L. M. Souza (Org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa* (Vol. 1, pp. 83-155). São Paulo: Companhia das Letras.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2002). Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação*, 19, pp.87-98. Recuperado em 5 de maio de 2010.
- Obtido em:

http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde19/rbde19_09_alda_judith_alves-mazzotti.pdf

Amazonas, M. C. L. A. E Braga, M. G. R. (2006). Reflexões Acerca das Novas Formas de Parentalidade e suas Possíveis Vicissitudes Culturais e Subjetivas. *Ágora*, 9(2). pp.177-191. Rio De Janeiro. Recuperado em 25 de outubro de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200002&lng=pt&nrm=iso

Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S. & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8, pp.11-20. Recuperado em 26 de maio de 2009. Obtido em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa03.pdf>

Araújo, M. M. B. (1997). *A menina, a rua e a violência: um estudo sobre as meninas de rua em João Pessoa*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.

Ariès, P. (1981). *História Social da criança e da família* (2^aed.). Rio de Janeiro: LTC.
Assis, S.G. & Avanci, J. Q. (2006). Abuso Psicológico e Desenvolvimento Infantil. *Violência faz mal à saúde* / [Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al.]. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. pp.59-69.

Azevedo, M. A. (2009). Notas para uma Teoria Crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. (5^aed). (pp. 25-47). São Paulo: Cortez. (Publicado originalmente em 1993)

Biscegli, T. S., Arroyo, H. H., Halley & N. S. & Dotoli, G. M. (2008). Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada. *Revista Paulista de Pediatria*. 26(4) pp.365-71. Recuperado em 05

- de maio de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822008000400010
- Bobbio, N. (2004). *A Era dos Direitos*. (Nova Edição). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bruschini, C. (1989). Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 6(1), pp.1-23. Recuperado em 5 de maio de 2010. Obtido em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf
- Bruschini, C. (2009). Teoria Crítica da família. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra (Orgs.), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento* (pp. 49-79). (5^a.ed). São Paulo: Cortez. (Publicado originalmente em 1993)
- Campos, H. R., & Alverga, A. R. (2001). Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 6(2), pp. 227-233. Recuperado em 15 de maio de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2001000200010&script=sci_arttext
- Cecconello, A. M. (2003). Resiliência e Vulnerabilidade em famílias em situação de pobreza: fatores de risco e proteção. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003) Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), pp. 515-524. Recuperado em 15 de fevereiro de 2010.
 Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79722003000300010&script=sci_arttext
- Chesnais, J. C. (1999). A Violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), pp.53-69. Recuperado em 15 de

dezembro de 2009. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=pt

Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Presidência da República.

Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 15 de dezembro de 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

Cruz Neto, O. & Moreira, M. R. (1999). A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), pp.33-52.

Recuperado em 29 de setembro de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100004&script=sci_arttext

Deslandes, S. F. (1994). Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), pp.177-187.

Recuperado em 24 de Abril de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000500013&lng=en&nrm=iso

Donzelot, J. (1980). *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Facchini, L. A., Fassa, A. G., Dall'Agnol, M., & Maia, M. F. S. (2003). Trabalho Infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), pp.953-961. Recuperado em 04 de Julho de 2009. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232003000400017&script=sci_arttext

Faleiros J. M., Matias, A. S. A. & Bazon, M.R. (2009). Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(2), pp.337-348. Recuperado em 04 de Outubro de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2009000200012&script=sci_arttext

- Farge, A. (1991). Famílias. A honra e o sigilo. In P. Ariès & R. Chartier (Orgs.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 581-617). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferreira, A. L.; Gonçalves, H. S.; Marques, M. J. V. & Moraes, S. R. S. (1999). A prevenção da violência contra a criança na experiência do Ambulatório de Atendimento à Família: entraves e possibilidades de atuação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), pp.123-130. Recuperado em 18 de Fevereiro de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100010&script=sci_arttext
- Ferreira, M. A. F. (2001). Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia*, 6(2), pp.213-225. Recuperado em 10 de Novembro de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2001000200009&script=sci_arttext
- Gélis, J. (1991). A individualização da criança. In P. Ariès & R. Chartier (Orgs.), *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Vol. 3, pp. 311-329). São Paulo: Companhia das Letras.
- González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Hillesheim, B. & Cruz, L. R. (2008). Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), pp.192-199. Recuperado em 19 de Setembro de 2009. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000200006&script=sci_arttext.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2010). *PNAD 2009 – Primeiras análises: tendências demográficas*. Brasília: DF. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: RJ. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Lei n.. 8.069, de 13 de Julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Obtido em 08 de Agosto de 2010, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

Lescher, A. D., Grajcer, B., Bedoian, G., Azevedo, L. M., Silva, L. N., Pernambuco, M. C. A. & Carneiro Junior, N. (2004). Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde. São Paulo: FAPESP.

Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), pp.413-420. Recuperado em 09 de Agosto de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000300016&lng=en&nrm=iso

Lima, J. A. (2008). *As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB.

Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9(1), pp.177-187. Recuperado em 19 de Abril de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000100019&script=sci_arttext

Meneghel, S. N.; Giugiani, E. J. & Falceto, (1998). Relações Entre Violência Doméstica e Agressividade Na Adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2), pp.327-335. Recuperado em 19 de Abril de 2010. Obtido em:

http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X1998000200017&script=sci_arttext&tlang=ptpt

Minayo, M. C. S. (2008). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde.* (11^a.ed.).São Paulo, SP: Hucitec.

Ministério das Relações Exteriores (Org.) (2002). Relatório Nacional Brasileiro: *Relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001, nos termos do artigo 18 da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.* Brasília: DF.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006) *Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social: Versão Preliminar.* Brasília, DF.

Mioto, R. C. T. (2009). Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In M. A. Sales, M. C. Matos & M. C. Leal (Orgs.), *Política social e juventude: uma questão de direitos* (4^a.ed., pp. 43-59). São Paulo: Cortez.

Neves, M. S. S., Rodrigues, M. L. A., & Araújo, A. J. S. (2007). Pais desempregados: crianças trabalhando? A relação entre desemprego dos pais e trabalho precoce. In M. F. P. Alberto (Org.), *Crianças e adolescentes trabalhando? Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações* (pp. 173-187). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

Nobre, L. C. C. (2003). Trabalho de crianças e adolescentes: os desafios da intersetorialidade e o papel do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), pp. 963-971. Recuperado em 29 de junho de 2009. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232003000400018&lng=pt&nrm=iso

- Noguchi, M. S.; Assis, S. G. & Malaquias, J. V. (2006). Ocorrência de Maus-Tratos em Crianças: Formação e Possibilidade de Ação dos Fonoaudiólogos. *Pró-Fono Revista De Atualização Científica*, 18(1), pp. 41-48. Recuperado em 29 de setembro de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-56872006000100006&lng=en&nrm=iso
- Paludo, S. S. (2008). *Emoções morais e gratidão: uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento de jovens que vivem em situação de risco pessoal e social*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Paludo, S. S. & Koller, S. H. (2008). Toda criança tem família: criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), pp.42-52. Recuperado em 29 de setembro de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100005&script=sci_arttext
- Perucchi, J. & Beirão, A.M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), pp.57-69. Recuperado em 27 de Outubro de 2009. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005
- Peixoto, C. E. (2007). As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In F. Singly, *Sociologia da Família Contemporânea* (pp. 11-28). Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Pereira-Pereira, P. A. (2009). Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In M. A. Sales, M. C. Matos & M. C. Leal (Orgs.), *Política social e juventude: uma questão de direitos* (4^aed., pp. 25-42). São Paulo: Cortez.

- Perrot, M. (1991). A família triunfante. In M. Perrot, História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Vol. 4, pp. 93-103). São Paulo: Companhia das Letras.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), pp.247-256. Recuperado em 05 de maio de 2009. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000200005&script=sci_arttext
- Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H., & Moraes, C. L. (1999). Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), pp.109-121. Recuperado em 05 de maio de 2009. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81231999000100009&script=sci_arttext
- Rocha, D. & Deusdará, B. (2005). Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: Aproximações e Afastamentos na (Re) Construção de uma Trajetória. *Alea*, 7(2), pp.305-322. Recuperado em 05 de maio de 2009. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010
- Roncière, C. L. (1992). A vida dos notáveis toscanos no limiar da Renascença. In G. Duby (Org.), *História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença* (Vol. 2, pp. 166-312). São Paulo: Companhia das Letras.
- Santos L. E. S., Ferriani M. G. C. (2007). A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. *Revista Brasileira Enfermagem*, 60(5), pp. 524-529. Recuperado em 04 de Abril de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000500008&script=sci_arttext
- Santos, E. F, Lins, L, Oliveira, M. R., Oliveira, B., & Lins, M. H. S. F. (2007). Meninos que freqüentam o Clube do Menor Trabalhador. In M. F. P. Alberto (Org.), *Crianças*

- e adolescentes trabalhando? Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações* (pp. 105-118). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.
- Saraceno, C. (1992). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Scherer, E.A.; Scherer, Z.A.P. (2000). A Criança Maltratada: Uma Revisão Da Literatura. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 8(4), pp. 22-29. Recuperado em 20 de maio de 2010. Obtido em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692000000400004&lng=en&nrm=iso&tlang=pt
- Singly, F. (2007). *Sociologia da Família Contemporânea*. (2ª. ed.) Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Soares, L. (1999, 17 de novembro). A vida na fornalha. *Veja*, pp. 106-114.
- Souza, V. O. , Araújo, A. J. S., & Araújo, M. M. B. (2007). A violência do trabalho infantil juvenil doméstico. In M. F. P. Alberto (Org.), *Crianças e adolescentes trabalhando? Uma estratégia de sobrevivência que atravessa gerações* (pp. 133-145). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.
- Sposati, A. (Coord.) (2010). *Topografia social da cidade de João Pessoa*. João Pessoa: PB. Editora Universitária - UFPB
- Spink, M. J. & Medrado, B. (2004). Produção De Sentidos No Cotidiano: Uma Abordagem Teórico-Metodológica Para Análise Das Práticas Discursivas. In: Spink, M. J. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção De Sentidos no Cotidiano*. São Paulo: Cortez, pp. 41-63;
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e Produção de sentidos no Cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Sullca, T. F. & Schirmer, J. (2006). Violência intrafamiliar na adolescência na cidade de Puno – Peru. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(4), pp.578-585.

- Recuperado em 20 de maio de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692006000400016&script=sci_arttext
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar Tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, pp.181-186.
- Recuperado em 20 de maio de 2010. Obtido em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722005000200008&script=sci_arttext
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P., Brandenburg, O. J., & Zocche, C. R. E. (2002). Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. *PsicoUSF*, 7(2), pp.163-173.
- Recuperado em 5 de maio de 2010. Obtido em:
http://pepsic.homolog.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-82712002000200005&script=sci_arttext
- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), pp. 227-237. Recuperado em 26 de maio de 2010. Obtido em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a04v9n2.pdf>

ANEXOS

ANEXO A: Roteiro de entrevista semi-estruturada para adultos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA ADULTOS

Idade: _____ Sexo: () F () M Etnia: _____

Escolaridade:

Número de Pessoas que moram na casa: _____

Relação marital: _____ Número de Filhos _____

Participação em programas sociais:

Bolsa família: () Sim () Não BPC: () Sim () Não PETI: () Sim () Não Pão e Leite: () Sim
() Não

Outros benefícios:

ROTEIRO DOS TEMAS

I. Origem da família

1. Sobre a origem da sua família.

II. Situação Social/Situação de risco

1. Composição familiar
2. Situação de trabalho dos membros da família.
3. Situação da renda da família, incluindo programas sociais se for o caso.

III. Violiação de direitos

1. Direitos da criança e do adolescente
2. Escola
3. Trabalho infantil
4. Maneiras de educar
5. Outras violações
6. Postura dos membros da família durante as violências citadas.
7. Perspectiva de futuro

ANEXO B: Roteiro de entrevista semi-estruturada para crianças e adolescentes



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Idade: _____ Sexo: () F () M Etnia: _____

Escolaridade: _____

Posição na ordem de nascimento dos irmãos: _____

Filho (a) de relação marital: () atual () anterior

ROTEIRO DOS TEMAS

I. Relação com a escola

1. Sobre a sua relação com a escola.

II. Direitos

III. Violência ou violação de direitos na família

1. Composição familiar
2. Relação entre essas pessoas e você.
3. Relação da sua vida e o trabalho.
4. Como as crianças e adolescentes são educados pela família.
5. Relação entre o uso da violência no cotidiano com as crianças e adolescentes.
6. Postura das pessoas da sua família durante as violências que conversamos.
7. Relação entre as pessoas da família.

III - Futuro

ANEXO C: Certidão de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - HULW



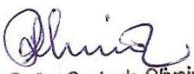
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS - CEP

CERTIDÃO

Com base na Resolução nº 196/96 do CNS/MS que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Lauro Wanderley - CEP/HULW, da Universidade Federal da Paraíba, em sua sessão realizada no dia 30/03/2010, após análise do parecer do relator, resolveu considerar APROVADO o projeto de pesquisa intitulado AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS, Protocolo CEP/HULW nº. 101/10, do pesquisador GABRIEL PEREIRA DE SOUZA.

Solicitamos enviar ao CEP/HULW um resumo sucinto dos resultados, em CD, no final da pesquisa.

João Pessoa, 05 de Abril de 2010.


Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética
em Pesquisa - CEP/HULW

Profª Drª Iaponira Cortez Costa de Oliveira
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa-HULW

ANEXO D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para crianças e adolescentes

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM
SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

TÍTULO DA PESQUISA: AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Objetivo geral: Compreender as famílias de crianças e adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos.

Objetivos específicos: Identificar famílias de crianças e adolescentes em situação de risco e histórico de violação de direitos; caracterizar o perfil sócio-demográfico das crianças e/ou adolescentes e dos seus responsáveis; caracterizar os contextos de violação de direitos; investigar fatores que contribuem para a violação de direitos ocorrida nas famílias em situação de risco; compreender os arranjos familiares frente à violação de direitos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ responsável por _____ autorizo por livre e espontânea

vontade a realização da pesquisa intitulada **AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS**, desde que isso não implique em prejuízo de nenhuma forma. Declaro ainda que tenho conhecimento das informações acima.

Autorizo o uso dos dados somente para fins do presente estudo e que se guarde sempre sigilo absoluto sobre a sua pessoa. Declaro que me foram explicados os detalhes referentes a essa pesquisa e que as informações fornecidas ajudarão no melhor conhecimento do assunto em estudo. Sei que a minha participação consiste apenas em responder algumas perguntas e que posso negar a qualquer momento a participar deste estudo, como também posso retirar-me no momento que desejar, sem que com isso, nem eu nem minha família venhamos a sofrer qualquer tipo de represália.

A participação é inteiramente voluntária e não receberei qualquer quantia em dinheiro ou em outra espécie. Também me foi informado que em caso de esclarecimentos ou dúvidas posso procurar informações com o senhor Gabriel Pereira de Souza no endereço especificado.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

 Assinatura do Participante da Pesquisa
 ou Responsável Legal

 Assinatura da Testemunha

Espaço para impressão
 dactiloscópica

CONTATO COM O PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:

Gabriel Pereira de Souza

Endereço (Setor de Trabalho): Universidade Federal da Paraíba- Campus I – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Ambiente 25. Telefones: (83) 3216-7581/ (83) 9946-1767.

Atenciosamente,

 Gabriel Pereira de Souza – pesquisador

ANEXO E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para adultos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

TÍTULO DA PESQUISA: AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Objetivo geral: Compreender as famílias de crianças e adolescentes em situação de risco com histórico de violação de direitos.

Objetivos específicos: Identificar famílias de crianças e adolescentes em situação de risco e histórico de violação de direitos; caracterizar o perfil sócio-demográfico das crianças e/ou adolescentes e dos seus responsáveis; caracterizar os contextos de violação de direitos; investigar fatores que contribuem para a violação de direitos ocorrida nas famílias em situação de risco; compreender os arranjos familiares frente à violação de direitos.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____ aceito por livre e espontânea vontade participar da pesquisa intitulada **AS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS**, desde que isso não implique em prejuízo de nenhuma forma. Declaro ainda que tenho conhecimento das informações acima.

Autorizo o uso dos dados somente para fins do presente estudo e que se guarde sempre sigilo absoluto sobre a sua pessoa. Declaro que me foram explicados os detalhes referentes a essa pesquisa e que as informações fornecidas ajudarão no melhor conhecimento do assunto em estudo. Sei que a minha participação consiste apenas em responder algumas perguntas e que posso negar a qualquer momento a participar deste estudo, como também posso retirar-me no momento que desejar, sem que com isso, nem eu nem minha família venhamos a sofrer qualquer tipo de represália.

A participação é inteiramente voluntária e não receberei qualquer quantia em dinheiro ou em outra espécie. Também me foi informado que em caso de esclarecimentos ou duvidas posso procurar informações com o senhor Gabriel Pereira de Souza no endereço especificado.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Espaço para impressão
dactiloscópica

CONTATO COM O PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL:

Gabriel Pereira de Souza

Endereço (Setor de Trabalho): Universidade Federal da Paraíba- Campus I – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Ambiente 25. Telefones: (83) 3216-7581/ (83) 9946-1767.

Atenciosamente,

Gabriel Pereira de Souza - pesquisador

ANEXO F: Exemplo de organização da transcrição de uma entrevista (pessoa adulta) em um mapa

Situação de violação	Enfrentamento	Implicações
<p>G92 – Pensa aí um pouquinho, quanto tu imagina, assim.... Alguma situação em que os direitos da criança não são respeitados, aí tu lembra de que?</p> <p>P93 - ... Rapaz, até agora... eu não to me lembrando de nada não, visse? Pra eu te dar a resposta eu tenho que pensar três dias.</p> <p>G94 - Pode pensar! ((sorri))Três dias. Bastante.</p> <p>P95 – Porque, olha, tem tanta coisa pra mim, essas coisas assim...</p>	<p>G86 - Adriana, tu conhece os direitos da criança e do adolescente?</p> <p>P87 - Rapaz, eu fui até nesse negócio de... negócio de criança, né? Adotivo, né? Eu fui lá no fórum lá.</p> <p>G88 - Foi no fórum?</p> <p>P89 - Fui pra pegar a guarda desses dois menino (netos). To esperando uma... o juiz mandar a intimação, mandar eu ir para lá. Aí, quais são os direitos que as crianças têm?</p> <p>G90 - Então, tu conhe/tu sabe algum direito?</p> <p>P91 - Não.</p> <p>P97 – Não, eu vou te dizer um pra ver se é assim.</p> <p>G98 - Tá certo.</p> <p>P99 - Porque eu acho assim, que direito das crianças, se as crianças tem direito... oh, eu vou puxar por aí.</p>	